



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Cadernos de
Estudos Estratégicos
(Editados desde 2006)



2013/Nº 12

Estudos Cadernos de Estratégicos

(Editados desde 2006)

ISSN 1808-947X



9 771808 947002

2013

Cadernos de Estudos Estratégicos

n. 12 / 2013

Irregular

ISSN 1808-947x

1. Cultura. 2 Relações Internacionais. 3 Modernidade.
4. Axiologia. 5. Praxiologia. 6. Polemologia. 7. Cratologia.
Segurança.

Cadernos de Estudos Estratégicos

Os Cadernos de Estudos Estratégicos são publicados de forma irregular pela ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, do Rio de Janeiro. Com tiragem de 1.000 exemplares, circula em âmbito nacional e internacional.

Comandante

Almirante de Esquadra
Eduardo Bacellar Leal Ferreira

Subcomandante

Major-Brigadeiro do Ar
Stefan Egon Gracza

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos

General de Brigada R/1
José Eustáquio Nogueira Guimarães

Conselho Editorial

Professor Doutor Jorge Calvario dos Santos
Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva
Doutorando José Cimar Rodrigues Pinto
Professor Doutor Fernando da Silva Rodrigues
Doutoranda Jaqueline Santos Barradas

Editor Responsável

Doutoranda Jaqueline Santos Barradas
Professora Doutora Maria Celia Barbosa Reis da Silva

Revisão Editorial

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva
Jornalista Maria da Glória Chaves de Melo

Diagramação e Arte Final

Anério Ferreira Matos

Projeto, Produção Gráfica e Impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

Os artigos publicados pela revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressam, portanto, o pensamento da Escola Superior de Guerra.

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
OS ARTIGOS DE MEIRA MATTOS NA FOLHA DE SÃO PAULO	7
<i>José Carlos Meira Mattos</i>	
ESTRATÉGIA MILITAR E GEOPOLÍTICA APLICADA	16
<i>Alberto Cardoso</i>	
MEIRA MATTOS, A AMAZÔNIA E O LIVRO	43
<i>Eduardo Dias da Costa Villas Bôas</i>	
MEIRA MATTOS E OS TRÓPICOS: O HOMEM BRASÍLICO E A PROJEÇÃO MUNDIAL DO BRASIL	76
<i>Severino Cabral</i>	
MEIRA MATTOS: ILUSTRE GENERAL	97
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
POLÍTICA E ESTRATÉGIA	102
<i>Carlos Meira Mattos</i>	
PERSPECTIVAS	119
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
GUIA PARA COLABORADORES	141

EDITORIAL

Carlos Meira Mattos, General do Exército Brasileiro, se vivo fosse teria completado 100 anos no dia 23 de julho de 2013. Partícipe e testemunho da [Segunda Guerra Mundial](#) ([Força Expedicionária Brasileira](#) – FEB), serviu na Bolívia como adido militar e atuou como [comandante](#) do contingente brasileiro e da brigada latino-americana na intervenção da [OEA](#) na [República Dominicana](#) em 1965. Leitor e estudioso do nosso País, Meira Mattos dedicou sua vida acadêmica a traduzir e atualizar o pensamento estratégico brasileiro, notadamente na direção da geopolítica, percurso no qual se tornou referência.

Homem com palavra, de palavra, escreveu livros e artigos em vários periódicos brasileiros. A possibilidade de transmissão de suas ideias e a confiança no Brasil instigaram-no a proferir palestras em todos os espaços onde encontrasse eco — concordante ou não — para suas reflexões. Esta edição de Cadernos de Estudos Estratégicos traduz o tributo da Escola Superior de Guerra, dos articulistas e do Corpo Permanente desta Instituição ao intelectual Meira Mattos que tanto contribuiu para as ponderações geopolíticas do e no Brasil.

O artigo de José Carlos Meira Mattos, filho do homenageado, tece um retrato do pensamento político de seu pai com base no material publicado na *Folha de São Paulo*, diário para o qual o general escreveu de 2002 a 2006. O segundo texto intitulado *Estratégia Militar e Geopolítica Aplicada*, assinado por Alberto Cardoso, discorre sobre o livro *Estratégias Militares Dominantes*, que propicia uma releitura dos pensamentos de alguns teóricos estrategistas clássicos e sugere complementações dessas reflexões. A escrita de Cardoso ainda evidencia o diálogo entre Estratégia, História e Geopolítica, disciplinas indispensáveis à sustentação teórica das ideias do próprio Meira Mattos.

O artigo subsequente *Meira Mattos, a Amazônia e o livro*, de Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, enfoca a mudança de olhar da região Sul, antes alvo da prioridade da concepção, herança dos confrontos em torno da Bacia do Prata para o Norte, espaço de florestas e rios, dotado de

riquezas e alvo de um mundo que, já na época, caminhava para a carência de recursos naturais. Em *Meira Mattos e os trópicos: o homem brasílico e a projeção mundial do Brasil*, Severino Cabral traça a trajetória em que a obra de Meira Mattos está inserida. Cabral ilustra a obra de Meira Mattos com outros estudiosos que com ele comungam a ideia de que a visão da liderança política, em todo o seu espectro político e ideológico, conduz o Estado brasileiro para o seu alto destino.

O último escrito ficou a cargo de Ives Gandra da Silva Martins cujo título — *Meira Mattos: Ilustre General* — já antecipa o tom de depoimento do autor. O autor retoma a amizade, o ideário, enfim o caminho percorrido por dois grandes intelectuais que alimentaram com seus pensamentos o acervo acadêmico de nosso País.

Esta edição comemorativa se encerra com dois artigos de Meira Mattos que, a despeito do tempo em que foram escritos, continuam estimulando nosso espírito analítico-reflexivo de ler o Brasil e pensá-lo como um País grande e promissor, cujo futuro já está em curso.

Meira Mattos nunca serviu na Amazônia, até porque naquela época eram poucas as oportunidades que a carreira do oficial oferecia para fazê-lo, pois os efetivos do Exército na Região Norte chegavam a pouco mais do que mil militares. A concepção estratégica, então vigente, priorizava a Região Sul, e o dispositivo operacional estava articulado em face dos países platinos, herança da confrontação geo-histórica entre as colonizações portuguesa e espanhola em torno da Bacia do Prata.

Sua acurada sensibilidade para as questões da Amazônia deve ter-se formado a partir da conjugação de fatores, entre os quais, podemos imaginar que estariam incluídos a larga visão de mundo, proporcionada por uma movimentada carreira, a ampla e profunda cultura geral, a dedicação à geopolítica e aos temas de interesse nacional e, por fim, o contato com pessoas que compartilhavam o gosto pela Amazônia – naturais da região ou contagiados pela magia da floresta, como o General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos, Comandante Militar da Amazônia entre julho de 1968 e março de 1970.

OS ARTIGOS DE MEIRA MATTOS NA FOLHA DE SÃO PAULO

José Carlos Meira Mattos*

O convite inicial previa falar de meu pai como homem de família, trazer aos senhores uma extensão humana e familiar de sua existência. A princípio fascinante, esta proposta foi por mim repensada. Mais curioso e de maior valor para todos, parece-me ser comentar a sua presença na imprensa brasileira, bem mais intensa do que se dá conta a maioria das pessoas.

Por décadas, ele colaborou com jornais importantes, dos quais destaco o *Correio Paulistano*, o *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo*. No exterior, publicou por alguns anos com regularidade no *Diário de Notícias*, de Lisboa. No *Jornal do Brasil*, no *Correio Paulistano* e no *Diário de Notícias*, ele dedicou-se a comentários sobre a situação internacional. Na *Folha de São Paulo*, ele aproveitou o espaço para escrever sobre os assuntos que o mantinham ocupado. Apresentado ao Sr. Octávio Frias, proprietário do jornal, por seu amigo Dr. Ives Gandra, ele publicou uma coleção de artigos da *Folha de São Paulo* em que temos excelentes retratos de seu pensamento. E é nessa coleção que vamos nos concentrar.

Além disto, publicou eventualmente artigos em vários jornais brasileiros e, é claro, concedeu entrevistas a quase todos os veículos de relevo.

Meu pai não fazia nada sem avaliar antes a finalidade de sua ação. E não foi diferente na sua decisão de se tornar colaborador habitual de jornais. É claro que ele não tinha ambições na carreira jornalística. O que o atraía era a possibilidade de disseminar ideias que julgava merecedoras de serem conhecidas por um largo número de pessoas. Embora escrevesse bem, fosse extremamente cuidadoso com a língua portuguesa, o

* Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Comunicação de Massas pela New School for Social Research, Nova York; representante do Grupo Peixoto de Castro no SINDICOM - Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis.

fazia sempre apoiado em um bom dicionário. Ele era mais interessado em veicular suas ideias do que em angariar elogios à forma de seus artigos.

Dono de uma redação clara, objetiva, afeito ao que se convencionou chamar de estilo jornalístico, com um vocabulário corrente, sem exageros de jargão profissional ou acadêmico, ele conseguia em seus artigos a mesma proeza que lograva em suas aulas ou conversas: transformava assuntos complexos em matéria de fácil compreensão.

Intelectualmente honesto, era incapaz de veicular inverdades, de omitir o ponto de vista contrário ao seu. Gostava até de colocar nos artigos visões diferentes das suas e, invariavelmente, as respondia com argumentos irrefutáveis.

Alguns temas dominam a sua obra jornalística. O primeiro deles, sem dúvida, é o Brasil em suas dimensões interna e externa.

A primeira definição de Meira Mattos em relação ao Brasil era a visão do país como incluído no que se chama civilização ocidental, cabendo aí a herança cultural grego-judaico-cristã. Essa visão fez dele um democrata sempre preocupado com a dignidade humana e as liberdades individuais: totalmente contrário aos regimes autoritários.

A sua grande preocupação era que nós merecêssemos o imenso território e riquezas que hoje compõem o Brasil. Militar e historiador ele tinha uma visão clara que este território é alvo de cobiça internacional, assim como as riquezas que ele abriga.

Vamos dar a palavra a ele. Em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, no dia 13 de julho de 2006, ele abre com esta afirmação: “Os 8.500.000 milhões de km quadrados de nosso território, quinto país mais extenso do mundo, não foram conquistados por nossos colonizadores lusitanos sem muita luta. É enorme a responsabilidade da nossa e de futuras gerações em preservá-lo”. Após historiar as principais passagens desta conquista, ele finaliza o artigo afirmando:

A grandeza territorial que hoje desfrutamos, que o Barão do Rio Branco soube consolidar diplomaticamente, as fronteiras mal conhecidas e sujeitas a litígios, devemos a muitas lutas armadas, a sacrifícios de vida e a notáveis

estadistas de um passado colonial de mais de 300 anos. Preservá-la e enriquecê-la, eis a responsabilidade maior dos brasileiros. (MATTOS, 2006 [s.p.]).

Mas ele não se iludia e percebia com nitidez a causa das dificuldades do Brasil em cumprir esta missão. Em artigo na *Folha de São Paulo*, 15 de fevereiro de 2005, com o título *Brasil Potência*, ele assim descreve os nossos principais obstáculos: “Em nossa opinião, o Brasil é um país premiado pela natureza, mas que, nos últimos cem anos se atrasou na corrida para o progresso econômico e social, em virtude do mau desempenho de suas elites políticas, de seus governantes”. Mais adiante, lamenta a “política econômica monetarista de juros bancários altíssimos e de carga tributária elevadíssima, condições desanimadoras para o capital investidor”. E finaliza: “A essas causas retardadoras há que se acrescentar a mentalidade derrotista da maioria de nossa elite intelectual e de nossa imprensa, que não crê nas avaliações dos órgãos de pesquisa estrangeiros sobre o futuro de seu próprio país e as ridiculariza”. Como se vê sua fé no Brasil não estava calcada em um país idealizado, mas assentada na realidade que tão bem conhecia.

Politicamente, ele nos entendia como uma democracia. E a democracia como um valor pelo qual se devia ir à guerra – e ele foi – e até mesmo rebelar-se, engajar-se em revoluções armadas, como ele também o fez.

A liberdade individual, vivida dentro de regras estabelecidas de maneira clara e institucional, era o valor que ele mais defendia. Poderão estranhar alguns, que um homem de tais convicções tenha protagonizado episódios como a intervenção em Goiás ou o chamado fechamento do Congresso. Fugindo um pouco de seus artigos e me valendo da memória de inúmeras conversas que tive com ele, afianço aos senhores que ele tinha uma absoluta tranquilidade sobre seu papel nesses eventos. Longe de ver neles qualquer contradição aos seus valores democráticos e humanos, percebia-os como intervenções necessárias para que a ordem democrática prevalecesse naquelas ocasiões. Meira Mattos foi um realista que sabia que a paz e a democracia são valores que não se estabelecem por si próprios, tem que ser conquistados pelos povos e protegidos.

Incomodava Meira Mattos a já citada mediocridade de nossas elites políticas. Em artigo publicado em 08 de maio de 2006, sob o título “O estadista e o político”, ele externa este desencanto:

Está chegando a hora de, democraticamente, elegermos um Estadista para presidir o Estado brasileiro. O Brasil precisa, urgentemente, de um presidente competente e honrado que conduza a política nacional orientada pelos interesses permanentes do Estado – soberania, integridade territorial, integração nacional, democracia, educação, desenvolvimento socioeconômico, paz social. As políticas setoriais e regionais não podem ameaçar ou contrariar esses superiores interesses do Estado.

Mais adiante, ainda no mesmo artigo,

Por falta dos grandes partidos programáticos que saibam conjugar suas políticas setoriais e regionais sem se afastar da fidelidade aos interesses superiores do Estado, desde a República o país é governado por políticos personalistas, alguns muito bem intencionados, cada qual com o seu programa próprio, ignorando aquilo que de bom herdou de seu antecessor. A política nacional está entregue ao arbítrio de líderes que alcançaram a chefia da Nação e que governam de acordo com ideias próprias ou de seu grupo palaciano, sem nenhum controle por seus partidos que, terminada a eleição, ficam submetidos à postura personalista do candidato que elegeram.

Ainda neste artigo, há uma passagem que poderia ter sido escrita nos dias de hoje, se não, vejamos:

Ninguém tem dúvida que o povo espera do próximo governo um amplo e bem planejado programa de desenvolvimento político e social que desperte as potencialidades deste país. Um programa que impulse o atendimento das necessidades vitais de educação, saúde, alimentação, moradia, reforma política e eleitoral, transportes, produção, paz social, segurança, defesa; que transforme em riqueza nossos recursos inexplorados, que comece a nos tirar do atraso social, que revigore o poder nacional a fim de proteger nossa soberania perante um mundo intranquilo e conflitante.

Acho que é razoável supor que ele não seria surpreendido pelas recentes passeatas ocorridas recentemente em diversas cidades brasileiras.

Outro tema constante em seus artigos é o reconhecimento do papel das forças armadas na história brasileira. Seja lembrando passagens históricas, seja lembrando nossos heróis, seja mostrando os sacrifícios enfrentados pelas forças que ele considerava mal aparelhadas para o cumprimento de seus deveres. Lamentava o descaso que os governos daquele tempo conferiam à necessidade de se dotar o Estado brasileiro de um poder militar em conformidade com o patrimônio a ser defendido.

Ex-combatente da FEB, uma de suas preocupações era o resgate e a preservação da jornada cumprida pela Força Expedicionária Brasileira na Segunda Grande Guerra.

Para ele era motivo de orgulho lembrar como o combatente brasileiro rapidamente se adaptou ao cenário da guerra e lutou de igual para igual com exércitos muito mais aparelhados e treinados como era o caso das forças alemãs, italianas e norte-americanas.

Sobre a guerra eu darei um testemunho pessoal. Há mais ou menos três anos fui convidado a ir à Itália assistir a uma cerimônia a ser realizada no Monumento de Monte Castelo. Como parte dessas comemorações, foi inaugurada uma fotografia de Carlos de Meira Mattos na biblioteca pública da cidade de Gaggio Montano, que fica a minutos de onde se travou a batalha. Bem, podem imaginar a minha emoção quando vi ser descerrada a foto de meu pai na biblioteca daquela cidade italiana. Havia ele sido escolhido para representar a tropa brasileira que, segundo todos os testemunhos dos italianos que eu escutei, havia sido a única a respeitar a população italiana, e é claro que todos sabem sobre o que eles estavam falando.

Contaram eles que diversos italianos, por opção, durante a guerra se fardaram como brasileiros, tal a admiração que nossos soldados causaram. Dessa bravura, o Brasil não fala e não comenta. Meu pai em alguns artigos procurou esclarecer as pessoas sobre como foi exitosa a nossa participação na guerra. Mais aos nossos tempos ele via o Brasil

preocupantemente desaparelhado para o caso da eclosão de um conflito. Em artigo publicado na Folha de São Paulo sob o título *A Crise orçamentária das Forças Armadas*, em 25 de julho de 2002, ele adverte:

Em termos de Política com “P” maiúsculo, ou de estadismo, é uma inconsciência ignorar a importância das Forças Armadas no contexto de uma política nacional. Brasil é uma potência média, possuidor do quarto patrimônio em extensão geográfica do mundo, da sexta população mais numerosa do planeta, alcançou uma posição de relevo entre as dez maiores economias e foi capaz de fundir numa cultura homogênea os traços de miscigenação racial. Não somos uma pequena nação inexpressiva no concerto mundial. Temos muito a preservar e muitíssimos interesses a defender neste jogo de ambições da política internacional. Neste jogo de disputas nada ético que revela a política internacional o que pesa é o poder nacional, e o poder nacional que tem como atributo inseparável o poder militar. “Todos os grandes estadistas do mundo e do Brasil entenderam este truísmo.

Continuando, ele destaca:

A existência da força nas disputas internacionais de interesses, de desdobramento sempre imprevisíveis, é um argumento de persuasão ou de dissuasão, atuante muito antes de precisar ser empregada. Quase sempre evita o seu emprego, que seria a guerra.

A Amazônia é um destaque especial em seus artigos. Observador arguto da cena internacional, ele não se iludia com a retórica das ONGs internacionais sempre preocupadas com as condições de vida dos indígenas, com a preservação da flora e fauna e com a preservação do tal pulmão do mundo. Atrás desses interesses, ele percebia muitas vezes a tentativa de questionar a autoridade do estado brasileiro naquele território e, até, de tentativas de internacionalização da área.

Vamos agora examinar alguns de seus artigos em política internacional. Embora, como dissemos, ele tenha sido um homem democrata, um homem defensor do livre mercado, da livre iniciativa, essas posições

não o impediam de ser crítico em relação às nações líderes do mundo ocidental. Vejamos seu artigo *Kosovo e o Brasil*, publicado na Folha de São Paulo, em 13 de julho de 1999. Diz ele:

O ataque militar da OTAN a uma nação soberana, da maneira como foi perpetrado, violou um compromisso assumido por todos os signatários da Carta da Organização das Nações Unidas: intervenção militar coletiva em país soberano deve ser aprovada pelo Conselho de Segurança e executado por forças sob direção deste Conselho.

Segue mais adiante: “Não resta dúvida: tratou-se de uma atitude prepotente, principalmente de parte dos governos dos EUA, do Reino Unido e da Alemanha”. Após lamentar as barbaridades cometidas contra civis nessa guerra, ele chega ao seu ponto: “A guerra contra a Iugoslávia veio levantar teses intervencionistas que representam perigo futuro para o Brasil e para todos os países emergentes. Elas colocam a nossa soberania sob o risco do arbítrio dos poderosos”.

Essa sua independência fica também evidente quando nos alerta para a chamada Guerra Preventiva. Em artigo com esse mesmo título, publicado em 18 de novembro de 2003, ele começa por traçar as razões que levaram os EUA a aplicarem o conceito de guerra preventiva. Embora ressalve toda a barbaridade dos atos terroristas e da necessidade do mundo se ver livre deste tipo de ação, Meira Mattos descrê da Guerra Preventiva. Vamos ao texto:

As táticas terroristas, tornadas superviolentas pela inclusão de portadores suicidas de explosivos devastadores, são de uma odiosidade que ultrapassa todo limite de tolerância humana. Entretanto, na nossa opinião, a sua contrapartida, a guerra preventiva, não representa um instrumento capaz de assegurar o entendimento e a paz entre as nações.

Segue ele mais ao fim do artigo:

Perigosamente vem se difundindo a prática da guerra preventiva. Israel atacou o território da Síria alegando

se defender da iminência de ataque por grupos palestinos ali abrigados. O governo de Washington aprovou a ação militar de Israel como um legítimo direito de defesa.

E finaliza:

Estamos assistindo ao surgimento de uma nova estratégia política e militar em que a prática da guerra preventiva vem se generalizando. Sua aceitação abala os princípios de soberania das nações e o de autodeterminação dos povos que até hoje têm se constituído em alicerces do direito internacional e referência fundamental para a procura da paz e segurança no planeta. A aceitação da guerra preventiva representa uma ameaça para o futuro do Brasil. É uma arma que só serve aos poderosos. Poderá vir dar asas às ambições internacionais que já rondam a nossa Amazônia, criando o pressuposto de uma ameaça ao equilíbrio ambiental da humanidade (tese que já vem se ensaiando).

Creio haver pinçado em seus artigos trechos que revelam a sua inteligência, o seu descortínio e a sua independência intelectual. E mostrado a sua enorme devoção ao Brasil, país que ele queria ver entre os melhores do mundo. E melhor do mundo significava para ele ser uma nação ordeira, oferecendo aos seus cidadãos uma excelente qualidade de vida e oportunidades de sucesso profissional e felicidade. Uma nação onde a liberdade individual seria respeitada. Uma nação com uma força militar capaz de dissuadir inimigos.

Estes artigos já são um resumo de suas teses e de seus livros. Ou melhor, uma tradução das ideias em suas teses e livros para um idioma que os leigos entendem. Mas, fazendo o resumo do resumo, podemos destacar as ideias chave em seu pensamento nos parágrafos subsequentes:

O Brasil moderno herdou um enorme território que foi conquistado pelos portugueses e solidificado por nossas forças armadas e graças à ação brilhante da nossa diplomacia, destacando-se aí o trabalho dos dois Rio Branco (Visconde, o pai e Barão, o filho). Para dar conta desta missão, o Brasil tem que se aceitar como uma potência média. Isto é: manter uma

política externa prestigiando as regras estabelecidas, as resoluções da ONU, na medida em que não nos interessa quebras no *status quo* que facilitem ações militares de países poderosos; e armar-se a ponto de possuir um poder dissuasório razoável. Ou seja, não “ir às compras” de maneira exagerada no mercado bélico, mas possuir forças armadas capazes de obrigar a qualquer país com ambições em relação nosso território e suas riquezas pensar duas vezes.

Embora tenha sido um anticomunista determinado, quando falava no risco apresentado pelas potências estrangeiras, ele tinha muito claro que, principalmente em relação à Amazônia, devíamos estar sempre atentos aos movimentos vindos dos EUA e de países da Europa Ocidental.

E, coerente com suas preocupações, tinha, por assim dizer, uma visão legalista da ordem mundial. Especialmente na América Latina, ele prevenia sempre aos leitores sobre a necessidade de se manter o continente pacífico, pois qualquer conflito poderia redundar em rediscussão de fronteiras e outros pontos que não interessavam ao Brasil.

ESTRATÉGIA MILITAR E GEOPOLÍTICA APLICADA

Alberto Cardoso*

Alguma coisa é mais importante do que o trabalho do soldado deve
ser bem feito?

Platão, século IV a. c. *A república*

Honrado com o convite para fazer comentários sobre o eixo temático delineado no livro *Estratégias Militares Dominantes*¹, nesta homenagem ao centenário de nascimento do General Carlos de Meira Mattos – um soldado que fez muito bem o seu trabalho, na paz e na guerra –, penso que analisar para leitores civis e militares² os principais temas dos ensinamentos brindados pelo autor na sua obra, seria também uma forma de reverenciá-lo.

Como sabemos, o tempo tende a fazer caducar conceitos da estratégia moderna (da antiga, só não prescrevem as representações genéricas boas ou as criadas por poucos gênios). Todavia, apesar dos quase trinta anos da primeira edição, o livro de Meira Mattos nos traz, ainda plenos de valência, seus pensamentos e complementações das reflexões de alguns clássicos. Aproveitar as oportunidades de aprendizagem que os grandes mestres, como o nosso autor, nos disponibilizam nas fontes inesgotáveis de suas publicações, e repassá-las, é uma boa maneira de continuar a difusão do conhecimento. A ideia mesma da exploração de eixos temáticos, baseada em sua bibliografia, dá seguimento à pertinência com que o general se dedicou ao compartilhamento de sua sabedoria.

* Alberto Mendes Cardoso é General do Exército Brasileiro. Foi instrutor-chefe do Curso de Infantaria da AMAN. Como coronel, comandou o 11º Batalhão de infantaria de Montanha, em São João del-Rei, e também o Corpo de Cadetes da AMAN. Como oficial-general, foi comandante da 2ª Brigada de Infantaria Mororizada, em Niterói, em 1994. Foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Encerrou sua carreira militar na função de chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

1 Biblioteca do Exército, 1986.

2 Pelo fato de mencionar civis e militares, na categoria de leitores, pois o texto foi redigido tendo os dois grupos em mente. Algumas ideias poderão parecer dispensáveis para uns ou outros, mas, ao final, deverão compor um todo com sentido para o conjunto.

Este livro não lida apenas com estratégia, mas também, com História e Geopolítica, matérias indispensáveis ao embasamento das opiniões e propostas de Meira Mattos. Especialmente no capítulo 6, *Sugestões para uma Estratégia Militar Brasileira* – meta e síntese das análises anteriores –, ele usa o seu conhecimento para mostrar, dentre outros aspectos, a possibilidade de se adotar o método geopolítico³ no diagnóstico das necessidades de defesa nacional, do qual resultam os objetivos da política de defesa nacional e as estratégias militares voltadas à persecução deles. Ei-lo, como sempre, dando aplicação útil à geopolítica.

Nos últimos parágrafos do capítulo de conclusão, o autor exalta a importância da ação de chefia e do assessoramento do estado-maior para o êxito das estratégias militares. No item final, ele fecha o foco sobre o elemento básico das vitórias ou fracassos, como um sinal de alerta em relação aos riscos dos devaneios estratégicos: “Na guerra, como em todo empreendimento maior, no passado, no presente e no futuro, em que pese a mais avançada tecnologia, o sucesso dependeu, depende e dependerá do homem.” Um princípio que “imperava através da história, na paz e na guerra, e projeta-se com toda a força no futuro”. Refere-se ao planejador e ao executante, ao estrategista e ao tático, ao comandante e ao assessor, ao general e ao soldado sem divisas.

Com o pragmatismo de quem crê que nenhuma teoria tem valor se não for exequível, ele iguala todos (“o homem”) em importância, como uma síntese das estratégias militares dominantes, depois de percorrer o que, em suas palavras, define como “a saga traçada pelas principais teorias sobre a guerra e sobre a estratégia militar, desde os escritos do general chinês Sun Tzu, do século V a.C., até as últimas projeções do conflito”. Todo estrategista, estudante da matéria ou leitor dileitante deveria ter em mente esse fecho da obra durante sua leitura.

PARÂMETROS PARA A ANÁLISE

A análise vai se guiar por três grupos temáticos de conceitos que sobressaem no livro do general Meira Mattos: estratégia – princípios

3 Meira Mattos define geopolítica assim: “Parte da ciência política inspirada nas realidades geográficas do Estado”.

da estratégia – dissuasão; planejamento militar – estratégias militares combinadas – teatro de operações; e cultura nacional – doutrina militar. Alguns dos comentários sobre estes temas têm conteúdo oficial, outros se baseiam em pontos de vista pessoais. As considerações serão entremeadas por ideias pertinentes aos conceitos, conforme transmitidas pelo general nos sete capítulos do livro. De vez que essas observações se destinam a leitores civis e militares, estes deverão de entender que explicações já de seu conhecimento sobre assuntos do dia a dia da seara castrense foram acrescentadas tendo em vista o público leigo no assunto. Há que se estar atento para a exploração inteligente e intensiva das citações de autores clássicos, elaborada pelo autor na obra. Ele as usa não como respaldo para suas opiniões, mas com o objetivo de ampliar o campo da visão possível das disciplinas Geopolítica e Estratégia, na qualidade de doutor nessas matérias. Chamo a atenção para esse aspecto, porque sua posição quanto aos conceitos assim expostos e avalizados ou complementados é uma fonte rica dos ensinamentos e de ampliação ulterior útil à pesquisa.

Na *Cosmovisão Filosófica*, introdução e moldura do livro, Meira Mattos condensa as grandes linhas filosóficas de condução da guerra, partindo das concepções priorizadas pelos dois maiores tratadistas. De Sun Tzu, sintetiza a preferência pelo modo indireto, a submissão do inimigo por meio da influência ou persuasão das mentes dos governantes, dos comandantes e da tropa acerca da inutilidade do enfrentamento. De Clausewitz, faz a síntese da ideia de submissão pelo uso direto da força. São duas concepções não excludentes – porque complementares e apenas preferenciais – no estreito espectro de políticas e estratégias aceito por ambos em suas obras: *A Arte da Guerra* e *Da Guerra*.

Outro ponto a observar é o fato de o livro ter sido escrito antes da desintegração da União Soviética (URSS), que determinou duas novas circunstâncias na dinâmica mundial: um vácuo na liderança do movimento de expansão do comunismo e a polarização militar do mundo em uma só superpotência. Em consequência, a arma ideológica, que servia aos interesses de ampliação da área de influência da URSS – entenda-se como conquista e consolidação de mercados –, deixou de ser empregada por

uma grande potência, justamente a sua criadora. A China – automeada comunista – já estava em sua marcha rigorosamente controlada para o capitalismo e concentrava os esforços nacionais para conquistar mercados por via dos preços imbatíveis de seus produtos, não mais por meio da revolução armada. Esta deixara de ter sentido, de vez que seu papel já fora cumprido. Segundo as perspectivas da Rússia e da China, que os EUA ficassem com sua unipolaridade militar e suas preocupações com o terrorismo, pois para a nação soviética já era mais do que bastante lidar com a combalida economia soviética herdada, e em se tratando da China só interessava continuar batendo recordes de crescimento econômico, surfando nas ondas dos ciclos do “capitalismo jamais selvagem”.

Assim, órfã de uma potência, a chamada estratégia revolucionária (armada), esmaeceu. A ideologia comunista passou a servir a partidos políticos nacionais na disputa eleitoral pelo poder, “customizada” de acordo com as características dos países fora da América do Norte e da Europa e seguindo a cartilha *gramscista* revitalizada. A estratégia revolucionária com base na guerrilha perdeu, assim, preeminência e sua natureza paramilitar cedeu a prioridade para a eleitoral⁴. Convém repetir: *prioridade*; tendo em vista que em alguns países é fácil perceber a existência de “reservas estratégicas” diante da guerrilha como alternativa de manutenção do poder em face do risco de perda pela via legal.

Os conceitos de poder e políticas de Estado permeiam o livro da primeira à última página, considerando-se o poder nacional indissociável do tema defesa nacional, indelegável pelo Estado. Tais ideias fundamentam a afirmativa do general Meira Mattos, no capítulo sobre política e estratégia – *O poder é inerente ao Estado* –, como se fosse o fecho de um silogismo que utilizasse as duas assertivas anteriores como premissas. O silogismo poderia ser: Poder nacional é indissociável do tema defesa

4 Após os êxitos eleitorais de correntes econômicas liberais, na última década do sec. XX, iniciou-se uma onda de vitórias eleitorais populistas esquerdistas na América Latina, que implantaram uma espécie de hegemonia política interna nos países, à custa de alguns costumes – para evitar a fortíssima palavra princípios – democráticos, como a independência dos Poderes da República, ameaçada, por exemplo, pela cooptação ou submissão do Parlamento pelo Poder Executivo ou, ainda, por pressões sobre o Judiciário (escrito em maio de 2013).

nacional. Defesa nacional é indelegável pelo Estado. Logo, o poder é inerente ao Estado.

As políticas de Estado dependem da gestão das áreas de atividade que garantem sua perenidade. Defesa, relações exteriores, moeda, idioma, educação e valores da cultura, saúde, meio ambiente e fortalecimento do poder nacional são indicadores constantes para um grupo de pessoas razoavelmente bem informadas. Encarregados da gestão das políticas de Estado, os governos que se sucedem devem reconhecer eticamente que dispõem de margem de manobra muito estreita para alterá-las a fim de atender programas partidários. Quanto às demais políticas também dirigidas pelo governo, a margem é maior e podem ser adaptadas ao programa do partido no poder, sem danos para o Estado.

Se respeitado esse preceito ético, as estratégias de execução da Política (de Estado) de Defesa Nacional – em especial a Estratégia Nacional de Defesa (pessoalmente, prefiro *de Defesa Nacional*) – teriam maior tempo para consolidação e, conseqüentemente, adquiririam consistência.

ESTRATÉGIA, PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA, DISSUASÃO

O general Meira Mattos inicia o capítulo 2, *Política e Estratégia*, se alinhando com Themístocles Cavalcanti na definição de que a ciência política “trata dos fenômenos que se enquadram na organização, na estrutura, no funcionamento do Estado e no exercício do poder”. Mas não para aí. Aperfeiçoa o conceito, introduzindo sua relação com a estratégia: “Política é a arte ou ciência de governar. É a concepção de como governar o Estado. A estratégia é a arte de executar a política. Política é o que fazer; estratégia, como fazer (para alcançar os objetivos da política)”.

Existem variados níveis e naturezas de estratégias no campo da conquista e defesa dos legítimos interesses nacionais; todos necessariamente decorrentes de metas estabelecidas por políticas ou diretrizes políticas.

A estratégia nacional de nível governamental ou de Estado é voltada para a conquista e consolidação dos grandes interesses ou objetivos na-

cionais. Sua execução pode ser obstaculizada por adversários externos conscientes da intenção de imporem suas vontades em defesa de seus próprios interesses nacionais, caracterizando-se, assim, uma situação de conflito. A gestão da estratégia nacional na solução de conflitos deve ser efetivada por *ação indireta*, por meio da ação diplomática, sem emprego predominante de meios militares⁵. A ocorrência de impasses políticos acerca de interesses nacionais vitais pode, em última instância, até mesmo levar à guerra, que é a política adotando uma estratégia nacional com a *ação direta* do uso prevalecente de meios militares, sem que, todavia, cesse a atividade diplomática intensa. Então, a estratégia nacional pode ser indireta (na não guerra) ou direta (na guerra). No mesmo nível e natureza da nacional e pelas mesmas razões, denomina-se estratégia *geral* – indireta ou direta – a empregada por movimentos revolucionários que visem à tomada do poder do Estado, questões abordadas pelo general Meira Mattos.

Quando se vincula à política e aos objetivos de guerra, a estratégia nacional assume a atitude de estratégia (nacional) de guerra. Nessa situação, a estratégia militar – que surgiu com a guerra (a gênese de ambas tem a mesma origem) – é ativada no teatro de guerra (TG)⁶ como preponderante no conjunto das demais estratégias nacionais setoriais (econômica, psicossocial, de pesquisa e desenvolvimento) envolvidas com a busca da vitória. As forças armadas de um país em guerra ou a guerrilha de um movimento revolucionário são executantes da estratégia militar dominante nesses conflitos.

O fato da guerra e da estratégia militar no teatro de guerra se subordinarem à política e seus objetivos caracterizam uma prática corrente há quase um século. Antes esse truísmo não era visto dessa maneira. Até a inconclusiva Primeira Grande Guerra, muitos países

5 A Constituição Federal impõe, no Art. 4º, que o Brasil se guie por dez princípios nas suas relações internacionais, dentre eles: “solução pacífica dos conflitos” e “defesa da paz”. Isso induz absoluta prioridade à estratégia nacional indireta (sem o emprego preponderante da força militar).

6 Segundo o manual de campanha C 100-5 – Operações, do Exército Brasileiro, teatro de guerra (TG) “é todo o espaço geográfico (terrestre, marítimo e aéreo) que estiver ou possa vir a ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra. Pode comportar um ou mais teatros de operações (TO)”. Nele é executada a estratégia militar de guerra.

concordavam que a questão se tratava de assunto adstrito à seara militar. Oitenta anos depois do *insight* de Clausewitz, ainda não se aceitava que, por ser a guerra a continuação da política, esta deveria tornar-se a orientadora das metas militares nas campanhas dos teatros de operações (TO)⁷, já que todos os esforços militares teriam de convergir para a finalidade – naturalmente política – da guerra. Durante os vinte anos que mediaram as duas guerras mundiais, esse conceito correto amadureceu nas nações que viriam a se aliar contra a Alemanha. Estranhamente (porque Clausewitz tinha nacionalidade prussiana) na Alemanha inverteu-se o sentido da compreensão correta, com Hitler pretendendo “reunir em suas mãos o comando político e militar, gerando constantes conflitos internos que a história registra e a derrota embalsama”, como nos diz Meira Mattos.

Inquestionavelmente, a guerra é a política se manifestando de modo preponderantemente militar por uma estratégia nacional direta para conquistar os objetivos vitais não alcançados com meios não militares em tempo de paz, período em que o Estado vinha experimentando uma estratégia nacional indireta. Meira Mattos sempre expôs com clareza sua opinião sobre a subordinação da estratégia militar às diretrizes políticas, desde o nível mais alto – no qual se enquadra a estratégia militar de guerra, que dá vida à política nacional para a vitória no conflito bélico – até a estratégia operacional do teatro de operações. Ele destaca que “a política militar é a fonte inspiradora da estratégia militar” e, logicamente, se subordina à política nacional de guerra.

É com isso em mente que o general discorre acerca das visões dos autores clássicos da estratégia militar indireta (o mestre Sun Tzu e seus seguidores modernos, Mao Tsé-tung, Beaufre e Giap), da estratégia operacional da aproximação indireta (Liddell Hart, o grande codificador

7 Ainda de acordo com o C 100-5, “O teatro de operações (TO) é a parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de vulto, nestas incluídas o respectivo apoio administrativo. O comando do TO tem grande autonomia de ação; por meio dele, se pode combinar, de forma centralizada, a ação das três Forças Armadas.” No TO é executada a estratégia operacional. Ele pode ser terrestre (por exemplo, na II GM, a Europa, o Norte da África), marítimo (o Pacífico) ou aéreo (a Batalha da Inglaterra), conforme a natureza das operações que predominem.

de Sun Tzu para o teatro de operações), da estratégia militar direta (Karl von Clausewitz), da estratégia nuclear (novamente André Beaufre) e da estratégia revolucionária (Mao, Ho Chi Minh e Giap)⁸.

Iniciantes nos estudos estratégicos têm certa dificuldade para apontar os pontos de diferenciação entre a estratégia nacional da ação indireta, a estratégia militar indireta e a estratégia da aproximação indireta. A razão básica talvez seja a falta de percepção de que, como acabamos de ver, a primeira ocorre em tempo de paz, é conduzida pelo governo do Estado e se destina a solucionar, sem o indesejado recurso à guerra, os conflitos internacionais envolvendo até mesmo interesses vitais do país. As outras duas são executadas na guerra pelos comandantes militares.

Considera-se estratégia militar indireta um modo da estratégia militar de guerra (teatro de guerra) que retarda ao máximo as chamadas “mães de todas as batalhas”, as grandes batalhas decisivas. Por meio dela, busca-se o desgaste físico, material e psicológico das forças adversárias em teatros de operações e frentes⁹ secundários (inclusive buscando o controle das linhas e fontes de suprimento do inimigo), antes de direcionar o esforço total no TO ou frente principal. Característica de situações de guerra em que há equilíbrio instável na correlação de forças militares, com tendência para o fortalecimento do lado que passa à ofensiva. Na Segunda Guerra Mundial, a campanha aliada do Norte da África anteriormente ao esforço na Europa evidencia um bom exemplo. Já a estratégia (operacional) da aproximação indireta se desenvolve no teatro de operações (secundário ou principal) e – com o mesmo espírito da anterior, embora em âmbito menor – evita as abordagens frontais e a batalha decisiva até o amadurecimento do desgaste das forças adversárias.

8 A estratégia revolucionária é, na verdade, uma modalidade de estratégia de ação indireta (se levarmos em conta o país eventualmente patrocinador), com uso da guerrilha como braço armado, conforme o autor afirma.

9 Frente é a faixa anterior de um setor do teatro de operações, que pode estar ativada ou não como palco das operações. Na II GM, para os alemães havia a frente russa ou oriental (Europa Oriental e Central), que Hitler, desastrosamente, resolveu abrir em junho de 1941, e a frente (da Europa) ocidental, aberta em 1940 (a Polônia já fora invadida em 1939), expandida e consolidada. Esta só veio a ser reaberta, pelos Aliados, no dia D, 6 de junho de 1944.

Verifica-se, portanto, que se trata de três níveis e duas naturezas diferentes de estratégia indireta – as duas últimas são essencialmente manobras militares na guerra; ao passo que a primeira (a nacional sem emprego predominante de forças militares) busca a solução de conflitos sem recorrer à guerra. Vale recordar que, no caso de guerra, a estratégia nacional é dita *direta*. Assim, a estratégia militar (TG) e a operacional (TO) ocupam dois níveis entre a política/estratégia nacional de guerra e a tática do campo de batalha. Apenas como informação, as atividades estratégicas e logísticas militares no TO compõem a *campanha*; as ações táticas caracterizam a *batalha*.

Ocorre que, em guerras com um só teatro de operações, a estratégia militar de guerra se confunde com a operacional, como as guerras na China antiga travadas pelo Reino de Wu, com Sun Tzu no comando do exército. Por essa razão, o tratado *A Arte da Guerra*, do mestre chinês, exalta o método indireto englobando competências do soberano (como, por exemplo, as alianças) e as do comandante militar. Daí a dificuldade de caracterizar sua estratégia indireta como só governamental (nacional), só militar de guerra ou só militar operacional. Isso se projeta, quase *ipsis litteris*, nas guerras limitadas modernas, como Irã contra Iraque, Estados Unidos e Vietnã do Sul contra o Vietnã do Norte, Estados Unidos contra Iraque etc.

Meira Mattos levanta as principais dessemelhanças entre a estratégia (operacional) da aproximação indireta e a militar (de guerra ou operacional) indireta, nos capítulos 3 e 4. Mostra-nos que Sun Tzu e seus seguidores chineses e vietnamitas contavam, inicialmente, com o desequilíbrio psicológico do inimigo, não só dos componentes da expressão militar do poder, mas da nação inteira. Procuravam evitar a ação direta armada (a campanha e a batalha), antes de dar protagonismo a ela, caso se tornasse necessária. Para tanto, priorizavam a estratégia nacional indireta e, na guerra, a militar indireta dissuasória do inimigo quanto ao enfrentamento armado (esse tipo de atitude militar envolve, por exemplo, as ações de demonstração de força). Em seguida, o general nos aponta que, pela aproximação indireta dos campos de batalha, Liddell

Hart, como doutrinador do modo militar indireto no teatro de operações, “não abandona completamente a ideia de Clausewitz de concluir a ação estratégica através de uma batalha”, mas se inspira no princípio de “um mínimo de combate e um máximo de manobra”. Realmente, ele sabia que os aforismos de Sun Tzu sobre a “arte do desvio” e a combinação das ações diretas e indiretas eram perfeitamente aplicáveis à estratégia operacional moderna, cuja preocupação principal continua sendo a criação de condições para os condutores da tática iniciarem a batalha, quando inevitável, em condições vantajosas.

Qualquer que seja o tipo de estratégia, existem constantes que podem orientar os planejadores e executantes por representarem uma espécie de memória da história do desempenho das forças militares nas guerras, citando-se, entres estas, como primordiais, os *princípios de guerra*. Eles são achados empíricos que vêm se acumulando e consolidando com os acertos e erros das manobras estratégicas, num processo inacabável que perpassa os séculos de guerra e, de tempos em tempos, sugere a reinterpretação dos conceitos ou mesmo a adoção de novo princípio. Por essas razões, o general Meira Mattos dá seu aval ao conselho de Maquiavel ao governante, citando-o: “No que tange ao exercício da mente, deve o Príncipe ler a História e considerar sobre a ação dos grandes homens, ver como se conduziram nas guerras, examinando as causas das suas vitórias e derrotas, para poder fugir a estas e imitar aquelas”.

Meira Mattos ensina que os princípios da estratégia militar são os mesmos que pautam a guerra. Tem muita razão o nosso autor. Dada a gênese comum, guerra e estratégia militar compartilham os princípios e seus corolários, os fundamentos das operações ofensivas e defensivas. Essa é a face científica da estratégia, uma ciência empírica de cunho sociológico e político. A outra face, a da arte estratégica, se refere à busca do ponto ótimo na dosagem dos princípios e fundamentos, tornada menos subjetiva pelas técnicas de simulação da dinâmica da confrontação bélica, que permitem aproximações da combinação ideal - todavia, sempre dependentes da visão estratégica dos comandantes e seus estados-maiores.

Visando à composição desse equilíbrio idealizado, o general atribui aos princípios de guerra/estratégia o valor pragmático de “padrões de referência para a análise estratégica ou para as necessidades táticas”, que “não devem ser considerados um receituário infalível”. Para o autor, eles podem, “se bem interpretados e corretamente aplicados”, oferecer “um paradigma para a ação”. A esse paradigma, temos chamado de *atitude* que condicionará o planejamento e a execução da estratégia.

Objetivo, ofensiva, manobra, massa, economia de forças, segurança, surpresa, simplicidade, unidade de comando são os princípios adotados oficialmente no Brasil – nove proposições que orientam a arte e a ciência do planejamento, da preparação e do desempenho na guerra. Eles geram os dez fundamentos da defensiva e os onze da ofensiva. Esses trinta guias formam a coluna vertebral de todos os processos de operações militares nos níveis estratégico e tático. Por sua preeminência atual, que se projeta no futuro, merecem ser considerados como princípios de guerra o *meio ambiente* e a *opinião pública* – os quais, para nós, devem respaldar a defesa contra a demonização internacional de nossa capacidade de gerir os recursos naturais e de decidir sobre questões relativas aos brasileiros indígenas. Esses temas podem servir de pretexto a questionamentos no âmbito da política internacional, incluindo-se no *script* de algumas de nossas hipóteses de emprego das forças armadas na estratégia nacional direta, e motivo de estratégias permanentes na guerra diuturna de difusão da realidade da ação do Estado brasileiro nesses setores.

Na fase de planejamento, os estrategistas utilizam a ciência e a arte para, guiando-se pelos princípios e por suas visões estratégicas, implantar atitudes que imponham a atmosfera e o ritmo da preparação e execução da estratégia de capacitação para o confronto bélico e, por via de consequência, sinalizem a postura de dissuasão e o desempenho no eventual conflito armado.

O que significa implantar atitudes no planejamento e na execução? Que atitudes são essas? Qual sua função no planejamento, na preparação, na dissuasão e, depois, na execução da campanha militar?

Importemos da psicologia a conotação de atitude¹⁰, que nos diz da predisposição individual ou coletiva para comportamentos, e o apliquemos ao campo da gestão de estratégias militares: “A atitude básica da defesa nacional brasileira é a dissuasão.” “Na campanha da Itália, a Força Expedicionária Brasileira atuou com atitude geral ofensiva, mesmo durante a parada no inverno”. “Atitude de expectativa é aconselhável na defesa em largas frentes”. “Ofensiva tática em um quadro geral de defesa estratégica é a atitude prevalecente no estágio inicial da guerra de guerrilha”. Isto é: “Os brasileiros priorizam evitar a guerra na defesa da pátria, com comportamentos dissuasórios”. “A FEB sempre procurou estar em condições de passar à ofensiva e mantê-la”. “Com meios insuficientes para ocupar toda a frente a defender, devemos ficar em condições de concentrar oportunamente o poder de combate na parte que venha a ser ameaçada pelo ataque inimigo”. “A guerrilha está sempre pronta a atuar ofensivamente, mesmo quando ainda incipiente”.

Quando adotado pelos planejadores e executores de um plano estratégico para dada situação, o conceito de atitude passa a ser expresso e aplicado com o sentido de predisponente a influir em todo o planejamento e execução da manobra estratégica por meio da adoção dos princípios e fundamentos da estratégia eleitos como adequados e sempre serão capitaneados pelo princípio *objetivo* e dosados em uma matriz otimizada de acordo com os preceitos da doutrina militar. Nesse sentido, eles podem emprestar seus nomes às atitudes dominantes. Por exemplo, postura *ofensiva*, vitória pela *manobra*, *massa* por meio da *economia de forças*, *surpresa* por meio da aproximação indireta (o artifício do “desvio” de Sun Tzu), *simplicidade* da manobra, preeminência do *objetivo*, rapidez provendo *segurança*, *unidade de comando* apesar da descentralização da operação.

Futuro, mudança, planejamento e execução de uma estratégia de preparo das forças armadas compõem um ciclo permanente de causalidade. No planejamento, o porvir é representado pelos cenários das

10 As atitudes dos subordinados e do seu conjunto, condicionadoras dos comportamentos desejados pela organização são os alvos prioritários dos chefes que pretendem dirigir liderando, isto é, além de chefes institucionais, tornam-se, também, líderes.

hipóteses de emprego (HE), atingidos pelas forças armadas em prazo compatível com a gravidade dos riscos e em condições de vantagem sobre o adversário. Para tal, elas deverão passar por mudanças, que preveem planos com destaque na preparação de hipóteses. Na medida em que prepara as forças armadas e as demais expressões do poder nacional, um país fortalece a sua habilidade de influenciar nos fatores portadores das tendências conducentes às hipóteses de emprego, reduz o déficit da mudança necessária, atualiza o planejamento e adapta a execução. Enfim, torna-se mais convincente. Este ciclo deve girar permanentemente.

Já insinuamos que o ciclo permanente de preparação para uma hipótese de emprego é um processo que arrasta consigo a competência dissuasória militar. Esta se situa aquém da capacidade plena para a guerra (cujos focos são a manobra estratégica militar no teatro de guerra e a manobra estratégica operacional no teatro de operações, e suas respectivas estratégias de apoio). Pode-se, desta forma, dizer que o caminho apropriado à dissuasão se assemelha ao da capacitação para a guerra. Quanto mais próxima da prontidão para a guerra estiver a capacidade de uma força armada, mais dissuasória ela tende a ser ante o adversário cogitado na hipótese de emprego, motivo da preparação. Como a coexistência pacífica das nações desaconselha e os limites orçamentários impedem a condição permanente de capacidade sustentada para a guerra, a quase totalidade dos países se obriga a priorizar metas de capacidade dissuasória.

Nas conclusões do capítulo 6, o general Meira Mattos apresenta ideias a respeito de uma dessas metas: “[...] (ter) uma estrutura e uma organização de forças capaz de atender à atitude estratégica defensiva ativa”, que ele preconiza. E salienta que “o efeito estratégico que devemos perseguir nessa atitude defensiva é o de criar uma força de dissuasão”.

Considera-se a atitude de dissuasão uma linha geral de procedimento do Estado com vistas a evitar a guerra por meio da indução a um país adversário ou potencial inimigo a não assumir o risco de iniciar hostilidades políticas, econômicas ou militares além do limite tolerável, diante da possibilidade de sofrer retaliação que não possa suportar. No

processo decisório desse país, a avaliação de risco tende a demonstrar que a relação custo-benefício é inaceitavelmente desfavorável para ele.

Forças Armadas dissuasórias representam apenas um vetor da capacidade de dissuasão total de um país; os outros vetores são o político, inclusive diplomático; o econômico; a vontade e o moral nacional; e o tecnológico. Para o vetor militar cooperar com o poder dissuasório do país, relaciona-se outros elementos necessários: (a) o adversário tomar conhecimento do forte poder de retaliação (real ou parcialmente simulado, mas verossímil); (b) estar convencido de que o país atacado fará uso desta ação; (c) valorizar os possíveis alvos da eventual retaliação; e (d) não poder defendê-los e manter a ofensiva simultaneamente. Seguimos a linha de Raymond Aron quando afirma que a capacidade militar dissuasória adequada a cada hipótese impõe uma situação de equilíbrio entre a capacidade ofensiva de conquista e a de defesa do território. Mesmo para uma nação pacífica como a brasileira¹¹, ela deve permitir ameaçar alvos na infraestrutura crítica do adversário. A esse respeito, o general Meira Mattos diz que “nossa estratégia defensiva deve se caracterizar pelo dinamismo do alerta e da vigilância na proteção do imenso patrimônio nacional. Deve guardar sempre uma capacidade de represália militar”.

A postura de dissuasão tem de ser encaixada no misto de ética e pragmatismo das relações internacionais, tão bem expressos por Montesquieu: “O direito das gentes se baseia naturalmente neste princípio: as várias nações devem fazer-se mutuamente o maior bem possível, em tempo de paz, e o menor mal possível, durante a guerra, sem, todavia, prejudicar seus genuínos interesses.”

Não há dúvida de que os países têm seus legítimos interesses; resta constatar quais detêm o poder de impô-los e defendê-los. Poucos podem fazê-lo a seu próprio talante, determinando os limites de aceitabilidade de ameaças, sem blefe ou bravatas. A nação que, assim pretenda agir, precisa dispor de capacidade dissuasória compatível com o vulto da avidéz internacional pelos seus interesses. No âmbito das relações internacionais existe

11 Coerentemente com a índole brasileira, a realização de guerra de conquista é vedada expressamente pelas constituições brasileiras desde a de 1891, que, pela primeira vez, dispôs sobre as relações exteriores do país.

uma hierarquia de poder tacitamente aceita pelos Estados sem a capacidade relativa de estabelecer o limite do “maior bem possível” exigido e o “menor mal possível” aceitável, em tempos de não guerra. Essa realidade também se aplica à capacidade de que sejam aceitos os seus interesses vitais por outros governos. Mesmo os organismos internacionais destinados a garantir a “governança mundial” têm seus limites de atuação respeitados ou não de acordo com as conveniências e o poder dos países afetados por suas deliberações.

PLANEJAMENTO MILITAR, ESTRATÉGIAS MILITARES COMBINADAS, TEATRO DE OPERAÇÕES

No capítulo 4, *Planejamento Estratégico Militar*, o general Meira Mattos explora e enriquece o método de planejamento de estratégias militares utilizado pelo antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), desativado com a criação Ministério da Defesa. Na sua introdução, cita o destaque que Clausewitz dá ao plano de guerra, como matriz de toda a sequência de planejamento das estratégias militares, chegando até as circunstâncias da tática. É, na verdade, um alinhamento de objetivos gerado a partir do “objetivo final”, visado pelo “ato militar” e em convergência com ele. Nos próximos parágrafos, acrescentamos ideias genéricas, mais propriamente dirigidas ao leitor não afeito aos métodos de planejamento militar, a fim de alcançar um nivelamento da compreensão desta parte do livro. Convém recordar estes expedientes: à luz de cada uma das Hipóteses de Emprego das forças armadas, surgem o plano militar de guerra para o teatro de guerra (que expõe a estratégia militar de guerra) e os planos de campanha para os teatros de operações (referentes às estratégias operacionais dos TO). Pautados por eles, são elaborados os planos de preparação das forças armadas.

Todo estrategista precisa ter em conta que está determinando os meios pelos quais grupos específicos devem atuar no sentido de atingir as metas estabelecidas por uma política ou diretriz, sempre pensando na execução e nos executores. Ele desenvolve a estratégia, não por deleite ou vaidade intelectual própria. E ainda, se o elaborador da política não

considerou estas particularidades relativas ao trabalho do estrategista, cabe a este, no mínimo, interpretar as intenções políticas daquele e dar condições de exequibilidade pelos gestores da estratégia e pelos que operarão no nível tático.

O leitor já pode ter inferido que quaisquer estratégias militares estão incluídas em uma das duas categorias: (a) preparação *para* a guerra – inclusive a localização das sedes das unidades militares na paz, uma concentração estratégica pré-guerra com vista em todos os teatros de operações possíveis –; ou (b) operações *na* guerra, que são o desempenho das estratégias militares de guerra e estratégias operacionais em uma ou mais hipóteses de emprego ativas. Façamos alguns comentários sobre elas.

Planejamento e execução de estratégias de preparo têm relação com o futuro de uma força armada e seus sistemas; ou seja, no primeiro passo, arquiteta-se a estratégia de condução para o futuro, e, no segundo, realiza-se a própria preparação. Quando bem compreendidas e articuladas entre si, essas atividades enfatizam: (a) o estado prospectivo desejado para a organização e o procedimento adequado para a mudança necessária, tendo por ponto de partida a situação atual; e (b) a importância de administrar a capacidade de dissuasão no presente, mantendo a força armada no rumo desejado, capacitando-a para as hipóteses de emprego.

Como uma estratégia de preparo pressupõe a mudança, a transformação da força armada de um estado atual para outro, com vista no futuro, o planejamento que cria a estratégia tem de se balizar por essa transformação. Isto é, deve considerar a base existente e projetar *como* e *quando* se deseja que a mudança ocorra, *que setores* a farão, *com que recursos* e *em qual cenário futuro ou hipóteses de emprego*. As ideias de mudança e futuro são, portanto, pontos centrais dos planos estratégicos de preparação.

Para ficar bem marcado: quando se planeja uma estratégia de preparo se está planejando o modo de fazer mudança, com objetivo no futuro em prazo médio ou longo, que pode ser uma tendência ou uma hipótese completa, cujos macros eventos formadores normalmente estão fora do controle do país. Essa situação gera um grau de incerteza a ser atenuado pela correspondente flexibilidade dos planos.

Pode-se, então, cunhar a seguinte premissa: o planejamento precisa do viés permanente da mudança pretendida, a fim de que resulte em um plano estratégico capaz de produzi-la. Sem visão do futuro e meta de mudança, não há estratégia de preparação. Estar-se-á apenas deixando acontecer a manutenção do *status quo*; e não se executando uma estratégia de preparo.

No Brasil, o pressuposto de toda a concepção estratégica de capacitação das forças armadas está no fato de constituírem o braço armado do Estado, destinado, sobretudo, à defesa nacional, com ênfase na obtenção da capacidade de dissuasão, em conjunto com a diplomacia e as demais expressões do poder nacional.

Vimos que a preparação voltada especificamente para a defesa externa com predominância das operações militares deve ser balizada pelas hipóteses de emprego. Estas se firmam em cenários realísticos, de base geopolítica, os quais, dentre outras informações, abranjam países, coligações ou outros atores que possam constituir ameaça bélica, e os teatros de operações correspondentes. Portanto, para cada um desses ambientes, no Brasil, o Ministério da Defesa planeja a atuação conjunta das forças, estabelece diretrizes para a preparação e realiza os exercícios e as manobras de adestramento correspondentes.

Assim se estrutura o planejamento estratégico militar de preparação para o emprego das forças armadas, visando às características de todos os possíveis TO. Ao longo da execução desta estratégia, as atualizações de tendências ou cenários que impliquem modificação de uma HE devem gerar seu aperfeiçoamento.

Com base principalmente na estratégia de preparação, as forças armadas e o Ministério da Defesa calculam a necessidade de recursos e elaboram suas propostas orçamentárias, que incluem o reequipamento e a eventual transferência de sede de unidades, com vista na concentração pré-emprego adequada. Essas propostas não aleatórias concorrem para que tenham condições de operacionalidade com valor dissuasório e evitar o seu sucateamento, pois faz parte do risco *Forças Armadas fragilizadas* uma eventual situação de:

- incapacidade de executar estratégias não convencionais para dissuadir ou enfrentar países militarmente mais fortes;
- países de menor expressão geopolítica e geoestratégica ou movimentos irregulares armados – ou uma associação entre eles – se darem conta, acerca do Brasil, de que o gigante está indefeso; e
- países limítrofes resolverem impor à força “reparações” de alegados prejuízos a seus interesses, podendo, para tanto, se coligar com outros na fila dos candidatos à liderança sul-americana de fato – uma hipótese remota, mas possível.

Na sequência daquele destaque de Clausewitz na introdução do capítulo 4, Meira Mattos extrai do manual do EMFA um conceito que, segundo ele, confirma a extensão da influência da visão do prussiano sobre o planejamento militar brasileiro: “O Plano de Guerra é estabelecido para cobrir todos os aspectos relacionados com uma hipótese de guerra (hoje, hipótese de emprego). Haverá, pois, tantos planos de guerra quantas as hipóteses de guerra considerada”.

A partir daí, desenvolve explicações sobre as Hipóteses de Emprego, colocando o foco nos chamados *conceitos estratégicos militares* gerados por elas e na concepção geral da guerra, incluída em cada conceito. Atribuição do antigo Conselho de Segurança Nacional, a elaboração desta concepção estaria, hoje em dia, na seara do Conselho de Defesa Nacional¹², secretariado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. A concepção geral da guerra – destaca o autor, sempre nos lembrando de que a base de tudo é a hipótese de emprego – apresenta dados com os quais se formulam as diretrizes para o planejamento militar. E a enfatiza ainda, em cada hipótese, como fonte dos conceitos das operações (os esquemas gerais das manobras estratégicas operacionais) no TO, em especial a estratégia militar conjunta¹³, que arquiteta o emprego das forças armadas sob um comando unificado. Pelo caminho do plane-

12 Composição do Conselho de Defesa Nacional (Constituição Federal, Art. 91): Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara de Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro da Justiça, Ministro da Defesa, Ministro de Relações Exteriores, Ministro do Planejamento, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

13 As três Forças sob um comando único, que será baseado na Marinha, Exército ou Força Aérea conforme a natureza do Teatro Operações.

jamento em cascata – da estratégia de guerra até a tática –, Meira Mattos conduz nosso pensamento para a importância das operações conjuntas.

Lendo o livro, recordei-me das análises semanais do general, plenas de ensinamentos para os oficiais da Brigada Latino-Americana, que comandava como coronel nas operações na República Dominicana. Sempre nos mostrava os aspectos fundamentais da congruência entre os planos de operações de todas as forças envolvidas nas ações estratégicas e táticas e, sobretudo, deles com os objetivos políticos da intervenção da OEA naquele país.

Meira Mattos nos aponta o elo mestre que assegura a fidelidade dos objetivos militares às metas políticas: a estratégia operacional, responsável pela transformação da estratégia militar de guerra – cujos objetivos estão muito próximos das metas políticas – em movimentos estratégicos entre campos de batalha com objetivos táticos convergentes para o objetivo da campanha. Isso, em última análise, alinha as operações militares no TO com a meta da guerra.

No capítulo 5, seguinte ao do planejamento estratégico-militar, o autor tece considerações sobre a estratégia de operações conjuntas, numa espécie de aplicação das ideias buriladas anteriormente. O marco de referência é a Segunda Guerra Mundial, na qual ele testemunhou, como arguto observador, o “surgimento das operações conjuntas”. E explica que as razões determinantes do abandono das operações independentes realizadas por uma só força armada foram a “grande extensão dos teatros de operações, a variedade dos meios empregados e a necessidade de coordenação de todas as ações”. Tudo isso visando aos objetivos das campanhas, mormente no Pacífico, na invasão do norte da África e da Normandia e no continente europeu. É fácil concluir que essas circunstâncias de tamanho do TO e de dificuldade de coordenação se aplicam, à perfeição, às hipóteses brasileiras de conflito.

Tão evidenciada ficou a importância dos comandos conjuntos na Segunda Guerra, que, durante ou após ela, diversos países criaram estados-maiores para o planejamento das operações dessa natureza. No Brasil, estabeleceu-se o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em 1949.

Eis um ponto a ser considerado com muito cuidado pelo governo e pelos estrategistas militares brasileiros em relação à defesa dos grandes espaços amazônicos e outros eventuais teatros de operações: comandos conjuntos desde o tempo de paz, específicos para as hipóteses de emprego.

Em suas “sugestões para uma estratégia militar brasileira”, no capítulo 6, o general Meira Mattos faz uma esmerada avaliação geopolítica das razões de nossa defesa militar e dos possíveis teatros de operações, que merece uma atenção especial do leitor, independentemente da natural necessidade de atualização dos dados.

No marco das manobras estratégicas contrapostas no TO, ocorre a síntese da definição mais simples de Foch para estratégia militar: a oposição de duas vontades, que empregam a força para se impor. Esse choque de vontades perpassa todos os níveis das forças militares envolvidas e dele sairá vencedor o lado que mais bem explorar todas as circunstâncias, a começar da modelagem das estratégias à realidade geopolítica.

O comandante da campanha no TO precisa se preocupar em relação à estratégia operacional no sentido em que se amolde à importância de obtenção de uma unidade geopolítica na qual se insiram as operações das forças militares, preponderantes, é bem verdade, mas ajustadas não somente à fisiografia e ao clima. Elas devem ser igualmente harmônicas com os aspectos econômicos, psicossociais e ambientais regionais.

Já constatamos que a manobra estratégica operacional no rumo do objetivo da campanha tem, como principais elementos, as batalhas, reinos da tática, e o movimento estratégico entre os campos de batalha. Verificamos, ainda, ser esse objetivo dependente do objetivo militar de guerra, o qual, por sua vez, deriva da política de guerra. Mas o leitor fará bem em guardar a ideia de que o teatro de operações só se transformará em uma unidade geopolítica se a manobra estratégica operacional se amoldar a todos os fatores extramilitares citados acima. Enfim, nos embates no TO, é impositiva a interação permanente da estratégia operacional com a geopolítica.

Uma vez que se precisa obter a unidade geopolítica num teatro de operações e tendo em vista os conceitos anteriores, pode-se afirmar

que, para uma correta arquitetura da estratégia operacional, o método de análise geopolítica tem de ser utilizado no diagnóstico do conjunto das circunstâncias, em “mixagem” com o método militar de estudo de situação.

Meira Mattos o faz com a maestria de sempre. No capítulo 6, ele atinge o alvo que veio prenunciando todo o tempo. Após uma objetiva e elucidativa análise geopolítica, aponta os TO que possivelmente comporão nossas principais hipóteses de emprego e os relaciona com as necessidades de comandos conjuntos, desde o tempo de paz. Sugere a ativação permanente de um comando conjunto geral, e também para cada área estratégica prioritária, a saber, Atlântico Sul, Bacia do Prata e Amazônia. Acrescenta que “as mutações estratégicas poderiam orientar a criação de uma subárea estratégica no Nordeste, particularmente ante uma ameaça extracontinental, e, outra, na região Centro-Oeste”. E, com a experiência vivida justificadas pelas urgências e atropelos das preparações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana de Paz na República Dominicana (FAIBRÁS), é cabal na advertência: “Não se deve esperar o momento da crise para se organizarem esses comandos conjuntos”. Conselho que parecia antecipar a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no Ministério da Defesa, um bom abre-alas.

As naturais mutações da política internacional; as tentativas de estabelecer um invisível e quase imperceptível sistema de governança mundial; o hábito das gentes de viverem em países com culturas padronizadas pelo processo contínuo de globalização; as mentalidades equalizadas que assim surgem; as persistentes desigualdades sociais na maioria dos países, em defrontação com a estandardização cultural; a facilidade de manipulação da opinião das sociedades e das nações e de satanização internacional dos governos “da vez”; o avanço do conceito de fronteira para os limites das mentes dos cidadãos; o crescimento exponencial da capacidade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de domínio das inovações tecnológicas com poucos países detentores de tecnologias-chave; o abocanhamento dos mercados pelo rolo compressor dos preços chineses; a crescente

influência das novas ideias ambientalistas; a luta vital por fontes de energia; o poder cada vez maior das coligações de potências para arbitrar e impor seus interesses vitais; a insistência de certos partidos políticos no poder em se apegarem a ideologias que, até a algumas décadas, tinham um papel histórico a desempenhar, mas hoje anacronizadas pela própria história; os fanatismos de variadas naturezas; tudo isso acelera o passar do tempo político.

Tempo político que tenta inverter a tradicional relação com a economia e se esforça por atropelá-la, sem, no entanto, conseguir ultrapassá-la, criando impasses imobilizadores em países que ainda tentam a marcha sustentada para a modernidade. E que, quanto ao nosso tema, também exige vigilância perspicaz sobre a atualidade das hipóteses de emprego das forças armadas e seus possíveis teatros de operações, bem como flexibilidade no redirecionamento dos esforços de defesa nacional. Sobretudo, há de se levar em consideração que a avalanche da informação e do conhecimento vem ampliando e ocupando o TO das mentes e das vontades do pessoal militar, com muito mais força a cada dia. Eis um teatro de não guerra e vários teatros de operações permanentemente ativados, que requerem estratégias criativas.

Mutatis mutandis, esse quadro se aplica a todas as épocas. Em qualquer período, o observador arguto e além do seu tempo consegue elaborar projeções e vislumbrar consequências. Meira Mattos se enquadra nesse perfil. Neste livro, ele mostra que a manobra estratégica é a busca do melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo espaço geográfico e da neutralização possível das dificuldades que este e o inimigo apresentam para a conquista dos objetivos militares. Ele igualmente induz a premissa de que as diretrizes políticas de guerra devem orientar a adaptação da manobra às circunstâncias geopolíticas.

Da mesma forma, o general acredita em respostas criativas ao desenvolvimento acelerado da tecnologia de materiais e sistemas de emprego militar. Essa verdade não se aplica só ao campo da P&D, mas também ao reajuste das dosagens tradicionais dos princípios e fundamentos da estratégia. Há que se manter alerta para o fato de que estratégia destinada à mudança

de um estado de coisas estar sujeita – ela mesma – à transformação, a uma velocidade correspondente às mutações características das Eras.

A evolução da tecnologia missilística, dos veículos aéreos não tripulados e da vigilância via satélite não anula o conceito de TO – como equivocadamente se imaginara, por exemplo, quando do surgimento da arma nuclear. Não fica decretado o fim da estratégia operacional e da tática, devido a um suposto circuito direto da política para a técnica. Na verdade, trata-se da disponibilização de novas ferramentas para o planejador e o executor da estratégia militar, como o foram, em outros tempos, o trem, a metralhadora, o balão de observação, o rádio, o obuseiro retrocarregado, o carro de combate, o avião, o submarino. Quando surpreendentes inovações tecnológicas podem gerar assimetrias temporárias, que logo precisam ser neutralizadas por novos desenvolvimentos tecnológicos adversos ou inusitados modos de combinação dos princípios e fundamentos da estratégia. Essa dinâmica sempre será válida para teatros de operações de quaisquer naturezas e épocas.

Meira Mattos aborda com muita pertinência o tema da relação *defesa nacional-tecnologia* no capítulo 3, analisando a estratégia espacial ou “guerra nas estrelas”, um sistema defensivo que se apregoava ser “capaz de cobrir os alvos mais importantes do território norte-americano¹⁴”. O domínio da tecnologia de ponta no campo da defesa ajuda realmente a fazer a diferença na dissuasão em tempos de paz e a desequilibrar a relação de forças na guerra, sendo necessário para tanto, segundo o autor que “a cada inovação técnica aplicada às armas ou engenhos deve corresponder um redimensionamento da estratégia”.

Os países tratam de obter o domínio de tecnologias úteis ao fortale-

14 Recorde-se que este livro foi criado antes da *débâcle* da União Soviética, única potência que, na época, podia ameaçar o território norte-americano com mísseis. A guisa de comentário lateral, que não cabe desenvolver nesta análise, o programa Guerra nas Estrelas foi mais um dos fatores determinantes do esboramento da já combatida economia soviética, que passou a ser drenada dos recursos destinados à P&D de equipamentos capazes de responder à iniciativa americana. Social e politicamente, as bases da URSS já vinham se abalando pelo desgaste do longo regime, pelo forte nacionalismo em algumas repúblicas e pelo aceleração desse processo desde a política de cobrança internacional do respeito aos direitos humanos, intensificada pelo presidente Carter.

cimento da capacidade defensiva ou ofensiva. Ao anúncio de uma inovação nessa área, segue-se a declaração da importância de sua contribuição para a garantia da paz, pelos efeitos do consequente incremento da capacidade de dissuasão. Se por este ponto de vista um projeto de P&D pode ser considerado um êxito, por outro lado, há, todavia, uma tendência ao surgimento do ciclo armamentista, sempre justificada pelos governos pela escalada crescente de ameaças por parte do concorrente. O ciclo sempre consta de medida-contramedida-contramedida etc.

Para o profissional militar, no entanto, a discussão sobre essa segunda face do problema é concernente ao chefe do Estado. Às forças armadas interessa a preparação adequada para dissuadir e combater. Preferentemente dotadas de material e sistemas desenvolvidos nos seus próprios países. Assim surgem questões recorrentemente discutidas nos estados-maiores e em simpósios: “realizar a P&D autóctone ou adquirir no exterior?”; “no caso de aquisição, exigir transferência de tecnologia?”; “o vulto da aquisição nos dá *cacife* para tal exigência?”; “as propostas estrangeiras de transferência de tecnologia são verazes ou apenas *cenoura*¹⁵?”

Em 1933, na arrancada para sair da crise de 1929, o primeiro Roosevelt estabeleceu o *Buy American Act*, como ficou conhecida a lei que obrigava os órgãos governamentais a dar preferência a bens e serviços nacionais ao invés de comprá-los ou contratá-los no exterior. É desnecessário comentar o efeito de alavancagem nas empresas estadunidenses gerado pela transformação da cadeia produtiva em acelerado ciclo virtuoso, dado o grande incremento da demanda. A África do Sul decidiu ter o seu *Act* próprio diante do boicote internacional – justo, diga-se – devido ao regime de *apartheid*, e passou a produzir os materiais e sistemas de emprego militar de que necessitava, com ótima qualidade. Poderíamos nos “autoimpor o boicote” por meio de um decreto semelhante ao norte-americano, a caminho da autossuficiência em artigos críticos em relação aos adversários, teatros de operações e estratégias

15 A palavra cenoura é usada para denominar o chamariz para o negócio, com conotação de engodo, à semelhança do que se faz para atrair muares empacados.

militares previstos nas hipóteses mais importantes de emprego na defesa externa. Os comandos destinados às HE participariam dos estudos voltados à recomendação dos mais adequados.

CULTURA NACIONAL E DOCTRINA MILITAR

A doutrina militar de um país define-se como um conjunto de atitudes estratégicas e táticas de possível adoção por suas forças armadas. Os elaboradores da doutrina a idealizam para os teatros de operações das hipóteses de emprego, levando em consideração a geografia, a natureza e vulto das ameaças e os princípios de guerra/estratégia. Na medida em que cresça a probabilidade de ativação da Hipótese de Emprego, os fatores geopolíticos e a geoestratégia¹⁶, sugeridas por eles, passam a interferir na ajustagem da doutrina. Os formuladores devem, também, manter aberto o canal de influência da cultura local, da história, da tradição, do orgulho pátrio, da política exterior do Estado, do poder nacional (nele se inserem a higidez e consistência da economia, a habilidade e tenacidade da política externa, a capacidade militar, o domínio tecnológico e a vontade e o moral da nação). Vale dizer que, além de ser o modo pelo qual um país visualiza a concretização militar de sua política de defesa, as estratégias militares correspondem a uma doutrina militar conforme feito da nação¹⁷. Doutrina militar em descompasso com a cultura do país tende a enfraquecer o indispensável apoio popular aos eventuais empregos da força na defesa nacional.

Assim, a doutrina militar requer a aplicação dos princípios da estratégia e os fundamentos da ofensiva e defensiva no planejamento e execução das operações, com prioridades e dosagens adequadas à situação no teatro de guerra, nos teatros de operações e nos campos de batalha. Porém, adequação não só com a situação militar, mas também à geografia e à geopolítica. É fundamental que essas prioridades e dosagens

16 Meira Mattos define assim geoestratégia: “A estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela geopolítica (áreas consideradas críticas)”.

17 Ao feito da nação: por sinal, esse é o modo como devem ser elaborados todos os planos de fortalecimento e emprego do poder nacional.

sejam submetidas à ascendência dos conceitos acima, pois neles está a gênese nacional da doutrina. Tomem o caso brasileiro. Nossa cultura de povo pacífico impõe que a postura primeira em face da guerra seja evitá-la; sempre por meio da dissuasão, nunca pela submissão. Mesmo que a dissuasão venha a falhar e sobrevenha a guerra, a atitude e as ações essencialmente ofensivas induzidas pelos princípios da estratégia militar – *objetivo* e *ofensiva* – e pelos fundamentos – *máximo emprego de ações ofensivas, neutralização da capacidade de reação do inimigo, exploração das deficiências do inimigo, manutenção da impulsão do ataque e exploração do êxito* – devem ter por horizonte prioritário a vitória nas batalhas e campanhas, não a destruição física em massa de forças militares já neutralizadas, de populações civis ou de cidades.

Essa maneira de encarar o enfrentamento militar na exata medida do necessário se atribui ao que Meira Mattos destaca na síntese que faz da cultura brasileira em face da guerra: “A índole de nosso povo é pacífica”. Além disso, ela foi reforçada, na era republicana, pela condição geopolítica de nação territorialmente satisfeita, ciosa do patrimônio consolidado ao longo da história e respeitosa dos acordos diplomáticos.

Essa índole brasileira – “do homem tropical”, como exalta o general em seus escritos geopolíticos – mobilizou, por exemplo, as três etnias na expulsão dos invasores no século XVII. Inspirou o planejamento e a execução das estratégias do Duque de Caxias nas campanhas de pacificação interna e de defesa externa, e o fez anistiar com grandeza, rejeitando a vingança e a pequenez da oficialização do revanchismo por meio de leis. A índole brasileira manteve nossos geopolíticos afastados das justificativas expansionistas originárias da Escola de Munique, ao mesmo tempo em que levava o povo a pressionar o chefe de Estado a responder com declaração de guerra às afrontas dos torpedeamentos dos espaços marítimos de cabotagem do país. Ela tolera as diferenças até o limite do bem comum, mas é veemente no repúdio à leniência além desse ponto.

Não obstante esse temperamento pacífico, a satisfação territorial e a realidade de “não haver ameaças externas que expliquem uma atitude

ofensiva brasileira (na não guerra)”, Meira Mattos alerta para o fato de que “diante de nossa expressão geopolítica, devemos reconhecer que, mesmo dentro de uma política militar defensiva, muito temos a preservar”. Por essa razão, arreda a “postura de passividade” e privilegia “a estratégia militar preventiva, de atitude defensiva e de vigilância”, dada a possibilidade de surgirem eventuais “fontes de antagonismos internacionais”.

O primeiro parágrafo da nossa Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em 2008, é moldado por essas propensões:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia. Essa vocação para a convivência harmônica, tanto interna como externa, é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

Pouco adiante, porém, o general nos lembra que “se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. E conclama a nação: “Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa-fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa.”

O livro *Estratégias Militares Dominantes* deve ser percorrido com o espírito da advertência e da conclamação dessas duas últimas linhas extraídas da END. Elas servem de estímulo à leitura deste e de todos os trabalhos do general Carlos de Meira Mattos, que as atendem cabalmente. Por essas razões, a divulgação de suas obras e de comentários sobre elas é muito bem-vinda. Apraz-me estar participando desse processo, o que, ademais, propiciou-me continuar aprendendo com o general.

MEIRA MATTOS, A AMAZÔNIA E O LIVRO

Eduardo Dias da Costa Villas Bôas*

1 INTRODUÇÃO

Meira Mattos nunca serviu na Amazônia, até porque naquela época eram poucas as oportunidades que a carreira do oficial oferecia para fazê-lo, pois os efetivos do Exército na Região Norte chegavam a pouco mais do que mil militares. A concepção estratégica, então vigente, priorizava a Região Sul, e o dispositivo operacional estava articulado em face dos países platinos, herança da confrontação geo-histórica entre as colonizações portuguesa e espanhola em torno da Bacia do Prata.

Sua acurada sensibilidade para as questões da Amazônia deve ter-se formado a partir da conjugação de fatores, entre os quais, podemos imaginar que estariam incluídos a larga visão de mundo, proporcionada por uma movimentada carreira, a ampla e profunda cultura geral, a dedicação à geopolítica e aos temas de interesse nacional e, por fim, o contato com pessoas que compartilhavam o gosto pela Amazônia – naturais da região ou contagiados pela magia da floresta, como o General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos, Comandante Militar da Amazônia entre julho de 1968 e março de 1970.

O Coronel Hiram de Freitas Câmara, antigo Ajudante de Ordens de Meira Mattos, nos relata uma viagem realizada pelo General na companhia do Rodrigo Octávio e Juarez Távora, em 1973, em aeronave Buffalo, durante a qual percorreram várias unidades da fronteira, sobrevoaram Marabá, visitaram as capitais estaduais, foram a São Gabriel da Cachoeira, Cruzeiro

* O autor é general de Exército e desempenhou as seguintes funções: no Brasil, Instrutor e Comandante do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras; Chefe da Assessoria de Atividades Especiais do Comando de Operações Terrestres; Comandante do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus-AM); Chefe da Assessoria Parlamentar do Exército; Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia; Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e 7º Subchefe do Estado-Maior do Exército; no exterior, foi Adjunto do Adido à Embaixada do Brasil na República Popular da China.

do Sul, Pico da Neblina e Yauaretê. Segundo ele, para Meira Mattos e seu especial senso de observação e conhecimento geopolítico, a viagem foi uma grande experiência e provavelmente avivou-lhe o interesse para o que iria transformar em livro.

Quanto às suas pesquisas, na extensa bibliografia do *Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980), encontramos referências a importantes autores amazônidas, como Samuel Benchimol (1977) e seu clássico *Amazônia, um pouco antes e além depois*; a Leandro Tocantins, com seu mais conhecido livro *O rio comanda a vida*, publicado pela Biblioteca do Exército, em 1973; e a Artur Cesar Ferreira Reis (1982), o mais prolífico deles todos, que, com *A Amazônia e a cobiça internacional*, foi um dos primeiros a alertar sobre os riscos representados pelo vazio configurado na região.

Euclides da Cunha, ainda no início do século já havia assinalado que: “Se não te apercebes para integrar a Amazônia na tua civilização, ela, mais cedo ou mais tarde, se distanciará, naturalmente, como se desprega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga de seu próprio movimento”. Quanto a Euclides, Meira Mattos não incluiu nenhuma de suas obras nas referências bibliográficas. Transcreve, contudo, vários de seus escritos. Na abertura do primeiro capítulo, incluiu trecho extraído do prefácio de “Amazônia Inferno Verde”, de Alberto Rangel, seu companheiro da Escola Militar da Praia Vermelha: “A Amazônia é a última página a escrever-se do Gênesis”, cujo sentido talvez proporcione algumas atenuantes à imprevidência com que as gerações contemporâneas tratam aquela região. Euclides vai além, em sua obra *Um paraíso perdido* (2003):

[...] o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Mesmos os rios ainda não se firmaram nos leitos. (CUNHA, 2003, [s./p.]).

Esse livro, embora menos conhecido do que *Os sertões*, é igualmente relevante pelo que descortinou sobre as características zoobotânicas, geológi-

cas, topográficas, hidrográficas e humanas da Amazônia. O reconhecimento de Meira Mattos à importância da obra e à pertinência das observações de Euclides da Cunha é assim explicitado: “Devemos à pena Euclidiana algumas páginas de profunda meditação sobre a natureza portentosa e a pequenez do homem que tentava dominá-la” (MATTOS, 1980, s/p)

O General faz referência também à literatura produzida pelos viajantes europeus e norte-americanos – naturalistas, botânicos, geógrafos, historiadores, exploradores e desbravadores, que nos séculos XVIII e XIX, sob o manto do interesse científico, conscientemente ou não, serviram de ponta de lança para a expansão colonialista ensejada pela segunda revolução industrial. Produziu-se, contudo, abundante literatura sobre o mundo amazônico, inclusive sob ponto de vista antropológico, e, hoje, essas obras se constituem em importantes referências para o estudo das populações originais da grande bacia. Relaciona inclusive alguns pensadores contemporâneos que vieram conhecer a Pan-Amazônia, entre eles Lévi Strauss.

Meira Mattos estudou as escolas geopolíticas sul-americanas, consultou e transcreveu trechos de obras de importantes autores, geopolíticos, pensadores e homens públicos dos países vizinhos. Recorreu a todos os acordos e tratados internacionais, coletivos ou bilaterais, até então firmados entre os países do continente. Vê-se, portanto, que o General se respaldou em todas as fontes disponíveis e recorreu ao que havia de mais relevante na literatura existente à época, a par de seus conhecimentos sobre os fundamentos da Geopolítica e de todos os seus grandes autores.

Segundo o Professor Edu Silvestre de Albuquerque, em “Uma breve história da geopolítica”:

Talvez o período entre 1930 e 1960 tenha sido o mais efervescente do pensamento geopolítico brasileiro, com as publicações dos militares Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva. A consolidação da república e a estabilização dos limites fronteiriços do país haviam representado o sepultamento da política externa intervencionista e de expansionismo territorial, que caracterizou o período colonial-imperial, mas a questão da integração nacional continuava dentre as preocupações principais

dos geopolíticos militares através das temáticas do desenvolvimento regional e do fortalecimento militar das fronteiras. (2011, p. 212).

Esses dois autores, citados pelo professor Edu Silvestre de Albuquerque, constituíram-se em importantes fontes para Meira Mattos, o que se constata não só pelas referências que frequentemente faz a ambos, mas, também, pelo que relatam pessoas que com ele conviveram, como o próprio coronel Hiram de Freitas Câmara, seu Ajudante de Ordens. O General Meira Mattos vivenciou o período mais rico e importante que o Brasil produziu em relação à Amazônia. Conviveu com pessoas de renomado conhecimento sobre a geopolítica, a realidade social e a conjuntura econômica da região e testemunhou as tentativas de implantação de ambiciosos projetos: a Zona Franca de Manaus, o Plano de Integração Nacional e o Polo Amazônia.

Desafortunadamente, as crises econômicas que se sucederam – do petróleo e dos juros – acabaram inviabilizando a execução desses programas nos moldes em que haviam sido concebidos. Embora esses planos não tenham atingido plenamente os objetivos a que originalmente se propunham, deixaram, contudo, como legado, uma considerável mudança na paisagem amazônica, enriquecida agora por uma muito mais numerosa e diversificada população, o que exigirá novos parâmetros em abordagens futuras, conforme ensina Mário Travassos no *Projeção continental do Brasil* (1935, s/p): “Sem o homem como fator geográfico, toda a geografia se torna corpo sem alma. É que o sentido político, em toda a amplitude de suas acepções, é bem a alma das realidades geográficas para as quais a atuação do homem é tudo”.

O que propõe Meira Mattos em *Uma geopolítica pan-amazônica* é um plano de ocupação humana integrada às características geográficas da imensa região. Reviver esse tema é contribuir para a estruturação de uma base de conhecimentos sobre a qual possam respaldar-se novas tentativas de “recriar o tempo amazônico” a que se refere o general peruano Mercado Jarrim foi ministro da Defesa no Peru. O livro, escrito em 1980, está estruturado em sete capítulos e traz como anexos o Planejamento

do Programa de Emergência para 1954, da Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (SPVEA), e o Tratado de Cooperação Amazônica.

De todo o texto, sobressaem cinco questões principais: em primeiro, a Geopolítica da Amazônia, em que descreve a Amazônia histórica e a Amazônia geográfica, definindo o conceito de Pan-Amazônia, por meio de um retrato do final da década de setenta; em segundo, A Articulação da Amazônia Brasileira, tarefa geo-histórica não concluída pelo Brasil até então; em terceiro, A Integração sul-americana, em que, partindo do Tratado de Cooperação Amazônica e sua articulação com o Pacto Andino, analisa, com otimismo, as possibilidades que prometiam retirar a Pan-Amazônia da condição de grande vazio interposto entre os ecúmenos dos países sul-americanos; em quarto, As Tentativas de Conquista Econômica da Amazônia, mostrando que exceto por Pombal e Castello Branco, jamais os governos tomaram iniciativas concretas, capazes de alterar a geografia econômica e humana e de promover a integração da Amazônia à dinâmica da sociedade brasileira; e, por fim, a questão que o general chamou de Organização Política do Espaço Amazônico, carência que nos dias atuais pode ser expressa como “fraca presença do estado.”

Essas cinco ideias principais é que irão balizar nosso trabalho, tentando projetar os conceitos expressos pelo nosso general geopolítico para os dias atuais.

2 A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA

Do ponto de vista histórico, a conquista e a ocupação da Amazônia adquirem caráter de epopeia a partir do inventário do sangue derramado no enfrentamento de desafios gigantescos advindos de ameaças externas, da ação de aventureiros ou do próprio meio ambiente. Foi um longo caminho percorrido, desde a fundação de Belém em 1616, passando pela construção de mais de trinta fortes, verdadeiros marcos definidores das fronteiras atuais, pela expedição de Pedro Teixeira, pela bandeira de Raposo Tavares, pela ação dos capitães gerais Mendonça Furtado e

Lobo D'Almada, pela defesa do Amapá e pela revolução do Acre. Deve-se também à saga de brasileiros de todas as origens e regiões, em especial do Nordeste, atraídos para a extração do ouro, da borracha, da castanha, do pescado, da madeira e de tantos outros produtos que trouxeram fundamental contribuição para a economia do país.

Graças à ambição, o sentido de grandeza, o domínio perfeito das técnicas de navegação e o senso de ocupação estratégica do território dos portugueses, culminadas, posteriormente, pela sabedoria geopolítica, a perspicácia e a persistência encarnadas pelo Barão do Rio Branco, o Brasil foi capaz de romper com as restrições impostas pelo tratado de Tordesilhas e chegar aos limites atuais, calcados em fronteiras estáveis e pacificadas. Por essa razão nos é possível desfrutar da condição ímpar de nos confrontarmos com dez países, sem a existência de qualquer questão pendente ao longo dos mais de dezessete mil quilômetros de fronteira.

O processo de conquista e ocupação da Pan-Amazônia é cuidadosamente relatado por Meira Mattos, pois se desenvolveu percorrendo o que ele identificou como as três vertentes de abordagem da grande bacia: a de Orellana, descendo o Grande Rio; a de Pedro Teixeira, no sentido contrário; e a de Raposo Tavares, baixando de sul para norte os contrafortes do Planalto Brasileiro. Relata as primeiras expedições no grande vale, em que a primazia coube aos espanhóis. Transcreve Capistrano de Abreu, segundo o qual "A Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa; ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola."

A partir da fundação de Belém, em 1616, os portugueses sistematicamente combateram e expulsaram os estrangeiros instalados na foz, criando condições para, paulatinamente, aventurarem-se por aquele mundo desconhecido. As mais marcantes dessas expedições foram as de Pedro Teixeira e de Raposo Tavares, pois, juntamente com a construção dos fortes, proporcionaram a Portugal o conhecimento e as condições para subsidiar o Tratado de Madrid e todos os demais acordos que se seguiram.

Assinado o Tratado de Madrid, Portugal, sob a gestão de Pombal,

contou com a formidável ação de dois importantes vultos que cumpriram papel destacado na consolidação da posse dos territórios do Grão-Pará: Mendonça Furtado, meio irmão de Pombal, e Lobo d'Almada. O capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1751, transferiu sua sede de São Luiz para Belém. Em seguida, recebeu a missão de chefiar a primeira comissão demarcadora de fronteiras, estabelecida pelo tratado de Madri. Para isso, organizou expedição de mais de mil pessoas e deslocou-se para o Rio Negro, onde, em 1758, estabeleceu a primeira capital da Capitania do Rio Negro, em Mariuá, depois Barcelos. Aí, ficou esperando o representante espanhol, que nunca chegou.

A Mendonça Furtado sucedeu Lobo d'Almada, que vinha de ser comandante da Fortaleza de Macapá. Foi nomeado governador da Capitania de São José do Rio Negro em 1787, concluiu os trabalhos demarcatórios da fronteira e transferiu a capital da Capitania de Barcelos para o Forte da Barra, depois Manaus.

Sem referir-se à Pan-Amazônia como "*heartland*" ou "espaço vital", o general demonstra que a grande bacia apresenta características que a qualificam como verdadeira área-pivô da América do Sul, onde o Brasil ocupa posição privilegiada, por abrigar 70% da região e deter mais de 11 mil km² de fronteira com seis dos demais países condôminos. Segundo ele, a Pan-Amazônia abrange a Grande Planície, os Maciços das Guianas, os degraus descendentes do Planalto Central brasileiro e os peneplanos da Cordilheira Andina, formando uma verdadeira macrounidade onde se integram espaço geográfico, condições climáticas, província botânica, bacia hidrográfica e características socioeconômicas.

Há discordância entre alguns autores, que apresentam o critério hidrográfico para justificar a não inclusão das guianas na bacia amazônica, separadas que estão do restante do conjunto fluvial pelo sistema orográfico guianês; ainda assim, esses países fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A Guiana Francesa participa apenas como observadora, em razão de sua condição de Território Ultramarino da França.

A inclusão das guianas tem um sentido pragmático, pois, ao

privilegiar-se a componente política, cria-se o arcabouço e o ambiente favoráveis à mobilização coletiva dos demais fatores – econômicos, sociais, científicos e culturais. Nosso autor estabelece como fatores geográficos predominantes, que atuam sobre a massa continental sul-americana, os dois grandes oceanos, que banham suas costas, e a espinha dorsal andina na direção norte-sul. Acrescenta ainda as duas grandes bacias, Amazônica e Platina, e o Planalto Central Brasileiro, como também fatores importantes.

É interessante notar que, com relação à Amazônia, não considera a navegabilidade da calha principal e a rede de 22 mil km de rios como uma projeção da maritimidade atlântica em direção ao interior do continente. A geografia e a história nos permitem conjecturar nesse sentido. Iquitos, a maior cidade amazônica fora do país, localizada a 400 km a oeste de Tabatinga, recebe barcos de navegação oceânica. Manaus, durante o Ciclo da Borracha, sofria influência muito mais marcante de Paris do que de qualquer cidade brasileira. Mais recentemente, no auge da Zona Franca comercial, a cidade trepidava a cada chegada de barcos carregados de novas mercadorias vindas diretamente da Europa, Ásia ou EUA, além de receber grandes navios de cruzeiro turísticos nas mesmas condições que os portos do litoral.

A revolução tecnológica, acelerada a partir da década de setenta pelos avanços nas áreas espacial, nuclear, de biotecnologia, nanotecnologia e robótica fornece novas ferramentas para a ruptura da inexorabilidade da geografia dos estados. O Japão e a Coreia do Sul nos exemplificam, e a Amazônia está a esperar por ações calcadas naquelas e em outras novas tecnologias.

3 A ARTICULAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Geograficamente, a Amazônia corresponde a mais da metade do território brasileiro, basta contemplarmos o mapa para entendermos que, sem ela, perderíamos as dimensões continentais, o que poderia até mesmo modificar traços importantes da identidade nacional e da

autoestima dos brasileiros.

A consciência cívica nacional atribui à Amazônia o caráter de um dos mais indiscutíveis símbolos da nossa soberania. Contudo, em pleno século XXI, nosso país não completou a expansão interna, tendo ainda metade do território aguardando ser ocupado e integrado à sociedade nacional. Não logramos consolidar a base física da nacionalidade brasileira.

“No Brasil de hoje, o cerne do problema do despertar da continentalidade está centrado na Amazônia.” Assim, o general sintetiza essa questão cujo significado geopolítico parece não ter sido ainda compreendido.

Num mundo em que, no ano 2030, a população terá aumentado em dois bilhões de habitantes e estará consumindo o dobro de recursos naturais, essa incomensurável fonte de recursos tem que estar claramente associada à soberania brasileira no imaginário da opinião pública internacional, ávida por questionar nossa capacidade de gerir o que já é considerado como patrimônio da humanidade. Trata-se de tarefa essencial e urgente, pois a Amazônia tem pelo menos três importantes papéis a desempenhar.

O primeiro será o de provocar a elevação, em escala exponencial, do poder nacional, a partir do momento em que o país esteja aparelhado institucional e materialmente para efetuar a exploração racional de seus recursos naturais, que ainda aguardam uma completa identificação, delimitação e quantificação. Os dados relatados pela revista “Exame”, edição de 30 de junho de 2008, em matéria da jornalista Ângela Pimenta, indicam que os recursos naturais da região podem chegar à impressionante cifra de 23 trilhões de dólares; quinze deles decorrentes dos recursos minerais e oito proporcionados pela biodiversidade.

O segundo é o de larga contribuição para a vocação natural de liderança continental, da qual não nos poderemos furtar, repousa na condição de plataforma física em cujo entorno poderá se consolidar o propósito da integração sul-americana. A Amazônia Brasileira faz fronteira com sete países, tem acesso a dois oceanos Atlântico, Pacífico e conecta-se com o Altiplano Boliviano, às Bacias do Prata e do Orinoco e, no Brasil, com as Regiões Nordeste e Centro-Oeste. A plena soberania do Brasil em sua

Amazônia é condição básica para o projeto integracionista.

Esse processo, na medida em que avance por meio da construção de uma indispensável infraestrutura de transporte e de comunicações, provocará o crescimento exponencial da importância relativa da Amazônia no contexto continental. É previsível ainda que cidades como Belém e Manaus, em função da localização, a primeira como porta de entrada da densa malha fluvial e a segunda pela posição geográfica central, venham a consolidar-se como polos industriais, tecnológicos, logísticos e de serviços em geral.

O terceiro, por fim, decorre da condição ostentada pela Amazônia de abrigar respostas e soluções para alguns dos principais problemas que afligem a humanidade: mudança climática, meio ambiente, energia renovável, escassez de alimentos e água.

Inconformado com a negligência brasileira em articular a Amazônia ao Brasil, nosso autor faz um paralelo com as trajetórias históricas de três países de dimensões continentais:

As grandes massas continentais, como as que se situam no Meio Oeste norte americano, no centro da União Soviética ou no *hinterland* australiano, quando distanciadas de cerca de mil km de um mar aberto e bem articulado com a navegação oceânica, tem sua destinação histórica relacionada à capacidade de despertar as forças de sua continentalidade e criar uma sociedade com dinâmica interior. (1980, [s./p.]).

Cita a “marcha para o oeste”, seguida da construção de ferrovias transcontinentais e considera que a malha ferroviária norte-americana foi o principal fator de transformação desse grande país na maior potência econômica do mundo moderno, fazendo sua fronteira econômica confundir-se com a política; menciona a Rússia, cuja articulação terrestre foi iniciada no século XIX, através da estrada de ferro Transiberiana, ligando a costa do Mar Báltico ao Mar do Japão, seguida pelo lançamento de outras ferrovias igualmente extensas; e, também, a Austrália que interiorizou a capital, Camberra, em 1927, e tratou, desde o século XIX, de articular seu enorme território com estradas de ferro, complementando, hoje, com rodovias.

Essas conquistas, resultado de visões de longo prazo, teriam em comum a tentativa de integrar as porções marítima e continental, englobando estratégias de transporte terrestre e de povoamento. Euclides da Cunha, no início do século XX, já propunha a construção de uma ferrovia que ligasse, no recém-criado estado do Acre, as bacias dos Rios Purus e Juruá.

A procrastinação em torno do equipamento do território amazônico já cobra seu preço. Manaus, sexto PIB entre as capitais brasileiras, liga-se por asfalto à Venezuela, mas não possui comunicação terrestre com nenhuma região do país. E o sul do Pará, onde ocorre uma enorme geração de recursos naturais e de energia, não conta com ligação asfáltica contínua, embora abrigue uma população de um milhão de habitantes.

Atualmente, além das dificuldades materiais, o Brasil, como de resto todos os demais países sul-americanos, deixou-se cair nas armadilhas montadas pelas novas ideologias – o pensamento politicamente correto. Dessa forma, encontra enormes dificuldades para articular os espaços interiores e explorar seus recursos naturais, pois prevalece o pressuposto de que poderá resultar em dano ambiental.

4 A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Além da ocupação da Amazônia, o Brasil tem outro passivo a recuperar, qual seja a de consolidar seu entorno estratégico. O general, em relação à articulação dos espaços interiores, fez um paralelo com os Estados Unidos. Pode-se aqui novamente usar a trajetória histórica daquele país que, após ter concluído a expansão interna, tratou de pacificar seu entorno imediato para, em seguida, galgar a posição de potência global, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Se os problemas hodiernos, relativos à segurança dos países e suas fronteiras, são distintos dos que se verificavam há um século, hoje, fatores econômicos e sociais assumem especial relevância, o que particularmente nos diz respeito em relação às nossas fronteiras amazônicas. A decolagem da economia brasileira será dificultada se tivermos à nossa volta um arco de instabilidade e de carências de toda a ordem. Por isso, o general nos

faz um alerta: “A integração dos nossos 5 milhões de km², somados aos 2 milhões de km² dos nossos vizinhos, hoje ligados a nós pelo tratado de cooperação, é que irá exigir de nós o maior esforço.”.

Ele colocou a criação do pacto Amazônico sob a perspectiva de que se estaria abrindo uma excelente oportunidade de cooperação com o Pacto Andino, assinado em Cartagena, em 1969, pois cinco dentre os países signatários eram também amazônicos. Festejou a abundância de recursos naturais e energéticos, que tornariam a região quase autossuficiente, e a possibilidade de interligar-se o Atlântico ao Pacífico, abrindo a perspectiva de enormes benefícios para os países de ambas as vertentes. A análise dessas possibilidades mereceu um capítulo inteiro do livro.

O Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), assinado em 1978, reuniu Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e resultou de um esforço diplomático em torno da ideia de integração da qual, segundo ele, o Brasil foi o campeão. Quando da publicação do livro, o acordo tinha completado apenas dois anos e logicamente havia despertado uma onda de entusiasmo pelas perspectivas que anunciava.

O Embaixador Rubens Ricúpero o classificou como um Acordo-Quadro, cujo principal objetivo era instituir um mecanismo permanente que regularizasse e intensificasse os contatos entre os governos e setores técnicos, eliminando o caráter episódico e descontínuo que os tem prejudicado, considerando como vigas-mestras cinco princípios fundamentais:

- 1) a competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;
- 2) a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais;
- 3) a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- 4) o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica; e
- 5) a absoluta igualdade entre todos os parceiros.

Representou também a superação de antagonismos e desconfianças

seculares entre o Brasil e os países oriundos da colonização hispânica. As inúmeras manifestações de importantes figuras de destaque dos países vizinhos deixam bem caracterizado que o acordo criou ambiente extremamente favorável a uma inédita ação conjunta para despertar a Amazônia. Dentre outros, Meira Mattos cita o general e antigo Ministro da Defesa peruano, Edgardo Mercado Jarrin, que assim se pronunciou:

El tiempo amazónico ha llegado, y si lo dejamos pasar, habremos cometido un pecado de abstención que las generaciones futuras nos censurarán con justicia. La ocupación del vacío amazónico se inscribe en la agenda del hombre sudamericano. El siglo XXI ya tiene un nombre para América del Sur, el Siglo de la Amazonia. (1980, (s./p.).

Contudo, o que o general Mercado jarrim chamou de “quadro paralisante do homem apequenado ante a natureza colossal” parece ter feito mais uma vez a história repetir-se, impedindo que os efeitos pretendidos pela OTCA se materializassem. Ele, que viveu até 2007, teve tempo para provavelmente constatar que as perspectivas que o Pacto anunciava não se concretizaram, pois produziu muito pouco em relação ao que se propunha.

Não são difíceis de entender as razões para esse fracasso. Em primeiro lugar, porque o esgotamento do modelo de substituição de importações e as crises econômicas que se sucederam a partir da década de oitenta – considerada no Brasil como a década perdida –, fizeram rarear os recursos necessários para os investimentos inicialmente previstos. Segundo, porque os países, que até então haviam falhado em incorporar suas “amazônias” a seus processos nacionais, dificilmente teriam êxito em usá-las em benefício de projetos coletivos. Nossos vizinhos já tentaram projetos amazônicos de âmbito nacional, cada um com seu enfoque próprio. De comum tiveram apenas a falta de capacidade para transformar as concepções teóricas em ações concretas.

Desde aquela época pouco se alterou na realidade Pan-Amazônica. O que poderia ser um ambiente de integração permaneceu como espaço de distanciamento. Nem mesmo os inúmeros mecanismos de política

exterior surgidos desde então lograram êxito nesse sentido.

Foram criados o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) e, mais recentemente, o Pacto do Pacífico. Somente dois deles têm como foco a Amazônia. Na UNASUL, existe o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que substituiu a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) em 2009. O Conselho tem 31 projetos de infraestrutura para ampliar a integração física regional até 2022, sendo alguns deles voltados à Pan-Amazônia.

O Mercosul, assinado em março de 1991, com abrangência original na Bacia do Prata, está restrito primordialmente às relações econômicas e comerciais. A OTCA surgiu em 1995, com o intuito de fortalecer institucionalmente o Tratado de Cooperação Amazônica por meio de uma Secretaria Permanente, com sede em Brasília, transformando-se em organismo internacional. A criação da Organização dá ao Tratado um *status* de pessoa jurídica, podendo assinar acordos com outras instituições internacionais e implementar projetos e programas. Era considerada peça fundamental para o seguimento de projetos e programas que até então não haviam sido implantados. Infelizmente, a OTCA não logrou modificar essa realidade.

À OTCA seguiu-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), no ano 2000, como tentativa de desenvolver processos multissetoriais para desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em um horizonte de dez anos. São membros dessa iniciativa todos os doze países da América do Sul. Quando foi criada, a base do seu planejamento eram doze Eixos de Integração, concebidos como faixas geográficas que concentram ou que possuem potencial para desenvolver bons fluxos comerciais, visando a formar cadeias produtivas e assim estimular o desenvolvimento regional. Quatro deles localizam-se na Amazônia.

A Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), criada por ini-

ciativa do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, tem como principal objetivo integrar diversos países da América Latina e também do Caribe, com base na ideologia de Simón Bolívar. Veio da intenção de ser uma alternativa em relação à ALCA. Tampouco tem como foco a Amazônia.

A recente Aliança do Pacífico se apresenta como o mais importante processo de integração da América Latina. O grupo, integrado por Chile, Colômbia, México e Peru, reúne os países que mais cresceram na região nos últimos anos e representam a metade do comércio latino-americano. A soma de suas riquezas fica em torno de dois trilhões de dólares, próximo do PIB brasileiro. Colocam-se como uma iniciativa que pretende ser pragmática e dinâmica. Sobre esse organismo, pode-se imaginar que, tendo como eixo principal o Oceano Pacífico, tenderá a manter as respectivas “amazônias” como áreas secundárias.

Constata-se que tanto a OTCA como a IIRSA, os únicos assentados sobre a Amazônia, não tem sido impulsionados pela vontade política necessária e tampouco dispõem de recursos capazes de gerarem efeitos concretos. Perpetua-se, assim, a situação de abandono das fronteiras, deixando de aproveitá-las em sua vocação natural, que é a de servirem como ambiente de integração e jamais de separação. Lamentavelmente, o espaço deixado pela dificuldade de prover as necessidades da população está sendo preenchido pelos ilícitos de toda ordem, que não respeitam fronteiras, não dependem de acordos internacionais ou de vontade política e são a única alternativa de sobrevivência para as populações locais.

O combate aos ilícitos está também se ressentindo da integração incipiente entre os países: não se dispõe uma legislação ambiental homogeneizada; falta uma visão comum para o trato das populações indígenas, uma vez que com frequência as etnias se espalham pelo território de um ou mais países; e o combate ao narcotráfico, está a exigir uma atuação coordenada em todas as suas fases, desde a produção até o consumo, integrando países e instituições que dele participam.

Na Amazônia Brasileira o tráfico está adquirindo dimensões preocupantes. Ainda fragmentado e baseado em estruturas domésticas, caminha para tornar-se organizado em padrões internacionais, o que

poderá resultar em incremento da violência e maior capacidade de contaminação das instituições. O Brasil é corredor de passagem e o segundo maior consumidor de cocaína do mundo. A Polícia Federal estima que oitenta por cento da criminalidade urbana está relacionada, direta ou indiretamente, ao narcotráfico.

Meira Mattos mostra não desconhecer as dificuldades inerentes a projetos dessa natureza ao assinalar que:

Integrar a Pan-Amazônia será obra hercúlea, de leal cooperação, a ser impulsionada desde já. Dadas a extensão da área a integrar, as dificuldades inerentes à sua natureza e a fraqueza de seu povoamento, será preciso montar-se uma estratégia adequada e própria, que responda aos objetivos pretendidos e às peculiaridades regionais. Esta estratégia deverá ser buscada nas experiências geopolíticas do passado. Nesta geopolítica, que entendemos como a política aplicada aos espaços geográficos, buscaremos nas lições políticas do passado. (1980, [s./p.]

Em seguida, lembra as três frentes históricas de abordagem da Pan-Amazônia: “a vertente andina, utilizada pioneiramente por Orellana, a frente do Planalto Central, inaugurada por Raposo Tavares; e, a frente do litoral Atlântico, iniciada por Pedro Teixeira.” Ele assinala que inicialmente o esforço maior teve origem na frente atlântica, seguindo as rotas fluviais, e considera que os resultados foram insatisfatórios. A partir dos anos 1960, passamos a utilizar a frente do planalto central, de onde construímos rodovias descendo em direção a Belém, Santarém e Manaus; transferimos a capital federal para o planalto central; traçamos a Transamazônica e, com medidas de incentivo econômico, pesquisas e planejamento, conseguimos, nos últimos 20 anos, dar um grande avanço ao processo de desenvolvimento. Mas considera que não alcançamos, ainda, a desejada reversão de expectativa para a região, pois nossos vizinhos pouco realizaram de efetivo em suas “amazônias”.

Ele considerou que seria fundamental dinamizar a frente andina. Talvez por essa razão tenha depositado grande esperança no Tratado de Cooperação Amazônico de 1978, pelo que poderia promover de integração

fronteira.

A redinamização da frente andina, para vir a se somar aos esforços desenvolvimentistas, que estão sendo tentados através das frentes do Atlântico (há 130 anos) e do planalto central (há 20 anos), exigirá que se implante, na mesma, as bases partidas. Essas bases que chamamos no capítulo 5 de “áreas interiores de intercâmbio fronteiriço” hão de ser aquelas regiões onde já existe um mínimo de povoamento, de articulação viária e de intercâmbio internacional.

São três as áreas que ele coloca nessa condição, indicando que “As três áreas-polo deveriam ser objeto de acordos internacionais, a fim de que se integrassem numa comunidade econômica perfeita que lhes permitisse servir de centro irradiador de progresso sub-regional.”

A primeira, ao norte, nos rios Negro e Branco, tendo como polo Boa Vista, articulada com Lethen, na Guiana; e Santa Helena, na Venezuela, liga-se a Manaus e a Caracas. Com uma visão mais abrangente, considera também como parte dessa área São Gabriel da Cachoeira e Mitu na Colômbia. O potencial de intercâmbio dessa área frustrou-se pelo abandono da construção da Perimetral Norte, uma imaginada estrada vinda de Bogotá. Em consequência, a região do Alto Rio Negro – também chamada de Cabeça do Cachorro – continua como uma das mais isoladas de toda a Amazônia.

Outro polo de intercâmbio está no Alto Solimões, onde cidades brasileiras como Tabatinga e sua irmã gêmea Letícia, na Colômbia, ligam-se a Benjamim Constant, Atalaia do Norte e Iquitos, no Peru. Todas se comunicam entre si e com Manaus por via fluvial. Estariam ainda nessa área de influência Cruzeiro do Sul, no Acre, e Pucallpa, no Peru, que, por sua vez, articula-se com Lima. A terceira área forma-se em torno de Porto Velho, englobando Guajará Mirim, Rio Branco, Riberalta e Cobija, na Bolívia. Sua área de influência foi ampliada pela construção de rodovias asfaltadas ligando a Cuiabá e a Cruzeiro do Sul. Outros empreendimentos recentes vêm causando um forte impacto: a conclusão da rodovia interoceânica e a construção das represas de Jirau e Santo Antônio, ambas no Rio Madeira. Rondônia e Acre, atraindo o centro-oeste e dispondo de energia e

transporte, poderão transformar-se em plataforma de exportação para importantes mercados, como a região da Ásia-Pacífico.

É essencial, contudo, que o Brasil, para concretizar o potencial de integração sul-americano e consolidar sua liderança regional, não deixe de considerar a realidade econômica e social dos países vizinhos. As carências acentuadas, os ilícitos, os problemas ambientais, a precária rede de transporte, de comunicações e de serviços básicos e o espraio de grupos étnicos indígenas por dois ou mais países, farão com que soluções pontuais, restritas ao nosso território, se levadas a efeito, sem considerar a realidade vizinha, acabem por provocar o surgimento de um fluxo migratório em busca de melhores condições em nosso país, como o que ocorre atualmente em Tabatinga, junto à Tríplice Fronteira.

Retornando ao Acre, infelizmente, por falta de avaliação dos possíveis impactos sociais, os ilícitos estão chegando antes dos potenciais benefícios que essas mudanças podem proporcionar. A região de Assis Brasil, em razão da conclusão da rodovia para o Pacífico, já se transformou em corredor de entrada de imigrantes ilegais, vindos de países asiáticos e do Haiti. Mais uma vez, não houve um sentido de antecipação em adotar medidas de caráter econômico, social, tecnológico, ambiental e de segurança que permitissem fazer em face dessa nova realidade. Passa-se então a adotar atitudes reativas, por meio de medidas episódicas, com alcance limitado, sem profundidade e abrangência capazes de modificar a realidade. As populações locais permanecerão à margem de um surto de desenvolvimento, que, inevitavelmente, importará do sul do país a necessária mão de obra qualificada, pois, a não ser por iniciativa do setor privado, não foram contempladas com infraestrutura de ensino e capacitação profissional. Caminha-se para o não enraizamento dos benefícios, que acabarão limitados ao período das obras.

Vê-se, portanto, que há medidas de caráter urgente a serem adotadas em relação à Pan-Amazônia. O general destaca a importância da ação coletiva: “A geopolítica que propomos para a Amazônia somente será exequível se apoiada numa vontade coletiva multinacional, que resultará em legítimo espírito de cooperação.” Cabe ao Brasil assumir a liderança

desse processo, pois somente o nosso país tem capacidade para mobilizar a vontade coletiva nessa direção. Há, contudo, uma condição fundamental para nos habilitarmos a exercer esse papel de líderes: articular a nossa Amazônia, conforme o general preconizou, promovendo o desenvolvimento e a preservação.

5 TENTATIVAS DE CONQUISTA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

O general caracteriza o espaço amazônico como “o império das águas, a planície inundável, a floresta tropical, o homem apequenado e imobilizado pela natureza, tudo sob o signo da imensidão”. Poderia ter destacado também os efeitos do clima, pelos efeitos opressivos sobre toda e qualquer atividade humana.

Segundo ele, “transformar o espaço geográfico amazônico em espaço político foi tarefa hercúlea empreendida por nossos antepassados”. O desafio de transformá-lo agora em espaço econômico está a exigir igual esforço associado à imaginação, criatividade, força e técnica. Meira Mattos demonstra que a evolução econômica da Amazônia ocorreu por ciclos esparsos e desconectados entre si, tendo em comum apenas terem legado pouco ou quase nada aos ciclos seguintes.

A primeira iniciativa estatal de caráter econômico só veio a ocorrer cerca de um século e meio após os portugueses marcarem presença na região. Foi consequência da preocupação do Marques de Pombal em criar núcleos de povoação e polos econômicos que caracterizassem a posse, para respaldar a tese do *Uti Possidetis* adotado como critério principal no estabelecimento dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri, de 1750. Foi então criada a Companhia de Comércio e Navegação do Grão-Pará, a quem coube exercer o monopólio de comércio e do uso dos rios em toda a Amazônia. Meira Mattos mostra que somente dois séculos depois, durante os governos militares, viria a ser reeditada iniciativa dessa natureza.

No Império e no início da República, nenhum dos ciclos econômicos experimentados resultou de planejamento ou de ação política governamental. Foram fenômenos espontâneos, motivados pelas exigências

dos mercados carentes dos produtos que a natureza oferecia. Como se tratavam de processos de desenvolvimento dependentes do exterior, não provocaram acumulação, o que fez com que o esgotamento dos ciclos levasse à sucessiva estagnação, durante as quais as precárias tentativas governamentais, no sentido de promover algum soerguimento, mostraram-se infrutíferas.

O mais significativo deles, o ciclo da Borracha, teve início durante o primeiro quartel do século XIX. O partir de meados do século passou a impactar a economia da região e do próprio Império, motivando medidas importantes por parte do governo central. Remontam a essa época a implantação da navegação a vapor por parte de Mauá e a abertura do comércio e da navegação no rio Amazonas e seus afluentes.

A produção asiática e a concorrência da borracha sintética acabaram por inviabilizar o modelo baseado no extrativismo, fazendo com que a região mergulhasse em séria crise, da qual só viria a recuperar-se mais de cinquenta anos depois. Tanto algumas tentativas de cultura racional da Hevea como a insistência na prática do extrativismo mostraram-se inviáveis e jamais recuperaram os níveis de produção, que hoje não atende nem mesmo ao mercado nacional. Ironicamente, as poucas fontes de produção estão fora da Amazônia.

O Ciclo da Borracha deixou, contudo, algum legado: a aceleração do povoamento e o surgimento de duas grandes cidades: Belém e Manaus. Estima-se que em torno de 500 mil nordestinos tenham para lá se deslocado, marcando a composição étnica e a cultura regionais. Desse período resultaram ainda a incorporação do Acre, a ferrovia Madeira-Mamoré e a consolidação da soberania junto à faixa de fronteira.

Coincidindo com o ciclo da borracha, houve um surto de extração de ouro no Amapá, que, atraindo a presença de estrangeiros, em especial da Guiana Francesa, acabou provocando a chamada Questão do Amapá, solucionada favoravelmente graças à ação do Barão do Rio Branco à frente da nossa diplomacia.

Após a depressão que se seguiu ao ciclo da borracha, Meira Mattos

destaca que em 1912, durante o governo Hermes da Fonseca, foi editado o 1º Plano de Valorização da Amazônia, cujo mérito está em ter sido a primeira tentativa racional de estabelecer um programa de metas para a nossa Amazônia. Considerou esta como a terceira tentativa de despertar a economia da região, assinalando, contudo, que a formulação política esbarrou na falta de capacidade para implantá-lo, circunstância que, com exceção dos planos das décadas de sessenta e setenta, persiste até nossos dias.

A quarta tentativa ocorreu durante a II Guerra Mundial, em decorrência dos acordos de Washington, assinados em 1942, com o propósito de atender às necessidades de aquisição de borracha pelas forças aliadas. Novamente, Samuel Benchimol é mencionado, para dizer que este foi um período efêmero e de interesses imediatistas, mas que criou alguns instrumentos políticos de longo alcance, como o Banco de Crédito da Amazônia, hoje o Banco da Amazônia. Na verdade, o Presidente Getúlio Vargas havia antecipado suas preocupações com a Amazônia, então mergulhada na mais profunda depressão econômica, em marcante discurso pronunciado em Manaus, em 1940, conhecido como o “Discurso do Amazonas”. Nessa época, foram criados os territórios federais de Guaporé, Rio Branco e Amapá.

Os esforços para reativar a produção da borracha, durante a guerra, ficaram conhecidos como “A Batalha da Borracha”. Estima-se que, dentre os 100 mil nordestinos trazidos para os seringais, houve mais mortes do que nos combates da Força Expedicionária na Itália. O fracasso dos empreendimentos provocou, também, o fenômeno de favelização em Manaus e Belém. Segundo o general, “mais uma vez foi posta em confronto nossa capacidade de organização para um empreendimento em grande escala – e fracassamos.”

Em 1946, os constituintes incluíram um artigo na Constituição obrigando o governo federal a aplicar, durante pelo menos 20 anos, a quantia não inferior a 3% da renda tributária na valorização da Amazônia. Somente em 1953, uma lei regulamentou esse dispositivo, que definiu a abrangência da Amazônia Legal, conceituou o Plano de Valorização como

um esforço Nacional e criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Vêm desse período a fundação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a construção da Belém-Brasília, o que, segundo ele, revestiu-se de elevado sentido geopolítico, já que a última ação concreta no sentido de conectar a região havia sido a ligação telegráfica estabelecida por Rondon. Novamente, segundo o general, “Os resultados foram aquém da magnitude dos objetivos esperados. Mais uma vez a vastidão dos problemas suplantou as inteligências e os meios empregados”.

Nova retomada só veio a ocorrer em 1966, dessa vez respaldada pela indispensável vontade política, quando o Presidente Castello Branco baixou um conjunto de medidas que iriam revigorar a ação federal na grande bacia. Transformou a SPVEA em SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; e criou a SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus.

O general Meira Mattos atribui à criação da Zona Franca de Manaus a mesma importância da construção de Brasília no efeito de acelerar o processo de interiorização do território e responder aos apelos da política de continentalidade brasileira. Manaus, com 200 mil habitantes e relegada à condição de “porto de lenha”, rapidamente transformou-se em centro comercial, industrial e de serviços. Hoje, a cidade, com 1,8 milhões de pessoas, tem no distrito industrial a fonte de geração de 500 mil empregos diretos e indiretos. Apresenta um PIB de 48,5 bilhões de dólares, segundo dados do censo de 2010 (IBGE), o que a posiciona em sexto lugar, superando cidades cujas economias encontram-se consolidadas há muito mais tempo, como Porto Alegre, Fortaleza, Salvador e Recife. Há duzentos e cinquenta anos, segundo nosso autor, Mendonça Furtado já havia considerado Manaus como o epicentro amazônico. Dois grandes e ambiciosos projetos se sucederam, ambos de caráter estratégico e dotados de embasamento geopolítico: o Programa de Integração Nacional (PIN), do presidente Médici, e o Polo Amazônia, do governo Geisel.

As dificuldades enfrentadas na implantação do PIN, assim como a falta de recursos em consequência da crise do petróleo de 1973,

levaram o presidente Geisel, a lançar, em 1975, o Programa de polos agropecuários e agrominerais – o Polo Amazônia –, que se propunha a impulsionar os polos criados anteriormente. Além das rodovias, a infraestrutura econômica recebeu um enorme impulso também nas comunicações e energia.

Esses planos traziam em seu bojo uma condição essencial para o sucesso, qual seja a de se respaldarem em uma visão abrangente e terem um caráter estratégico. Eram multidisciplinares e focados em objetivos de curto, médio e longo prazos. Tinham capacidade de permanência e possibilidade de alterar a realidade, garantindo não só o atendimento das necessidades básicas, mas também das demandas futuras que naturalmente surgiriam a partir do previsível êxito dos projetos que os integravam. Preconizavam o estabelecimento de polos de desenvolvimento dotados de infraestrutura econômica e social – transporte, energia, comunicações, educação e saúde – e eram vocacionados às potencialidades de suas áreas de influência: recursos minerais, pecuária, agricultura, piscicultura e atividade extrativa. Contemplavam até mesmo preocupações ambientais, o que naquela época era absolutamente avançado, se levarmos em consideração que as ideias e os cuidados com o meio ambiente, em escala mundial, surgiram e se difundiram somente a partir do final da década de setenta.

Uma característica essencial para a pretensão de desenvolver a região – ou de acelerar o tempo amazônico, no seu dizer – veio da visão integrada e complementar dos vários setores que se tentaram incrementar: energia, transporte, comunicações, agropecuária, extração mineral e estrutura gerencial e administrativa.

O general Meira Mattos mostra que alguns programas resultaram inacabados em decorrência das crises econômicas enfrentadas, mas deixaram como um importante legado a infraestrutura até hoje existente na Amazônia e um quadro de ocupação populacional mais bem distribuído e mais racional. Inúmeras cidades surgiram e se consolidaram como polos de desenvolvimento em Rondônia, no Mato Grosso e ao longo da Transamazônica.

Hoje, passados quarenta anos, é comum ouvir críticas às decisões daquele período. Julgam-se fatos remotos com base em parâmetros ambientais posteriormente consolidados, desconhecendo que aqueles projetos já contemplavam preocupações com a preservação. Por outro lado, muitos dos danos causados ao meio ambiente decorreram muito mais por terem sido abandonados prematuramente do que em consequência de eventuais impropriedades na concepção.

Meira Mattos assim aborda esse tema, com muita atualidade: “A tese da preservação da natureza amazônica, tão do gosto dos ecologistas do mundo inteiro, vem sendo tratada por certos grupos que se dizem nacionalistas com inegável ignorância ou má fé. Segundo Jarbas Passarinho, acreano de Xapuri, se observarmos os dogmas dessas correntes ambientalistas “Ficaríamos indefinidamente na última página do Gênesis.”

Contudo, conforme nos alerta a Professora Marilene Correa, ex-reitora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Secretária de Ciência e Tecnologia do Amazonas, natural do Estado e profunda conhecedora da natureza das coisas da Amazônia: “há que se respeitar o tempo amazônico. Vem daí sérios desafios para projetos futuros”.

Em primeiro lugar, deve-se buscar o equilíbrio entre visões endógenas e exógenas em relação à Amazônia. Os projetos, obviamente presididos pelo interesse nacional, precisam partir de uma base sólida de conhecimento sobre a verdadeira natureza de seus problemas e a dimensão de suas possibilidades. Tradicionalmente, o centro-sul do país coloca a Amazônia em posição periférica, como se fosse uma imensa colônia dos polos de poder do centro-sul. Lá vivem 23 milhões de pessoas, com forte sentimento de brasilidade e portadores de uma identidade cultural própria e de capacidade crítica para exercer o protagonismo na definição de seus destinos.

Em segundo, está o desafio de equilibrar, de um lado o desenvolvimento e, de outro, o preservacionismo. Ambas as visões, quando estremadas, impedem a obtenção de soluções pragmáticas que assegurem benefícios para as duas vertentes.

E em terceiro lugar está o imperativo da presença imprescindível do Estado. A história mostra que as frentes de desenvolvimento, quando

não precedidas de planejamento, mostraram-se desorganizadas e, via de regra, violentas. As vocações econômicas das regiões produtoras necessitam contar com infraestrutura social e econômica, para que os benefícios se tornem permanentes e as populações encontrem condições e motivação para nelas se fixarem. A inobservância desses fundamentos resultou na irregular distribuição espacial da população, que, em busca de serviços essenciais, concentra-se nos grandes centros, onde o acúmulo de necessidades não atendidas deteriora acentuadamente a qualidade de vida. Nossa infraestrutura só passou a ser interiorizada a partir das linhas telegráficas de Rondon, no início do século, e da Marcha para o Oeste, na década de quarenta. A primeira ação efetiva nesse sentido, contudo, foi a construção de Brasília.

O Executivo Federal é também o único órgão com capacidade de suprir carências próprias de determinadas regiões interioranas. A população da Amazônia representa apenas 12% da brasileira. Em consequência, metade do território nacional conta apenas com esses mesmos 12% de representação no Congresso Nacional. A rarefação e a dispersão da população provocam a incapacidade de expressar suas demandas, quer sejam econômicas, sociais ou até mesmo políticas. O general aborda essas questões preconizando a reorganização do espaço político amazônico.

6 REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO AMAZÔNICO

Meira Mattos dedica todo o terceiro capítulo a considerações sobre a organização do espaço político amazônico, questão que até nossos dias não foi enfrentada de forma objetiva, racional e isenta de paixões. Ele chama a atenção para a concepção política dos portugueses, aplicada na administração colonial, que, desde a transferência da sede da Capitania-Geral do Grão-Pará para Belém, por Mendonça Furtado, em 1751, foi pautada pela descentralização. Vai ele reunindo argumentos para mais adiante defender a redivisão dos territórios dos atuais estados, alguns deles visivelmente sem condições de exercer adequada ação de governo em suas áreas de responsabilidade.

Para ele, a partir da independência, teve início um processo de centralização, quando o Império criou um único polo de poder em Belém e reduziu as dez capitanias existentes na região para apenas quatro províncias: Pará, Mato Grosso, Maranhão e Goiás, sendo que as três últimas abrangiam apenas parcialmente o território amazônico. Somente em 1850, a Província do Grão-Pará foi desdobrada em duas, com a criação da Província do Amazonas.

Identifica-se, desde aí, a tendência a negligenciar tudo o que diz respeito à Amazônia pelo governo central, criando o que Meira Mattos chamou de “vazio amazônico, inerte e inarticulado, entregue a poucas administrações de alcance apenas municipal”. Segundo ele, ninguém pode esperar que os atuais governos estaduais tenham poder político para irradiar sua ação além de um raio de cem quilômetros de suas capitais.

O desconhecimento da necessidade e importância da articulação do território persiste nos dias atuais, adicionada agora pelas pressões ambientais. As populações, desassistidas e submetidas a graves situações de abandono, não têm acesso a serviços públicos. Prevalece a lógica dos gabinetes, sobrepondo-se às necessidades vitais das pessoas. No dizer do general, “os termos jurídicos, em fórmulas de direito, teimando em ignorar o social”. Ele registra a ocorrência, no Império e na República, de cerca de vinte tentativas no sentido de alterar a divisão administrativa dos estados, mas, somente a partir de 1942, foram criados os territórios de Guaporé, Rio Branco, Amapá, Ponta Porã, e Iguazu. Mais tarde, em 1977, por meio de Lei Complementar, foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul e, mais recentemente, em 1988, Goiás foi desmembrado para a criação de Tocantins.

No Congresso Nacional há atualmente 30 projetos em tramitação com esse fim. As motivações variam de demandas por uma maior presença do poder público em zonas afastadas das capitais, até a acomodação de forças políticas regionais e o desempenho econômico de determinadas localidades. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou estudos técnicos sobre a questão. Uma coisa é certa: decisões dessa magnitude requerem não apenas amadurecimento dos projetos, mas estudos detalhados de seu impacto no desenvolvimento.

Samuel Benchimol, um dos grandes batalhadores pela redivisão do território, apresentou duas propostas e assim se expressou conforme relata o general: “mais perigoso do que inecúmeno demográfico é o inecúmeno político, pois nas regiões não desenvolvidas o fato político administrativo tem que preceder a ocupação econômica.” Vimos, pelo relato do general, que em trezentos e cinquenta anos, apenas com Pombal e Castello Branco a ocupação econômica da Amazônia foi precedida por planejamento político administrativo. Nos dias atuais, esse quadro resulta no que podemos considerar como problemas característicos da área: dano ambiental, desrespeito às comunidades indígenas, pobreza, conflitos fundiários, baixa produtividade, precária infraestrutura econômica e social, proliferação dos ilícitos e violência.

Arremata Samuel Benchimol (1972, p. 65): “na história de quase todos os povos há sobejas razões para se acreditar que o vazio político, em grande parte, é responsável pela inércia, ociosidade e retardamento da ocupação humana e econômica”. No dia a dia da Amazônia constata-se que as maiores ameaças à segurança e ao desenvolvimento decorrem, em geral, da precária presença do Estado em suas múltiplas áreas de atuação. Contudo, a realidade mostra que diante das complexidades do mundo moderno, aliadas às carências sistêmicas e aos passivos econômicos e sociais, a simples divisão territorial, por si só, dificilmente terá êxito em proporcionar as condições necessárias para a reversão desse estado de coisas. A ação do governo federal é indispensável, pois somente ele dispõe dos recursos e das ferramentas políticas necessárias para proporcionar efetividade aos planejamentos e exercer a função de indutor, regulador e coordenador das ações. Além do mais, somente ele é capaz de estabelecer uma política e de criar uma instância administrativa com abrangência sobre toda a Amazônia, condições que a realidade exige para romper com a condição de “paraíso perdido” de Euclides da Cunha.

Cosme Ferreira Filho reclamou, na *Revista Nacional de Política Internacional*, uma “política planejada, obedecida, continuada, sem interrupções e sem tibiezas, no mesmo nível de políticas voltadas para o Prata e para o Atlântico.” Uma política expressa por objetivos capazes

de proporcionar a convergência de esforços na mobilização do potencial nacional e que sirva de referência geral, balizando as estratégias e as ações operacionais decorrentes.

A despeito da aparente uniformidade, há que se levar em conta também as peculiaridades e as vocações naturais das diferentes mesorregiões que compõem a nossa Amazônia. Grau de humanização, nível de preservação ambiental, potencial econômico, comunidades indígenas e infraestrutura acarretarão critérios bastante diferenciados para a elaboração das estratégias e dos projetos a serem implementados.

Uma abordagem geopolítica bastante pertinente, decorrente da interação de fatores tais como povoamento, atividade econômica e índice de preservação ambiental, nos é apresentada pela Professora Bertha Becker, titular do Departamento de Geografia da Universidade do Brasil, em seu livro “Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio”. Segundo a eminente acadêmica e geopolítica, três ambientes distintos são encontrados na Amazônia: a Região do Povoamento Adensado, que requer uma consolidação do desenvolvimento; a Região da Amazônia Central, onde a ação política deve compatibilizar produção e conservação; e, por fim, a Amazônia Ocidental, que exige vigilância e expansão orientada “como palavras chave para a ação política”. Essa classificação serviu de base para os projetos do Plano Amazônia Sustentável.

Igualmente importante será definir as dimensões principais que deverão balizar quaisquer abordagens sobre a Amazônia: São elas: a dimensão humana, a ambiental, a da ciência e tecnologia e a do desenvolvimento econômico. Essas quatro ideias-força, aplicadas com a ênfase requerida para cada contexto, permitirão que se compatibilizem todas as diferentes visões e se atenda às necessidades dos múltiplos atores envolvidos.

A primeira delas deve ser a dimensão humana, ou social, decorrente da necessidade fundamental e urgente de recolocar a pessoa humana como foco e razão principal de todas as ações e de qualquer projeto. Há cem anos, Euclides da Cunha já observava que “[...] entre as magias daqueles cenários, há um ator agonizante, o homem.”

Necessitamos resgatar os fundamentos da cultura e mentalidade nacional, compatíveis com nossa história, tradições e fundamentos religiosos, mormente diante de uma população que não consegue a satisfação de suas necessidades mais elementares. Com isso, os projetos que não contemplarem ensino, saúde, lazer, transporte e comunicações acabarão por despertar, principalmente entre os mais jovens, o desejo de deslocar-se para onde lhes seja possível o acesso a esses benefícios.

A segunda se relaciona com a questão ambiental. A posse da Amazônia proporciona ao Brasil uma estatura que escapa normalmente à percepção dos brasileiros. Posiciona o país como a quinta maior extensão territorial do mundo, o que nos coloca, segundo a Professora Bertha Becker (2005), na condição de detentores da soberania da maior parte um dos três únicos grandes ecossistemas do planeta ainda por explorar (os outros dois são a Antártica e o fundo dos oceanos).

Vivendo uma época em que as preocupações relativas ao meio ambiente e às mudanças climáticas ocupam lugar proeminente entre os temas que sensibilizam a opinião pública mundial, temos que estar conscientes de que seremos sempre cobrados, justificadamente ou não, pelas condições com que estivermos tratando dos problemas amazônicos. Ademais, não podemos perder de vista o valor econômico que o bioma amazônico representa, além de constituir-se em uma espécie de caixa-preta a ser aberta e desvendada pelas ferramentas atuais e as futuras que a ciência vier a proporcionar, contendo provavelmente um universo enorme de informações científicas a serem utilizadas em proveito da sociedade brasileira e da humanidade. Constata-se, portanto, que é inadiável o estancamento do processo de desflorestamento, mas para tal será necessário compatibilizar ações repressivas com projetos que ofereçam alternativas de sustento às populações.

Em terceiro, vem o vetor científico e tecnológico. A pesquisa, o desenvolvimento e a inovação são ferramentas essenciais para a garantia de duas capacidades fundamentais para o Brasil na Amazônia: garantia da soberania e obtenção do conhecimento para compatibilizar o desenvolvimento com a preservação ambiental. No ano 2000, causou forte impacto sobre a opinião

pública a notícia de que no Japão havia sido patenteada a marca CUPUAÇU, ficando as empresas brasileiras impedidas de utilizar comercialmente um produto tipicamente brasileiro. Sentimo-nos espoliados e foi inevitável a comparação com o contrabando de sementes de seringueira para a Malásia, efetuado no século XIX pelos ingleses, e que acabou provocando o declínio do Ciclo da Borracha. Esse episódio deixou claro que estávamos permitindo a ocorrência de um vazio tecnológico em área de enorme potencial, acarretando um déficit de soberania brasileira sobre a região.

A Professora Bertha Becker (2005) afirma que “há que se atribuir valor econômico à biodiversidade, para que ela possa competir com as demais commodities”. A C&T será a ferramenta para que, partindo-se da pesquisa básica e considerando-se o conhecimento, chegue-se ao registro de patentes e à concretização de produtos e tecnologias capazes de apontar os caminhos para que se compatibilizem na Amazônia a ocupação, o desenvolvimento e a preservação ambiental.

Em quarto lugar, é imperioso promover-se o **desenvolvimento econômico**. Uma sistemática campanha mundial incutiu na opinião pública internacional, e encontrou eco no Brasil, a visão de que o desenvolvimento econômico representa séria ameaça à preservação ambiental. Essa teoria, curiosamente, não encontra respaldo na realidade, pois a prática demonstra que, em todo o mundo, pobreza e degradação ambiental estão intimamente associadas.

O Distrito Industrial da SUFRAMA produz um efeito demonstração sobre como um projeto de desenvolvimento intensivo pode contribuir para a preservação ambiental. Proporciona cerca de quinhentos mil empregos diretos e indiretos. Se considerarmos a existência de uma família de quatro pessoas, em média, para cada um desses postos de trabalho, chegaremos a dois milhões de pessoas, o que corresponde à população atual da cidade de Manaus. O estado do Amazonas é o de mais robusta economia e, ao mesmo tempo, o mais preservado entre todos os da Região Norte.

Vê-se, portanto, que a complexidade, a abrangência e a profundidade das carências da Amazônia superam as possibilidades de instâncias colocadas abaixo do governo federal para sua superação. Cabe também

verificar se, diante das mudanças sofridas pelo país ao longo das últimas três décadas, a criação de novas unidades federativas não onerará ainda mais a sociedade brasileira com estruturas de estados cujas dimensões superam a capacidade de sustentá-los. De qualquer maneira, a divisão dos estados, na eventualidade de ser a solução adotada, dependerá do suporte do governo federal, para que tenha a efetividade requerida na melhoria das condições de vida das populações.

CONCLUSÃO

Para que se processe uma adequada abordagem sobre as questões da Amazônia, é necessário olhar-se para o mapa do Brasil segundo a perspectiva de quem lá se encontra. A partir dessa posição, avultam realidades que tornam explícitos os papéis fundamentais que a região tem a cumprir para o Brasil, para a América do Sul e para o mundo, impulsionados por dinâmicas que se originam em sua geografia e que projetarão o país a um patamar muito mais destacado no sistema de poder mundial.

O general faleceu em 2007, ou seja, 27 anos depois da primeira edição de “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”. É possível que tenha acompanhado o esmorecimento de tudo que ele presenciou e de certa forma ajudou a construir. Provavelmente, experimentou a mesma inconformidade que nos assalta ao ver tanto potencial de riquezas naturais sendo desperdiçado, a população desassistida e isolada, os índios serem vítimas, em vez de agentes dos processos que lhes dizem respeito, e o meio ambiente sendo degradado.

Talvez, contudo, o que mais lhe custaria compreender hoje, seria a constatação que – tanto no estabelecimento dos planos de desenvolvimento interno, quanto nas ações coletivas junto aos países sul-americanos – a geopolítica continua sendo desconsiderada, observando ainda que motivações voláteis têm presidido esses relacionamentos e que os ensinamentos históricos da epopeia amazônica vêm sendo ignorados. Seu livro continua atual. Suas teses são, ao mesmo

tempo, racionais e sonhadoras, tradicionais e inovadoras, clássicas e modernas. Ele nunca serviu na Amazônia, mas os Guerreiros de Selva, de ontem, de hoje, e de sempre, dedicam ao velho chefe, comandante, líder em combate, geopolítico e soldado, a nossa mais expressiva homenagem. Nosso brado de: “A SELVA NOS UNE! TUDO PELA A AMAZÔNIA! SELVA!”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *Uma breve história da geopolítica*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

BECKER, B. K. Amazônia: Desenvolvimento e Soberania, In: *Brasil, o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: 2005.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, um pouco-antes e além-depois*. São Paulo: Humberto Calderaro, 1977. Coleção Amazoniana, v.1.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/ Edua, 2003. Série Poranduba.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geografia Pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex - Biblioteca do Exército, 1980.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. 5. ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *Uma breve história da geopolítica*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI), 2011.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. 3. ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Bibliex - Biblioteca do Exército. 1973. v. 114.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MEIRA MATTOS E OS TRÓPICOS: O HOMEM BRASÍLICO E A PROJEÇÃO MUNDIAL DO BRASIL

Severino Cabral*

É que o grande drama de vida e de morte para os povos não é o que decide pelas armas a sorte dos Estados; nem a de regimes políticos. O grande drama é o que decide a sorte das culturas. É a guerra entre culturas. A melhor energia que a contemplação, e mais que isso, o estudo do passado lusitano, cheio de afirmações vigorosas de vitalidade cultural, e não apenas política e guerreira podem concorrer para animar em nós, lusos descendentes, é a energia que nos dê consciência da nossa cultura; gosto e inteligência dos seus valores; sentido de suas constantes; noção de seus característicos; perspectivas de suas possibilidades.

Gilberto Freyre

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CONJUNTURA INTERNACIONAL E SEUS DESAFIOS

Analisando-se todos os aspectos da situação, poder-se-á criar uma posição favorável e um ambiente positivo.

Sun Zi

Nesta segunda década do século XXI, a emergência de alguns grandes países do mundo – Brasil, China, Índia – à condição de megapotências econômicas e financeiras globais e, portanto, de vivenciarem a situação de centros mundiais de poder, desafia a liderança e a sociedade dessas nações de modo profundo e até mesmo perturbador. Pois as transformações em curso no mundo são tão rápidas e intensas que o desenvolvimento desses

* Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo; Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de China e Ásia-Pacífico; Diplomado do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra; Membro do Corpo Permanente e Adjunto da Divisão de Assuntos de Geopolítica e Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra.

países se encontra, a um só e mesmo tempo, alçado a novo patamar e ameaçado pelo ambiente que se vai impondo em decorrência da crise econômica e financeira mundial.

As características dessa grande ruptura se fazem presentes em alguns fenômenos que já se tornaram uma segunda pele da humanidade, à altura das megapotências e das sociedades nacionais interligadas no grande mercado global. São elas que, por sua importância, determinam a extensão do drama humano neste início de século e de milênio. Essas macrotendências estão a criar um “macroclima” internacional ao mesmo tempo renovador e conturbador.

A primeira tendência que se anuncia é a de que só os grandes países do mundo de hoje, dotados de considerável espaço territorial, população e força econômica autônoma, podem aspirar a constituir um polo de poder mundial na forma de um megaestado. Neste sentido, a unidade e a integração europeia servem de balizamento para tornar aquele bloco europeu uma unidade política ativa do mundo contemporâneo: o seu êxito ou fracasso determinará a existência futura da Europa como grande centro mundial de poder. Como também é observável que os principais obstáculos no caminho do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para o topo da ordem mundial se relacionam à capacidade de cada um deles manter, ampliar e, até mesmo, recuperar espaço, população e base econômica. Em suma, a característica principal do processo em curso, a *contrario sensu* da fragmentação da “primeira onda globalizante”, é a da constituição dos megaestados, que serão amanhã os sustentáculos da mundialização.

A segunda tendência é decorrente do ambiente internacional que deverá ser profundamente alterado em relação ao que era no final da Guerra Fria, sobretudo o sistema que sucedeu a bipolaridade e que se denominou de “Nova Ordem Mundial”. Acontecimentos como as duas guerras do Golfo e o incidente do dia 11 de setembro de 2001 são sintomas da profunda e dramática instabilidade da ordem internacional gerada pela “unipolaridade”, vale dizer, a política de força de uma única potência. A superação desse estado de coisas só ocorrerá com a emergência de uma

nova ordem mundial mais democrática e mais legítima, baseada num novo equilíbrio de forças entre as nações. O advento de uma ordem multipolar será positivo para a criação de uma situação internacional menos tensa e mais direcionada para a elevação do nível de vida das populações do mundo em desenvolvimento.

A terceira tendência cada vez mais visível no horizonte internacional é o papel da Ásia do Leste como um dos pilares do mundo multipolar em gestação. O mega desenvolvimento da China (que já adquire a forma de um megaestado), em seguida ao do Japão e ao da Coreia, transformou o mundo ágio-oriental na vanguarda do sistema internacional. Trata-se de uma região de importância cada vez maior no jogo de equilíbrio do poder mundial e, via de consequência, para a paz e o desenvolvimento do mundo. Esta a razão pela qual, neste começo de século e de milênio, a China e a Ásia Oriental encontram-se no centro do processo de construção de um dos pilares de sustentação do sistema internacional multipolar de amanhã.

Como quarta tendência, é possível constatar a ressurgência das civilizações afetadas em seu destino histórico pelo mundo euro-ocidental e pela ciência e técnica moderna. O mundo, que assistiu, após a Segunda Guerra Mundial, ao processo de industrialização e assimilação da técnica e da ciência, despertou importantes forças irradiantes e insurgentes, como a descolonização da África, Ásia e do mundo árabe-muçulmano. Esse último fenômeno, sinalizado pela ressurgência do Islamismo como protagonista da cena internacional, tem impressionado observadores de todo o mundo, a ponto de ser interpretado como o desafio maior do pós Guerra Fria.

Uma quinta tendência, ainda, influenciará de forma decisiva a configuração do mundo de amanhã. Trata-se da emergência do mundo latino, cujo protagonismo possível encontra no futuro megaestado brasileiro seu principal ator. Embora a Europa meridional seja parte fundadora do mundo latino, o emergente bloco reunirá, sobretudo, o conjunto dos países da América Latina (mas deverá incluir também a África lusófona). O novo mundo latino-americano liderado pelo Brasil

integrará uma grande área econômica capaz de impulsionar a criação de um polo meridional de poder que será um dos pilares da nova ordem mundial multipolar.

Essas cinco macrotendências desenham uma linha central que aproxima e faz convergir, em graus e intensidades variadas, as estratégias dos grandes países do mundo emergente. Observa-se, nesse processo, que a China tenta consolidar o seu curso de industrialização e ampliar sua participação no sistema internacional, apoiada na defesa de uma ordem mundial estável.

No caso do Brasil – que é o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental meridional, detentor de recursos naturais imensos e de uma grande população desejosa de contribuir para a elevação do bem-estar material e espiritual de todos os povos – essas macrotendências presentes na cena internacional fazem-no cada vez mais interessado, num esforço conjunto com a China, Rússia e Índia, e África do Sul, em uma pauta comum de defesa de um desenvolvimento pacífico e sustentável. Compreendido esse último como uma resposta ao desafio gerado pelo aparecimento de uma economia globalizada e das ameaças dela resultante, tais como: ampliação da diferença de renda entre ricos e pobres, degradação ambiental, aumento do hiato financeiro, científico e técnico existente entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento.

Ao visualizar essas macrotendências globais, em meio ao tumulto gerado pela crise dos mercados financeiros mundiais, não devem ser perdidas de vista as contracorrentes presentes na conjuntura internacional. A principal delas pode definir-se como o advento de uma “segunda onda globalizante”, que se anuncia fortemente vinculada às questões políticas suscitadas pelas chamadas ameaças climáticas e ambientais. Nela, a medição de força no campo econômico e financeiro bem como a do campo científico-tecnológico irá tornar-se fator decisivo para a continuidade do desenvolvimento mundial.

Assim – para “navegar nessa nova onda global”, que desafia todos os países e ameaça a humanidade com o duplo flagelo do aquecimento do planeta, acoplado ao desaquecimento econômico mundial – a estra-

tégia a ser seguida por cada ator da cena mundial deverá estabelecer a “sobrevida dentro do ciclo” como a sua principal meta. O que resultará, é claro, num reforço da proteção dos recursos naturais e humanos de cada unidade política ativa do sistema internacional. Esta reação de autodefesa pode vir a desatar uma corrente protecionista entre as economias industriais e acarretar uma deterioração do comércio mundial, aprofundando o processo de crise da economia mundial e trazendo sérios entraves para o desenvolvimento dos países emergentes.

Outra contratendência evidencia o risco que correm as unidades políticas nacionais com o aumento de tensões separatistas geradas por movimentos sociais radicais de fundo político-ideológico, étnicos e religiosos. Na outra ponta, dos movimentos de “capitais desregulados” que provocam a desestabilização econômica mundial, esses movimentos sociais radicais também atuam para aprofundar a crise sistêmica e ameaçar a unidade e a integridade dos Estados. Neste sentido, visualiza-se uma crescente instabilidade nas diversas regiões do mundo, notadamente naquela que se situa no epicentro da crise mundial, estendendo-se do Norte da África e do Médio Oriente ao Centro e Sul da Ásia.

Em que pese essas contratendências e a vasta crise financeira global a gerar incertezas, permanece a tendência principal de emergência de novos centros de poder mundial e do surgimento da multipolaridade como uma nova configuração da estrutura do sistema internacional: sistema que se apresenta em seus principais contornos nesse início de século XXI marcado essencialmente pela presença dos países que constituem o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – megaestruturas de poder por sua indústria, população, extensão territorial e recursos naturais.

2 GEOPOLÍTICA: TEORIA CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA

Estudar é aplicar-se com firmeza ao estudo da *unidade* das coisas. Sun Zi

A extraordinária revolução na ciência e na técnica do século XX deu continuidade à revolução científica e industrial do “*Settecento*”, o que habilitou

a humanidade a alcançar novos graus de desenvolvimento e a impulsionou na arte de criar riqueza e gerar prosperidade. O salto gigantesco do processo de industrialização e urbanização deu continuidade ao ciclo das grandes navegações luso-ibéricas e culminou na construção de nova civilização. O navio a vapor e a ferrovia ampliaram os espaços, e assim, completou-se a unificação do mercado mundial na aurora do século XX: inaugurava-se um tempo que foi denominado de o “fim da era de Colombo”.

Esses acontecimentos determinaram a criação do sistema mundial de poder, em que Grandes Potências, que competiam entre si, travaram guerras e fomentaram revoluções em série, mudando a face da sociedade e da humanidade. No bojo dessas transformações do desenvolvimento, surgia a nova cultura de massas da sociedade industrial moderna, que alcançou rápida irradiação para todos os continentes.

A comunicação via satélite e os meios de transporte aéreo praticamente uniram o mundo inteiro. Indivíduos e nações se aproximam e se relacionam cada vez mais em todos os horizontes do planeta. Pouco a pouco, estrutura-se uma nova ordem mundial, baseada no entendimento, na cooperação de todos os países do mundo, na independência e na autodeterminação dos povos. Por outro lado, esta nova ordem pressupõe o rápido crescimento econômico e social de países em diferentes estágios de desenvolvimento. O que se traduz também por tensão e instabilidade, por vezes geradoras de crises e conflitos.

A Geopolítica, como disciplina teórica e prática, nesta nova e turbilhonante época, aparenta ser um conhecimento fundamental para orientar o homem de Estado na condução de um determinado país, sendo este concebido como uma unidade política ativa do sistema internacional. Essencialmente, ela oferece ao responsável pela liderança do Estado o conhecimento do seu espaço (*Raum*) e da sua posição (*Lage*) frente aos demais estados. O que significa avaliar o seu potencial (território, população, recursos naturais) diante do valor posicional que ocupa no sistema mundial de hoje e de amanhã. O resultado dessa avaliação transformado em orientação política representa importante recurso de poder à estratégia nacional de qualquer Estado que pretenda exercer influência na comunidade internacional.

A disciplina conhecida como Geopolítica – nome que a celebrou e que lhe foi dado pelo jurista e político sueco Rudolph Kjellen – tem sua origem na cultura alemã do século XVIII, com o filósofo J. G. Von Herder, um dos destacados membros do movimento “*Sturm und Drang*”, e que, ao final dos Oitocentos, chega ao seu cume na obra do geógrafo alemão Frederico Ratzel. São de autoria de Ratzel os conceitos de espaço e posição que dão suporte teórico a todo estudo de geopolítica e que servirão de fonte de inspiração da grande escola alemã de geopolítica conhecida, sobretudo, pelos trabalhos do general Karl Ernst Haushofer. Deve-se a este último a introdução do conceito chave de “Pan Região”, que suscitou à época a mobilização das melhores cabeças jurídicas germânicas, interpeladas a descobrir como superar formalmente as objeções do direito de matriz westfaliana em prol do pangermanismo de coloração monroísta.

No entanto a irradiação e a universalização desses ensinamentos ocorreram, principalmente, pela atração exercida pelas ideias de autores que não pertenceram ao mundo acadêmico e científico alemão. Foram eles o historiador americano almirante Alfred Thayer Mahan, o geógrafo e político britânico Sir Halford John Mackinder e o cientista político americano de origem holandesa Nicholas John Spykman. Eles introduziram no debate teórico da geopolítica suas coordenadas práticas e sua inspiração estratégica maior, correspondente ao desafio do poder mundial no século XX.

A grande síntese histórica de Alfred Thayer Mahan mostrou a evolução do sistema europeu, a partir das grandes navegações, até a época da hegemonia inglesa sobre o sistema pós-napoleônico, e chamou atenção para o fato da importância crucial do poder marítimo na construção do poder nacional e sua expansão. A compreensão desse acontecimento pela liderança europeia está na origem de uma reformulação radical da política mundial.

Ao visualizar o amplo quadro gerado por essas imensas forças históricas desencadeadas pela criação do mercado mundial em consequência das grandes navegações, Halford J. Mackinder concebeu uma teoria síntese capaz de situar o poder mundial e definir as potências que estavam em condição de disputá-lo.

Em sua concepção do pivô geográfico da história, situado no centro

da Ásia, depois (1919) rebatizado de “*Heartland*”, Halford predizia o papel da Alemanha – como potência continental (em possível aliança, ou dominando a Rússia), numa expansão para o Leste, podendo gerar o domínio da Eurásia. Em ocorrendo esse domínio por qualquer das duas Grandes Potências, ele acreditava que tal acontecimento levaria ao controle da maior parte das terras emersas do planeta, viabilizando assim a conquista do poder mundial, e destronando a potência marítima, o Império britânico, de sua hegemonia sobre o mercado mundial. Mackinder refletiu toda sua preocupação no seguinte *dictum*: “*Who rules East Europe commands the Heartland; who rules the Heartland commands the World Island; who rules the World Island commands the World*”. Impedir, pois, o domínio da Ásia Central por qualquer potência parecia essencial à manutenção do *status quo* e do equilíbrio de poder mundial, do ponto de vista que favorecia a hegemonia britânica.

De outro ângulo, a partir dos interesses nacionais de uma potência emergente a quem interessava a mudança do *status quo*, Nicholas John Spykman visualizou no decorrer da Segunda Guerra (1942) uma nova constelação de força, a partir de outro espaço e posição, e de outra unidade política ativa: os Estados Unidos da América. Nesse novo quadro, a ênfase não deveria ser buscar a segurança do centro da Ásia, mas sim se assegurar do controle da *rimland* da Eurásia. Nas palavras de Spykman: “*Who controls the rimland rules Eurasia; who rules Eurasia controls the destinies of the World*”.

O controle da borda da Eurásia pelos EUA consolidou-se no pós-guerra, a partir de 1947, com a política da contenção do expansionismo soviético, sob a liderança do presidente Harry Truman, elaborada sob orientação de George Kennan, o formulador do conceito de “*containment*”. A política da contenção aplicava o conceito geopolítico de Spykman ao contexto gerado pelo fim da Segunda Guerra com a divisão da Europa Ocidental e a ocupação da Alemanha Oriental pela URSS.

O essencial dessa política regulou a situação estratégica internacional até o fim da Guerra Fria, quase meio século depois. Cessada a disputa bipolar entre EUA e URSS, produziu-se uma forte indagação sobre os rumos da política internacional e o destino das potências grandes, médias e pequenas num contexto já agora unipolar, dominado por uma

única superpotência. Os teóricos principais da reflexão estratégica norteamericana continuam os artífices do período final da Guerra Fria: Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski.

Contudo, o mundo encontra-se em processo de mudança radical, com a revolução científica e tecnológica criando meios e possibilidades inéditas para o homem e para a sociedade humana. A descoberta do átomo, do código da vida, do computador, assim como os primeiros passos dados no domínio do poder aeroespacial vislumbram uma extraordinária e desafiadora condição para a vida de todos os estados e nações do planeta, mobilizando corações e mentes, tal como no começo dos tempos modernos e das grandes navegações.

Neste novo mundo que se constrói no novo milênio, a conquista das rotas oceânicas da época dos grandes navegadores está sendo superada pela exploração das abissais profundezas dos oceanos abertos à colonização, como também avança o domínio do espaço cósmico pelo homem. Talvez, nessa idade espacial em que novos desafios deverão ser enfrentados pela imaginação geopolítica, como sugere Everett Carl Dolman, uma nova estrutura do poder se imponha e um novo *dictum* venha a substituir, um século depois, o de Mackinder: “*Who controls low-Earth orbit controls near-Earth space. Who controls near-Earth space dominates earth. Who dominates earth determines the destiny of humankind.*”

Nesse princípio de século e de milênio, a geopolítica começa a ser pensada para os novos tempos que se abrem e para os novos atores que chegam ao primeiro plano da disputa pelo poder mundial – Brasil, China e Índia. Poder mundial que se antecipa, aliás, inclinado a uma relativa postura de equilíbrio multipolar.

3 A ESCOLA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO CONTEMPORÂNEO

O Mandato (conferido pelo Céu) não é adquirido para sempre.

Shujing

Há pouco tempo, em discurso pronunciado no parlamento britânico, o presidente norte-americano Barack Obama afirmou enfático que o momento ainda é o da liderança anglo-americana sobre os destinos do mundo. Segundo ele, o Brasil, a China e a Índia devem esperar o tempo de sua emergência num futuro ainda não previsível. Qualquer que tenha sido a motivação do discurso, o significado inconsciente por trás do significante da fala presidencial reconhece, em seu enunciado, a tendência de ordem estrutural a marcar todo país ou grupo de países em escala mundial: há sempre um *zênite* e um *nadir* a espreitar seu destino manifesto.

Neste sentido, podemos dizer que a cultura estratégica nacional brasileira tem sido alimentada desde os seus primórdios pela percepção de que somos um povo em formação, dono de uma nova grande nação. É o que expressa o hino nacional com os versos tão conhecidos de Duque Estrada: – “Gigante adormecido em berço esplendido” e o “Florão da América” – que anunciavam poeticamente, nos albores da nossa época, a emergência de uma nova potência mundial.

Nos anos trinta do século XX, surgiu a manifestação teórica, talvez a mais importante, dessa generalizada percepção no discurso da Geopolítica elaborado por Mario Travassos e adaptado ao problema nacional brasileiro. Desde o seu lançamento “Projeção Continental do Brasil”, originalmente intitulado “Aspectos Geográficos Sul-Americanos”, foi lido, relido e meditado – tendo como testemunha o seu prefaciador Pandiá Calógeras. Essa obra lançou os fundamentos da geopolítica e do pensamento estratégico no Brasil contemporâneo.

Mas o livro de Mario Travassos não teria sido pensado e escrito não fora a disseminação no debate nacional da teoria geopolítica. Como disciplina teórica e prática, seu estudo acadêmico no Brasil foi obra de Everaldo Backheuser, que traduziu do alemão para o português o essencial das teorias, dos métodos e dos ensinamentos clássicos devidos a Ratzel, Kjellen, Haushoffer e outros. Em seu pioneirismo, o Professor Backheuser inseriu a disciplina no campo de estudos da Ciência Política e do Direito Constitucional Público.

Sem dúvida, outro autor seminal de grande importância para a construção da visão teórica que embasa a “Projeção Continental do Brasil”

foi o diplomata espanhol Carlos Badia Malagrida. Autor de monumental estudo publicado em Madri, logo após o término da Guerra de 14-18, sob o título de “El factor geográfico en la política sudamericana”. Malagrida, com a sua contribuição, deu um grande impulso ao estudo da determinação geográfica na estrutura política dos estados e nações latinos do hemisfério ocidental.

Sem apreciar o “espírito geográfico” que emana dessas obras seria difícil avaliar a importância delas para o pensamento político estratégico nacional, sobretudo a consciência despertada do nosso “continentalismo”, ideia que inspirou, por exemplo, a “Marcha para Oeste”, grande livro de Cassiano Ricardo, prenúncio da política de interiorização do nosso desenvolvimento.

Todo o crescimento da reflexão sobre o Brasil contemporâneo – que também teve outros campos de saber e cultura, como a sociologia e a história, a mobilizar a consciência nacional, e que se refletiu na arte e na literatura moderna – veio a ser grandemente transformado pelo acontecimento da Segunda Guerra Mundial.

A participação brasileira no teatro de operações europeu credenciou uma geração de oficiais a visualizar a guerra nas condições da moderna sociedade industrial e urbana. Desde o seu retorno ao Brasil, esses oficiais verificaram a necessidade de atualizar a doutrina para fazer face ao desafio do século. Tratava-se de pensar a emergência do Brasil como potência em um mundo de potências. Portanto, transcender o quadro regional e hemisférico onde se localizava o país – e pensar na sua projeção como um Centro de Poder Mundial.

A resposta institucional a esse desafio foi criar uma instituição de altos estudos estratégicos com a capacidade de pensar e planejar o futuro que fosse dotada de uma doutrina e método de trabalho em grupo e decisões colegiadas, adaptado a formular políticas e produzir consensos nacionais sobre o desenvolvimento do país. Essa instituição foi a Escola Superior de Guerra.

Criada em 1949, vinculada à Presidência da República, a Escola Superior de Guerra dedicou-se, desde o começo de sua existência, a estudar

o Brasil com a finalidade de elaborar pensamento estratégico, sustentado num conjunto formado por quatro conceitos fundamentais: Objetivo Nacional, Poder Nacional, Política Nacional e Estratégia Nacional. À ESG associaram-se as quatro forças nucleares do Poder Nacional: Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira e o Itamaraty. Assim, a Escola da Urca transformou-se no principal laboratório do pensamento estratégico nacional nos anos 50 e 60 do século passado.

As condições da época e o intercâmbio intenso com a instituição militar americana na Europa permitiram aos oficiais brasileiros conhecer uma doutrina militar baseada na filosofia e na cultura estratégica desenvolvida numa sociedade de origem anglo-saxônica. Desse modo, eles deixavam a esfera tradicional da cultura latina, luso-ibérica e mestiça, em que se formaram e tomavam contato com a nova e pragmática cultura anglo-americana.

Nesse sentido, a ESG tornar-se-ia um espaço de assimilação da nova cultura estratégica e também das novas teorias e métodos de planejamentos desenvolvidos na mais dinâmica sociedade, que ascendia ao topo do sistema de poder mundial ao concentrar mais da metade do produto bruto do mundo. O que dominava o pensamento e a ação era a possibilidade de se construir um novo e dinâmico centro de poder no hemisfério meridional a partir de uma economia que se industrializava rapidamente.

A imersão no campo dos debates teóricos inaugurados pela escola realista de Hans J. Morgenthau e Reinhold Niebuhr, que formaram a base analítica do sistema internacional contemporâneo, acrescidos dos desenvolvimentos da geopolítica e dos estudos estratégicos no contexto acadêmico e político norte-americano – sobretudo a obra extraordinária de Nicholas Spykman – daria a um grupo de membros do corpo permanente e de estagiários da ESG os elementos conceituais necessários à renovação dos estudos da geopolítica brasileira.

É assim que surge em 1955, como resultante desses fecundos e ricos estudos e debates entre civis e militares, o livro do então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, que se pode classificar hoje como um

clássico do pensamento estratégico nacional: “Planejamento Estratégico”. Nele, pela vez primeira, se expõe o método de planejamento estratégico da ESG, que busca nas palavras do autor:

[...] um planejamento racional sob a égide do estado, que coordene, dentro de rigorosa prioridade na aplicação de recursos escassos, tanto as atividades de caráter propriamente econômico, como as que se devam levar a efeito, paralelamente, no campo da política, da educação e da saúde pública, da assistência social e da defesa do país.

Com ele se inaugura, pois, uma reflexão de longa duração sobre o destino nacional do Brasil e o futuro do homem brasileiro. Reflexão que sustenta ainda hoje – decorrido o primeiro decênio do século e do milênio – o debate político-estratégico nacional a mostrar-nos que a dinâmica das relações internacionais está a impor, como única via para um país da dimensão do Brasil, a sua emergência como potência mundial. Essa reflexão tornou possível, já nos distantes anos 50 do século passado, pensar a estrutura do ser nacional brasileiro sob uma nova luz.

Como uma forja de brasilidade, a ESG sustentou em seus primórdios a possibilidade real, inscrita nos fatos, de o Brasil vir a tornar-se uma grande potência ao final do século XX. Seu discurso, cuja síntese se achava escrita nos princípios fundamentais da ESG propostos pelo coronel Idalio Sardenberg, assumia e ampliava a tese de Mario Travassos, como também a dos pensadores nacionalistas da primeira metade do *Novecento*. Um verdadeiro consenso nacional presidia a visão da liderança política, em todo o seu espectro político e ideológico, na condução do Estado brasileiro para o seu alto destino. É neste contexto que se insere a obra de Carlos de Meira Mattos, que se tornará uma referência clássica do pensamento estratégico nacional.

A obra do general Meira Mattos, cujo centenário de nascimento se comemora neste ano de 2013, também se eterniza no campo de estudos da Geopolítica. Neste campo de estudos ele contribuiu com inspiradas ideias, teorias e formulações que ajudaram à construção de uma escola de pensamento caracteristicamente brasileira.

4 OS TRÓPICOS, O HOMEM BRASÍLICO E A EMERGÊNCIA DO BRASIL

Embora Zhou seja antigo, o seu mandato é atual.

Shifing

Numa página antológica como tantas outras que escreveu Euclides da Cunha, encontramos uma em que ele define:

A Amazônia é a última página ainda a escrever-se, do Gênesis, [...] com tanta agudeza e com tanta emoção que parece latejar de febre! É uma guerra de mil anos contra o desconhecido cujo triunfo só virá ao fim de trabalhos incalculáveis em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa. Por enquanto ela é a terra moça, a terra infante, a terra em ser, a terra que ainda está crescendo.

Essas candentes palavras expressam a admiração do grande escritor e pensador pela beleza inumana da grande floresta tropical, como também exprimem o seu sonho febril de desbravá-la e submetê-la ao homem brasílico e à civilização brasileira. Passados mais de um século desde quando foram escritas elas parecem interpelar cada brasileiro – e a cada amazônico em especial – por seu papel nesta gesta que o Criador legou ao homem tropical.

É num espaço antropológico e cultural único no mundo que se encontra a Amazônia, a desafiar a vontade e a determinação dos povos que a habitam e que por ela combatem diuturnamente: para tirarem o sustento para si e seus descendentes e para defendê-la dos que a cobiçam. Ela centraliza o debate em torno da possibilidade de uma via ao desenvolvimento que vá além do círculo criado pela primeira revolução industrial que se desenvolveu no meio temperado, cujos herdeiros pretendem limitar o crescimento de novo impulso civilizatório em um meio tropical.

Certamente, esta nova civilização não virá à luz sem que declinem, mesmo que em lento crepúsculo, as atuais sedes do processo civilizatório humano. Por não ignorar o que continha o processo de ameaçador para os centros de poder europeus, Mackinder laborou pouco antes do final da Segunda Guerra Mundial, uma arquitetura para o sistema mundial de

poder que situava as florestas tropicais como um dos elos de sustentação do que denominou o equilíbrio arquimédico do mundo.

Na sua visão, apresentava-se a geografia mundial com um cinturão colocado em torno das regiões polares ao norte, começando pelo Saara e seguindo os desertos árabe, iraniano, tibetano e da Mongólia a se estender pelos desertos siberianos da bacia do Lena até o Alasca e o Canadá e o cinturão subárido do Oeste norte-americano. Este cinturão de desertos e de gelo envolveria a “Terra Coração” (Heartland) e o “Oceano Médio do Atlântico Norte”, com seus quatro mares subsidiários (Mediterrâneo, Báltico, Ártico e Caribe).

E fora do cinturão ficariam o “Grande Oceano” (Pacífico, Índico e Atlântico Sul) e as terras que para ele drenam (as terras das monções asiáticas, Austrália, América do Sul e África Subsaariana); portanto todo o mundo meridional.

Para o esquema de poder baseado no ponto arquimédico “a prioridade seria a reconstrução econômica da área localizada no interior do cinturão de desertos, a fim de evitar que toda a civilização se dilua num caos (*“will surely have to be in the area within the desert girdle, lest a whole civilization should deliquesce into chaos”*)”. Nela estariam os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, mais a Rússia (the region between the Missouri and the Yenesei).

Nessas considerações expendidas em ensaio publicado pela revista Foreign Affairs de julho de 1943, o grande geopolítico e homem de Estado inglês antecipa o drama do mundo atual com suas amplas generalizações sobre a geografia, a história e a economia do “mundo esférico”. Não faltaram suas observações meandrosas e um tanto cifradas sobre o quarto dos seus conceitos que:

Integra as florestas tropicais de ambos os lados do Atlântico Sul, as da América do Sul e as da África. Se essas fossem submetidas a uma agricultura e habitadas com a presente densidade da Java Tropical, poderiam sustentar um bilhão de pessoas, desde que se deduza que a ciência médica tivesse tornado o trópico tão apto para o desdobramento da energia humana como são as zonas temperadas.

Em seu último e significativo quinto conceito, Halford J. Mackinder resolve favorecer os habitantes da civilização oriental – a Índia e a China – que, na sua visão, deveriam alcançar a prosperidade ao mesmo tempo em que Japão e Alemanha seriam “domesticados”. Pode-se talvez deduzir dessa formulação “mackinderiana” que o poder tropical ainda é visto como um tanto perturbador para a estabilidade do sistema que será, logo depois, negociado em Yalta e Postdam. É de notar que o Pós-Segunda Guerra Mundial, desde a Conferência de Casablanca até Postdam, não se afastará muito das grandes linhas desenhadas por Mackinder em “O mundo redondo e a conquista da Paz”.

Por outro lado, ao empreender seu amplo estudo de natureza antropológica baseada numa argumentação de ordem filosófica e histórica sobre a capacidade das nações tropicais se realizarem, competitivamente, no cenário mundial, em sua tese “Geopolítica e os Trópicos”, o general Meira Mattos oferecerá outra perspectiva estratégica de longo prazo para a construção do que Mackinder denominou um mundo equilibrado de seres humanos – feliz e livre por ser equilibrado: *“A balanced globe of human beings. And happy, because balanced and thus free”*. Na perspectiva de Meira Mattos, os países tropicais poderiam e deveriam realizar-se plenamente no cenário mundial.

“Projeção mundial do Brasil”, uma obra seminal, nasceu da visão antecipatória do continuador da obra de Mario Travassos, ao empreender amplo estudo do Brasil e suas circunstâncias em meados do século XX. O pioneirismo da visão levou-o a constatar que o nosso país, através da sua inexorável inserção no conjunto sul-americano e de sua futura incontornável participação nos destinos da comunidade lusófona que emerge do processo emancipatório das colônias portuguesas de África e Ásia, despontava como megapotência do século XXI.

Nesse sentido, os estudos do pesquisador da terra e do espaço brasileiro não poderiam deixar de investigar o homem brasileiro. Nessa direção, encaminharam-se os projetos de uma nova etapa da produção científica de Meira Mattos, agora voltados para o campo da antropogeografia do Brasil. Nas sendas abertas por Gilberto Freyre, ao inverter a

tendência de subestimação do homem mestiço, o seu estudo *Geopolítica e Trópicos*, de 1983, irá valorizar e contemplar, positivamente, a perspectiva do Brasil tropical.

Nada mais relevante para os tempos que se passou a viver a partir do último terço do século passado, quando nova onda de despreocupação com o destino nacional veio ameaçar a autoestima do brasileiro, do que se promover a ideia da nação brasileira ser habitada por um povo com “a vocação dos bandeirantes para a expansão territorial” – como na visão poética de Cassiano Ricardo – se faz “presente no homem brasílico, que continua sonhando e engenheirando a grandeza do país”. Próximo de nós, brasileiros de hoje, por sua contemporaneidade e vizinhança argentina e latino-americana, o Papa Francisco reconheceu ser o brasileiro uma gente amorosa e de sorriso aberto.

Como também pensar na integração regional do espaço sul-americano, sobretudo na Região Amazônica, cuja importância maior para o futuro está sintetizada nas densas e proféticas palavras do general Mercado Jarrín sobre a agenda do homem amazônico e os desafios da América meridional no século XXI.

E é na aceitação do problema suscitado pela obra de Arnold Toynbee, *A study of history*, com sua teoria do desafio e da resposta, o general Meira Mattos irá buscar a forma de interpretar o que de melhor o pensamento brasileiro do século XX criou para pensar a “força operativa da sociedade nacional adaptada ao seu contorno físico”. Assim de Alberto Torres, Meira Mattos reterá a crença sincera nas possibilidades do mestiço brasileiro manter uma “longa, máscula, paciente tenacidade necessária para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, o esforço múltiplo e vagaroso da construção da nossa sociedade”.

Vemos assim, meio século depois do lançamento do seu primeiro livro, o legado de Meira Mattos – sua obra de intelectual tanto quanto sua participação como soldado e cidadão – tornar-se elemento decisivo para a consolidação não só da Geopolítica do Brasil, como disciplina chave para o planejamento do desenvolvimento nacional, como também

influenciar o pensamento nacional nas demais disciplinas das ciências humanas e sociais. E assim ser e tomar parte do importante, para além do seu tempo de vida, diálogo com seus pósteros sobre o homem brasileiro contemporâneo e sua implantação político-estratégica no espaço meridional e tropical da terra.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução de Sergio Bath. Brasília: Clássicos IPRJ; Brasília: UnB, 2002.

BEAUFRE, André. *Introduction à la stratégie*. Paris: Economica, 1985.

BLOUET, Brian W. *Global Geostrategy: Mackinder and the defence of the west*. London: Frank Cass, 2005.

BOZEMAN, Adda. *Strategic intelligence e statecraft*. New York: Brassey's, 1992.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Strategic vision: America and the crisis of global power*. New York: Basic Books, 2012.

_____. *The grand chessboard*. New York: Basic Books, 1997.

CABRAL, Severino. *Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Ed. Fac-Similar, 1998.

COSTA, Darc. *Estratégia Nacional: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Aristeu Souza, 2003.

_____. *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

DANTAS, Francisco Clementino *Santiago*. *política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DEMKO, George J.; WOOD, William B. *Reordering the world: geopolitical perspectives on the 21st century*. 2nd: Boulder, Westview Press, 1999. 2nd ed.

FERRÉ, Alberto Methol; METALLI, Alver. *La América Latina del siglo XXI*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *O mundo que português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *Um novo mundo nos trópicos*. São Paulo: Nacional, 1971.

FREITAS, Jorge Manuel Costa. *A escola geopolítica brasileira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999.

GONÇALVES, Williams da Silva. *O pensamento estratégico brasileiro: o discurso de Golbery*. 1984. Dissertação de Mestrado (Departamento de Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1984.

GRAY, Colin S.; SLOAN, Geoffrey. *Geopolitics: geography and strategy*. London: Frank Cass, 1999.

(L') HUIILLIER, Fernand. *De La Sainte Alliance au Pacte Atlantique*. Neuchatel: La Baconnière, 1954. 2 v.

HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

_____. A superpotência solitária. *Política Externa*, São Paulo, v. 8, n. 4, 2000.

KISSINGER, Henry. *Nuclear weapons and foreign policy*. New York: Norton, 1969.

_____. *O mundo restaurado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

KLUGER, Richard; FROST, Ellen (Org.). *The global century: globalization and national security*. Washington, D.C.: National Defense University Press, 2001. 2 v.

LELLO, Aldo Di. *Geofollia: l'attacco globalista agli stati nazionali*. Roma: Sovera, 2001.

MACKINDER, Halford J. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction (and others essays)*. Washington, D.C.: National Defense University Press, 2000.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 1 v.

_____. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 416 p. 2 v.

_____. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 424 p. 3 v.

_____. *Projeção mundial do Brasil*. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

_____. *Estratégias militares dominantes: sugestões para uma estratégia militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

_____. *Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

_____. *Castello Branco e a revolução*. 2nd Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

MONTBRIAL, Thierry de. *L'action et le système du monde*. Paris: Puf, 2002.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações*. Brasília: UnB, 2003. Clássicos IPRI.

MURAWIEC, Laurent. *La guerre au XXI siècle*. Paris: Odile Jacob, 2000.

_____. *L'esprit des nations: cultures et géopolitiques*. Paris: Odile Jacob, 2002.

NIEBUHR, Reinhold. *The Structure of Nations and Empires*. New York: Charles Scribner's Sons, 1959.

_____. *Moral man and immoral society*. Reprint. Louisville: Westminster John Knox Press, 2001.

SAMPAIO, Luiz Sergio Coelho de. *Filosofia da cultura Brasil: luxo ou originalidade*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002.

SHEN, Jiru. *La Pauta Mundial que buscamos*. Entrevista sobre La Multipolarización. Beijing: Informa, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

_____. *Planejamento estratégico*. Brasília: Cadernos UnB, 1981.

_____. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SPROUT, Harold; SPROUT, Margareth. *Toward a politics of the planet earth*. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1971.

SPYKMAN, Nicholas John. *America's strategy in world politics*. Washington D.C.: Archon Books, 1970.

_____. *The geography of peace*. New York: Harcourt Brace & Co, 1944.

VAZ, Henrique de Lima. *Os valores morais e sua importância na segurança nacional*. Escola Superior de Guerra: Rio de Janeiro, 1961.

MEIRA MATTOS: ILUSTRE GENERAL

Ives Gandra da Silva Martins*

Conheci o general Meira Mattos quando presidia o Partido Libertador (PL), em São Paulo, e vivíamos os turbulentos momentos do fim do governo Jango. À época, diversos partidos políticos, entre os quais, o meu, que era presidido nacionalmente pelo deputado Raul Pilla, apoiavam o movimento de 31 de março, tão logo ficou claro para nós que o então presidente pretendia não só quebrar a hierarquia e a disciplina das forças armadas – com a nomeação de militares oficiais de patentes menores (o comício dos sargentos, de 13 de março de 1964) para os ministérios –, como implementar um regime ditatorial semelhante ao do mais sanguinário e longevo ditador da atualidade: Fidel Castro. É de se lembrar que Fidel Castro, sem julgamento, fuzilou milhares de pessoas nos famosos “paredons”, quando impôs sua ditadura ao povo cubano.

Nossas relações iniciais foram protocolares, tendo perdido contato com ele em 1965, quando da edição do Ato Institucional nº 2, que me levou a abandonar a política e dedicar-me exclusivamente à advocacia, ao magistério e à produção doutrinária acadêmica de livros, estudos, artigos e conferências, pois ajudáramos na Revolução para garantir as eleições de 1965 – que Jango parecia pretender não realizar. Ora, o AI-2 não só extinguiu os 13 partidos existentes, inclusive, o meu, como criou dois conglomerados políticos (Aliança Renovadora Nacional [Arena] e Movimento Democrático Brasileiro [MDB]), que não atendiam aos meus ideais de parlamentarista.

* Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Universidade Paulista (UNIP), Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO), Faculdades Metropolitanas Unidas (UNIFMU), do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)/Estado de São Paulo; das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC)-Paraná, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio (FECOMERCIO)–SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária (CEU) e do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS).

Voltamos a manter contato, anos depois, na Universidade Mackenzie, em 1983. Fui examinador suplente de sua tese de doutoramento sobre Sociologia, em que se houve com raro brilhantismo. A partir desse reencontro acadêmico, nossa amizade estreitou-se. Leitor assíduo de seus escritos sobre Geopolítica e admirador de sua universal concepção do mundo e da política, de imediato, as nossas convergências de ideais e postura acadêmica alicerçaram a amizade que se conservou até a sua morte.

Na Universidade Mackenzie, Meira Mattos assumiu, após seu doutoramento, a coordenação do curso de pós-graduação em Sociologia e Política, tendo durante o tempo que o dirigiu sempre me convidado para palestras magnas, nas quais, ao final, debatíamos com os alunos sobre as vertentes possíveis para a política brasileira e universal, à luz dos desafios daquele momento.

Foi um período fascinante de debates de elevado nível, como só ele sabia conduzir; e sobre a reflexão do que seria necessário para fortalecer os alicerces dos novos tempos – em que os militares trabalhavam para sairmos do regime de exceção e reingressarmos no regime de plena democracia, sem rebeliões e sem sangue. A volta à democracia plena foi feita com tal habilidade que não houve traumas nem perseguições.

Assumi a presidência do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) nesse período de transição (1985/1986), tendo mantido permanentes relações, à época, por força do curso da Mackenzie, dirigido por Meira, entre os cursos daquela Universidade e os cursos do IASP. Assim, nosso contato foi intensificado, ainda mais porque também assumi na Universidade a coordenação dos cursos de pós-graduação em Direito. Muitas vezes, as aulas de Direito e Sociologia eram ministradas em salas contíguas.

Tal convivência acadêmica permitiu-nos, na década de 80, longas discussões e debates sobre a realidade brasileira, criando um hábito – que durou até o fim de sua vida – de almoçarmos regularmente, só os dois, para uma reflexão conjunta. Não poucas vezes, vinha do Rio exclusivamente para a nossa troca de ideias. Num desses almoços, aceitei seu convite para ser membro da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas.

Foi, pois, meu padrinho e proferiu um comovente discurso de recepção em minha posse.

Em 1990, fui convidado para ser professor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), no curso de preparação dos coronéis para o generalato (CPEAEx), sendo agraciado, com sua presença e por sua sugestão, com o título de professor emérito daquela Instituição, em 1993. Honra-me continuar ali palestrando, regularmente, até os dias de hoje. Enquanto viveu, nunca deixou de comparecer ao meu “intensivão”, já que, por morar em São Paulo, ministro todas as aulas em um único dia. Como diretor da Escola, não só assistia constantemente às minhas palestras como me auxiliava a conduzi-las, no diapasão próprio da ECEME. Foi, portanto, meu mestre e conselheiro.

Às vezes, lembrava-lhe que, se na Universidade Mackenzie fora examinador suplente de sua tese e ingresso na Sociologia, na ECEME ocorria o inverso, pois fora ele o meu permanente inspirador e orientador. O mesmo ocorria nas conferências que proferi na Escola Superior de Guerra (ESG), às quais, muitas vezes, compareceu. Como morava no caminho para a ESG, algumas vezes, aconteceu de eu apanhá-lo para irmos juntos aos eventos.

Minha esposa dirigiu, durante algum tempo, a Associação de Cultura e Arte (ACEA), com palestras para senhoras sobre os temas mais variados. Ruth constrangia-se em convidá-lo para uma conferência, por entender que, habituado aos grandes auditórios de pessoas ilustres, não se sentiria à vontade para falar a senhoras dedicadas ao terceiro setor. Quando lhe contei isso, ligou para Ruth, dizendo que fazia questão de proferir a palestra, o que foi um autêntico sucesso de público e de interesse.

Por fim, nestas linhas das reminiscências, lembro-me da grande amizade que tenho com sua filha Carolina, filósofa e pensadora brilhante; assim como com seu marido, José Maria Withaker. Os laços, portanto, continuam com os Meira Mattos, mesmo depois de termos perdido seu patriarca. Feitas estas reminiscências, passo, agora, de forma muito perfunctória, a colocar alguns traços da personalidade de Meira Mattos que sempre me impressionaram.

Em primeiro lugar, a firmeza com que enfrentava as questões que lhe eram trazidas ou solicitadas, como quando chefiou as forças brasileiras na República Dominicana, assumindo, também, o Comando Geral das demais forças latino-americanas. Decidia com rapidez, sem transigências, mas com discernimento e coragem as medidas a serem tomadas. Não sem razão, mereceu do Alto-Comando do Exército americano elogios pela forma como disciplinou as nem sempre organizadas e disciplinadas forças de outros países vizinhos.

Realço, também, em segundo lugar, a serenidade de comando. Lembro-me do episódio da evacuação do Congresso Nacional. O deputado Adauto Lúcio Cardoso, em choque com o presidente Castelo Branco e irritado com o que denominou de usurpação da competência legislativa pelo Executivo, declarou o Congresso Nacional sua casa e fortaleza de resistência aos atos presidenciais.

O presidente Castelo Branco determinou a Meira Mattos, que o servia no Gabinete Militar, que desalojasse os deputados, sem verter uma só gota de sangue. Meira, de imediato, pediu a planta do Congresso e, tendo-a em mãos, verificou que, sem luz e água, não haveria como ali permanecerem, principalmente porque a grande maioria das salas e salões dependia exclusivamente da luz elétrica, e não da luz do dia.

Sem luz e sem água, os deputados resolveram deixar a Câmara, mas Meira precisava identificá-los, por solicitação da Presidência. À saída de cada deputado, sem que ninguém fosse preso, só lhe pedia o nome, liberando-o prontamente. O deputado Adauto Lúcio Cardoso, jurista de escol, quando saiu, declarou que não se identificaria para Meira Mattos. Com a serenidade que lhe era peculiar, respondeu-lhe que não havia necessidade de identificação, porque ele, de pronto, o identificava. O interessante – para mostrar o nível dos condutores da República à época do regime de exceção – é que, mais tarde, Adauto Lúcio Cardoso foi indicado pelo presidente Castelo Branco para Ministro do Supremo Tribunal Federal, tal era o respeito da Revolução para com as grandes inteligências do país.

Acentuo, também, uma terceira virtude de Meira: a lealdade. Hoje, quando vemos na política brasileira a mudança de partidos e de

posições, lembramo-nos de Voltaire, quando dizia que “na França, as leis eram alteradas com a mesma velocidade com que eram mudados os cavalos das carruagens nos postos de troca nas estradas”. Ou seja, a lealdade política vale apenas enquanto não aparece alguém que ofereça melhores vantagens para a troca de apoio. Nesse cenário, lembrar Meira Mattos é lembrar-se de alguém que, assumindo um compromisso, mantinha-o a todo custo. Assim foi com Castelo Branco, assim foi com seus companheiros de farda, assim foi com seus colegas de Universidade. Um homem de uma peça só e de uma única face.

Entre suas muitas virtudes, ressalto mais uma: a da verdadeira amizade. Todos os seus amigos sempre mereceram de Meira demonstrações de carinho e respeito, além da permanente disposição para auxiliá-los e com eles colaborar. Pessoalmente, atesto esta virtude em quase 30 anos de amizade, mantida até a sua morte. Era amigo e como tal sabia querer bem àqueles a quem dedicava o seu afeto.

Ressalto, ainda, uma última virtude, para não prolongar demais este depoimento: era um homem justo. Dizem os Evangelhos que São José era um homem justo, porque, entre os judeus, ser assim considerado era ter a máxima virtude. É que a justiça reside na essência das relações humanas, e nem sempre as emoções, os sentimentos, os rancores auxiliam alguém a ser justo. Meira era um homem justo. Virtude que fazia dele um intelectual diferenciado e um líder como poucos iguais tivemos no Brasil. Não sem razão, seus estudos sobre Geopolítica, divulgados no mundo inteiro, fizeram com que fosse considerado, naquela área, como um dos pensadores mais importantes do mundo nos últimos tempos, continuando sua obra a ser citada nos principais países do globo.

Quantas saudades de Meira Mattos! Como o Brasil precisaria, hoje, de homens como Meira para conduzi-lo! Uma pátria se faz com exemplos. São Josemaría Escrivá afirmava que “Frei exemplo é o melhor pregador”. Meira confirma a gráfica afirmação do santo do trabalho ordinário, servindo de exemplo para esta e para as futuras gerações.

POLÍTICA E ESTRATÉGIA¹

Carlos Meira Mattos

Segundo Maurice Duverger, a Política para uns, é a ciência do Estado, enquanto para outros é a ciência do Poder. Tal dicotomia, para nós, não existe de forma nítida. O poder é inerente ao Estado, tanto assim, que o Estado inexistente sem o poder.

Buscando conceitos entre os nossos pensadores da Ciência Política ou da Ciência do Estado, encontramos que Themístocles Cavalcanti diz que a “Ciência Política trata dos fenômenos que se enquadram na organização, na estrutura, no funcionamento do Estado e no exercício do poder”.

A Estratégia é uma decorrência da Política, razão porque para conceituá-la devemos antes conceituar a Política. Esta é a arte ou ciência de governar. É a concepção de como governar o Estado. A Estratégia é a arte de executar a Política. Compreende a ação, ou as ações, necessárias para alcançar os objetivos da Política. Resumindo diríamos: Política é a concepção de governo e Estratégia é a ação decorrente desta concepção. Política é o que fazer; Estratégia, como fazer.

Neste quadro de conceitos vamos incluir a Geopolítica e a Geoestratégia. A primeira é uma parte da Ciência Política inspirada nas realidades geográficas do Estado. A Geoestratégia é a Estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela Geopolítica (às áreas consideradas críticas).

Sendo a Estratégia a aplicação de uma Política, haverá uma Estratégia para cada Política Geral (Nacional), Psicossocial e Militar. Sendo a guerra, segundo conceito de inúmeros autores, a Política impulsionada na busca de seus objetivos por meios violentos (Montesquieu, Rousseau, Clausewitz, Jomini, Mahan, Mackinder, Lenine), a Estratégia Militar é a arte de conduzir a Guerra.

1 Este artigo foi publicado originalmente de: MATTOS, Carlos de Meira. *Estratégias militares dominantes*: sugestões para uma estratégia militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. p. 7-20. A ausência de algumas referências ou a presença incompleta tributa-se ao texto matriz, o qual não se deve alterar.

Considerando a Estratégia decorrência de uma concepção política, assim a compreendendo, podemos afirmar que a Política escolhe objetivos para atender aos interesses do Estado (ou da aliança de Estados) e a Estratégia seleciona meios e estabelece prioridades para alcançar esses objetivos.

Houve época em que se fazia confusão sobre a relação de interdependência entre Política e Estratégia. Desde o início do século XIX, essa confusão não é mais aceitável. Senão, vejamos o pensamento dos principais mestres da Estratégia. Não há dúvida de que foram Clausewitz no século XIX, Liddell Hart e Beaufre no século XX. O primeiro teve como campo de observação as inovações trazidas ao campo da Estratégia pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Sua genialidade está em ter sabido sintetizar e traduzir em ideias gerais as constantes estratégias produzidas por essa época de inovações no campo de guerra; inovações relacionadas muito mais ao âmbito das transformações políticas e à genialidade de Bonaparte do que à evolução da técnica de produção de engenhos bélicos.

Liddell Hart, participante da Grande Guerra e da II Guerra Mundial, retirou das observações colhidas nos campos de batalha desses dois conflitos maiores os ensinamentos que soube traduzir numa doutrina estratégica lógica e coerente.

O general Beaufre colocou no quadro da Estratégia moderna os efeitos de uma nova e terrível arma – a bomba atômica, a arma nuclear.

Desejando apoiar o nosso conceito inicial de que a Estratégia é uma decorrência da Política, vamos alinhar alguns pensamentos desses três clássicos da Estratégia.

- Clausewitz - “A guerra é a continuação da Política por outros meios.”

- Liddell Hart - “A melhor Estratégia é aquela que atende ao objetivo político por meio de hábeis demonstrações de força, pela mobilidade, eventualmente sem travar a batalha.”

- General Beaufre - “A guerra total é concebida em nível de Política governamental, que fixa os domínios das Estratégias militar, política, econômica e diplomática.”

Assim estabelecidos os campos doutrinários da Política e da Estratégia moderna, baseados no pensamento dos três mestres que mais se distinguiram no estudo da Estratégia nesses últimos 200 anos, faremos algumas considerações que nos darão uma visão mais ampla do campo de estudo da Estratégia militar contemporânea.

Desde o início, observamos que a palavra estratégia, de origem grega – *estratego, era o general grego comandante de exércitos* –, do ponto de vista semântico vem evoluindo através dos tempos. Antes do século XVIII, esta palavra se referia sempre à arte dos generais, tinha um sentido puramente militar.

A partir da Revolução Francesa de 1793 e das campanhas napoleônicas que se seguiram, as guerras que até então eram objeto de decisões fechadas de gabinetes e dependentes da capacidade dos tesouros reais em contratar exércitos mercenários, formados muitas vezes por profissionais estrangeiros, transformaram-se em guerreiros nacionais, com o povo em armas e a participação de toda a Nação. Essa transformação política e social levou Clausewitz a escrever: “As coisas mudaram com a eclosão da Revolução Francesa [...]”

Uma nova força que ninguém antes poderia imaginar fez sua aparição em 1793. A guerra repentinamente transformou-se numa preocupação do povo inteiro, e de um povo de 30 milhões de habitantes referindo-se à França. A participação do povo na guerra fez entrar a Nação inteira em um jogo que antes era objeto de preocupação apenas do gabinete e de exércitos mercenários. Desde aí, deixou de haver limites para a guerra. Antecipava Clausewitz os conceitos de guerra total que 100 anos mais tarde foram teorizados pelo general alemão Ludendorf.

A guerra nacional, envolvendo a nação inteira na sorte de conflitos bélicos, produziu uma generalização do conceito de estratégia que de arte de conduzir as batalhas passou a ser a arte ou ciência de conduzir a nação para a vitória. É o próprio Clausewitz quem antecipa essa evolução do conceito de estratégia quando escreve: “A guerra não mais pertence ao domínio das artes ou das ciências, mas se relaciona com a existência social. Ela é um conflito entre grandes interesses decididos pelo derramamento de sangue. Parece-se mais com a Política.”

Destes pensamentos de Clausewitz, que viveu alguns anos na Rússia Imperial onde teve uma cátedra de Professor em Ciência Política e Estratégia, Lenine extraiu o seu conceito de guerra permanente. Parafraseando Clausewitz, Lenine escreveu sua célebre frase de que “a Política é a continuação da guerra por outros meios”.

Como o próprio Clausewitz previra, no futuro haveria, além da estratégia militar, estratégias correspondentes aos campos de generalização do conflito bélico – político, econômico, social e outros.

No pensamento militar moderno predominam três escolas principais sobre a Estratégia: estratégia de ação direta, estratégia de ação indireta, estratégia de dissuasão.

Cada uma dessas escolas tem o seu pensador principal. Clausewitz é o preconizador da primeira, Liddell Hart da segunda e o general Beaufre da terceira.

Embora Clausewitz tenha falecido em 1831, Liddell Hart em 1970 e o general Beaufre em 1975, distanciados no tempo de um século e meio, as ideias de Clausewitz continuam atuais e, em grande parte, foram adotadas pelo grande pensador contemporâneo Raymond Aron. A este respeito vale aqui reproduzirmos o conceito do militar francês, coronel Guy Doly, Professor da Escola de Guerra, no seu livro *Strategie France Europe*: “Fora do acontecimento extraordinário que constituiu o aparecimento da arma nuclear em 1945, nada realmente de novo aconteceu no campo da Estratégia.”

Segundo Karl von Clausewitz, no seu livro clássico *Da guerra*, “o objetivo político da guerra é destruir as forças militares do inimigo e conquistar o seu território”. Como Estratégia militar para alcançar este objetivo político, o escritor alemão prescreve – “travar a batalha, não há outro meio”. Como princípios estratégicos do pensamento de Clausewitz, encontramos: “concentrar as forças e lançá-las contra a massa principal do inimigo, de sorte a chegar à decisão pela batalha, se possível em uma só ação e um só momento”. É a chamada Estratégia de ação direta, contra as forças principais do inimigo (o seu centro de gravidade), realizando, se possível, a surpresa estratégica. Estudando as campanhas de Napoleão, Clausewitz

seleciona como fatores de surpresa estratégica a mobilidade, a velocidade, as ações diversionárias e a divulgação de informações falsas, visando a iludir o inimigo sobre o ponto de aplicação do golpe decisivo.

Analisando a aplicação dos princípios estratégicos de Clausewitz na guerra contemporânea, o coronel Guy Doly, já citado, argumenta que no quadro do conflito militar moderno, entre as superpotências e as grandes potências, o chamado conflito Leste-Oeste, em que se confrontarão as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia, o objetivo de destruição das forças inimigas e ocupação de seu território, buscando o seu centro de gravidade, não parece mais real, porque isto imporá um preço excessivo que nenhum dos contendores tem condições de pagar. Vamos ver, quando analisarmos a Estratégia de ação direta, esta impossibilidade com os meios bélicos atuais que possuem ambos os lados rivais, de se chegar a uma destruição maciça, como defende Clausewitz, sem incorrer no risco certo da destruição mútua. A resposta será tão violenta e mortífera como o ataque.

Fora do quadro do conflito Leste-Oeste, nas guerras locais e regionais, na chamada guerra convencional, poderemos, até certo ponto, considerar válidos os princípios estratégicos clausewitzianos, desde que um dos lados seja capaz de concentrar superioridade de meios e aplicá-los de surpresa no centro de gravidade dos dispositivos de forças inimigas.

Passaremos agora a analisar as ideias principais de outro clássico da estratégia, o inglês Liddell Hart, que, ao contrário de Clausewitz, é o defensor da chamada *Estratégia de ação indireta*, uma variante da estratégia de ação direta.

Liddell Hart foi o primeiro autor a integrar os conhecimentos das duas guerras (de 1914-1918 e de 1939-1945). Os dois fatores que mais influíram nas operações terrestres nesses dois conflitos e vieram a influir na estratégia contemporânea foram o emprego do avião e do carro de combate, emprego experimental na Grande Guerra e maciço na Segunda Guerra Mundial. Dessas inovações da tecnologia e da indústria bélica, o escritor inglês tirou duas conclusões estratégicas: da importância da aproximação indireta e da mobilidade na manobra estratégica.

A Primeira Guerra Mundial, de que Liddell Hart foi testemunha, fora um massacre de quase quatro anos numa guerra imobilizada de trincheiras. Morreram 10 milhões de homens de ambos os lados. A chegada de meio milhão de norte-americanos, em 1917, comandados pelo general Pershing, conseguiu desequilibrar o impasse estratégico dando superioridade de meios aos aliados e obrigando os alemães de Guilherme II, o Kaiser, a procurar um armistício.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) marcou os primeiros ensaios de emprego da telegrafia, dos submarinos, do carro de combate e do avião. Estes dois últimos, ainda rudimentares, de reduzido peso e raio de ação, não foram instrumentos suficientes a alterar o impasse de equilíbrio estratégico que imobilizara os *fronts*. Mas, o desenvolvimento da tecnologia na fabricação de aviões e carros de combate mudou o ambiente estratégico da Segunda Guerra Mundial, iniciada propriamente com a invasão da Polônia em 1939. A *blitzkrieg* alemã contra a França composta por enorme massa de carros blindados, apoiada por densas nuvens de aviões de combate, abriu o quadro estratégico característico desse conflito mundial.

A Segunda Guerra Mundial caracterizou-se como uma guerra de movimento. A ideia de imobilizar as frentes de combate nas fronteiras, por meio das posições superfortificadas, as famosas linhas Siegfried (alemã) e Maginot (francesa), revelaram-se vã ilusão estratégica e desperdício. Em toda parte, no Pacífico, no Atlântico, na África do Norte, no continente europeu, o que caracterizou a guerra foram os movimentos estratégicos de grande envergadura, como as operações anfíbias na invasão do Norte da África, da Sicília, do Sul da França e da Normandia, reunindo imensa massa de meios marítimos, aéreos e terrestres, e, também, as operações dos exércitos no Norte da África e na Europa. Nenhuma barreira física ou humana foi capaz de conter por muito tempo o poder de choque das massas de blindados, seguidas de forças motorizadas e apoiadas pela aviação de acompanhamento ao combate e de bombardeio. A observação aérea e a mobilidade facultavam a realização da surpresa estratégica sobre um flanco ou retaguarda.

Este quadro de guerra de 1939-1945 enriqueceu os conhecimentos estratégicos de Liddell Hart, que se tornou o principal analista e escritor militar de sua época. Sobreviveu por 25 anos ao final da última Guerra Mundial e durante esse período acompanhou atentamente o vertiginoso desenvolvimento da tecnologia militar e sua aplicação no campo da Estratégia. Produziu vários livros sobre a Estratégia militar, até a sua morte.

Na síntese de suas apreciações no pós-guerra de 1939-1945, Liddell Hart oferece-nos suas conclusões que contrariam os princípios fundamentais da Estratégia da ação direta de Clausewitz que, como vimos, preconizava “atacar com superioridade de forças e a violência máxima a massa principal das forças inimigas, procurando, para esta ação, a surpresa estratégica”.

Liddell Hart, no seu livro sobre Estratégia, editado em 1954, contraria o pensamento de Clausewitz e propõe como nova estratégia, a *ação indireta* que pode ser assim traduzida:

A Estratégia mais conveniente é a que permite conduzir a batalha da maneira mais vantajosa e muitas dessas condições vantajosas, se aplicadas, poderão conduzir ao desequilíbrio das forças do inimigo com um mínimo de combate; em síntese, a Estratégia perfeita será obter a decisão pela derrota do inimigo e sua rendição sem combate.

A Estratégia de ação indireta, assim exposta, procura tirar o máximo proveito da mobilidade, da velocidade e da surpresa oferecidas pela tecnologia militar moderna para desequilibrar a estrutura do dispositivo inimigo.

E, numa quase obsessão de virtuosidade estratégica, imagina até derrotar as forças militares inimigas pela simples manobra estratégica.

É interessante observar-se neste ponto de nossas considerações que Lenine, um discípulo de Clausewitz em assuntos estratégicos, colocando o seu ingrediente político-revolucionário na Estratégia, já havia escrito: “A melhor Estratégia consiste em retardar o início das operações militares até que a desagregação moral do inimigo nos permita, facilmente, desferir-lhe o golpe mortal.”

“No conceito de Lenine, encontra-se a semente da chamada guerra revolucionária, que será objeto de nossa atenção em seguida, e que visa a minar o moral do inimigo, “atuando essencialmente sob sua mente, através da propaganda, dos atos de terrorismo e de intimidação”.

É interessante notar, também, que os conceitos estratégicos de ação indireta de Liddell Hart tiveram como precursores o chinês Sun Tzu (500 anos antes de Cristo) e seus discípulos contemporâneos Mao Tsé-Tung e o general vietnamita Giap.

Vale a pena, aqui, reconstituirmos a influência de Sun Tzu e de Mao Tsé-Tung, o primeiro precursor e o segundo grande mestre da Estratégia de ação indireta.

O clássico de Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, foi escrito nos últimos anos do século VI antes de Cristo. Consta que o autor o ofereceu ao Rei Ho-lu, da dinastia Wu. Sua difusão no Ocidente deve-se ao Padre Amiot, um jesuíta missionário em Pequim. A tradução do Padre Amiot foi divulgada em Paris em 1772. Assim, podemos dizer que a teoria estratégica de Sun Tzu é inteiramente diversa ao pensamento estratégico de Clausewitz, que teve predominante influência na Europa a partir dos anos do lançamento de sua obra clássica *Von Keiege*, 1832, até hoje.

Sun Tzu considerava a guerra “um assunto de vital importância para o Estado”, exigindo, por isto, acurado estudo e análise. Ele nos oferece a primeira tentativa conhecida de formular uma doutrina estratégica, baseada em planejamento e em princípios de conduta das operações. Acredita que um estrategista deve ser capaz de submeter as forças inimigas sem engajá-las na batalha, de ocupar as suas cidades sem necessidade a um cerco destruidor e de derrubar seu governo sem batalhas sangrentas.

Sun Tzu estava convencido de que a Estratégia envolve uma habilidade manobreira mais do que o choque de forças. A superioridade numérica, por si só, não representava vantagem. Considerava Sun Tzu que os fatores morais, intelectuais e circunstanciais são mais importantes no confronto de exércitos do que fatores da força física e aconselhava os reis e comandantes a não se iludirem com a superioridade física de seu poder militar. O escritor militar chinês não concebia a guerra em termos de mas-

sacre e destruição. O verdadeiro objetivo estratégico, dizia, é conquistar o território e as forças inimigas intactas, ou tão intactas quanto possível.

Acreditava Sun Tzu que o planejamento estratégico meticuloso, baseado na informação correta sobre o inimigo, era fator que contribuía para uma decisão militar rápida. Ele sempre levava em conta os efeitos da guerra sobre a economia e, indubitavelmente, foi o primeiro a observar a inflação dos preços inevitável durante as guerras. Afirmava: “Nenhum país é beneficiado pela guerra prolongada.” Preocupava-se com os problemas logísticos de apoio ao exército.

Sobre as qualidades de um bom general dizia: “Boa moral, emocionalmente sereno, controlado de atitudes, conhecedor da influência dos fatores, do terreno e das condições climáticas sobre a manobra estratégica.” Antes da abertura das hostilidades, Sun Tzu aconselhava o lançamento de atividades clandestinas no interior do país inimigo, espalhando boatos falsos e informações contraditórias.

Os princípios de *Guerra Revolucionária* nós os encontramos inicialmente na concepção de Sun Tzu. Como vimos, o estrategista chinês – o mais antigo mestre da Estratégia de ação indireta – aconselhava a, antes do início das atividades bélicas, e também durante elas, infiltrar-se no interior do país inimigo, espalhando boatos falsos e informações contraditórias, buscando enfraquecer o seu moral e a sua vontade de resistir. É a ação sobre a mente do inimigo.

Mao Tsé-Tung foi o principal discípulo de Sun Tzu. Nascido em 1893, Mao Tsé-Tung absorveu as ideias políticas de Marx e Engels, quando ainda muito jovem, assistente da Biblioteca da Universidade de Pequim. Em 1920, era já um comunista acabado. Desde este momento lançou-se à grande missão de sua vida – criar uma nova China baseada nas ideias políticas de Marx e Engels. Crescendo na hierarquia do comunismo chinês, Mao Tsé-Tung tornou-se, ao mesmo tempo, um teórico da guerra revolucionária e um general combatente incansável na luta contra as forças do Exército Nacionalista de Chiang Kai-Chek.

Mao Tsé-Tung, partindo dos conceitos básicos de Sun Tzu desenvolveu uma estratégia, uma tática e uma logística para a guerra. Suas teo-

rias impressionaram Lenine e foram incorporadas pelos soviéticos que as utilizam como um dos mais eficazes instrumentos de agressão aos países que pretendem conquistar ou neutralizar no quadro do conflito mundial. Atualmente, vemos a guerra revolucionária em pleno desenvolvimento; particularmente no Afeganistão e na América Central.

Em um dos seus livros, em 1937, disse Mao Tsé-Tung: “A primeira lei da guerra é preservar nossas forças e destruir as forças do inimigo.” Do ponto de vista estratégico, Mao concebeu esta forma de guerra como passando por fases sucessivas através das quais ela vai aumentando sua área de influência e o grau de submissão da Nação atacada.

A primeira fase é dedicada à organização, consolidação e preservação de uma base regional. A segunda fase visa à progressiva expansão dessa base. A terceira fase é a fase da decisão, quando a destruição e a conquista da Nação são objetivadas.

Quanto às táticas que Mao Tsé-Tung aconselha, acompanhando essas três fases da manobra estratégica da guerra revolucionária, destacaremos: a primeira fase (de organização, consolidação, preservação de uma base regional). Tal fase compreende as seguintes ações:

- escolher o local para a base em região isolada e de difícil acesso;
- organizar um centro de treinamento de voluntários, agitadores e propagandistas;
- espalhar propagandistas entre a população próxima à base, a fim de persuadir e convencer os habitantes, transformando-os em adeptos da causa revolucionária; e
- em consequência, criar em volta de cada base um cinturão protetor de simpatizantes em condições de assegurar o recrutamento de homens, a coleta de informações e o suprimento de alimentos.

O processo a desenvolver nessa fase é essencialmente conspiratório, clandestino, metódico e progressivo. As operações militares só são admitidas eventual e esporadicamente.

Na segunda fase (de expansão da base) a ação direta assume um papel cada vez mais relevante. As práticas mais usadas são:

- atos de sabotagem e terrorismo;
- sequestros de colaboracionistas e reacionários;
- ataques de surpresa a postos isolados da política ou do Exército e apropriação de armas e recursos logísticos.

O objetivo procurado nessa fase, além da expansão da área de influência pela propaganda, o terror e a intimidação, é a apropriação de armas, explosivos, dinheiro, material de saúde e equipamentos de comunicação. As ações são praticadas por guerrilhas que vão se tornando cada vez mais adestradas e melhor equipadas.

Os habitantes das áreas envolvidas são submetidos à constante propaganda para aderirem à causa revolucionária e dar a ela as características do movimento de massa.

A terceira fase (fase da decisão, ou destruição do inimigo) como se vê, dependerá do êxito alcançado nas fases anteriores. A teoria de Mao Tsé-Tung, para esta fase, prevê que as guerrilhas já consolidadas se integrem num exército revolucionário capaz de desafiar o inimigo (as forças do Estado) em combates do estilo guerra convencional. Esta fase deve ser prolongada por negociações, com postura de ameaça militar, durante as quais as forças revolucionárias aproveitam para melhorar suas posições (no campo militar, político, social e econômico). Durante as negociações, pouca ou nenhuma concessão deve ser esperada do comando das forças revolucionárias, cujo único objetivo é criar pelo cansaço, pelo jogo de impasses sucessivos, melhores condições para garantir sua unidade e garantir o processo vitorioso de sua causa.

O sucesso da “guerra de guerrilhas”, como usualmente é chamada a guerra revolucionária, a partir da segunda fase, depende essencialmente da montagem de uma boa rede de informações que assegure sempre às forças revolucionárias conhecimento preciso sobre as atividades e possibilidades das forças governamentais e lhes permita tirar a máxima vantagem das ações de surpresa.

No tocante à logística das guerrilhas, é o próprio Mao quem diz em sua teoria que a “guerrilha não tem retaguarda”. Seus suprimentos devem ser retirados da própria área envolvida. O inimigo deve ser a principal fonte

de recursos em armas, equipamentos e munição. Ele mesmo escreveu certa ocasião: “Eu tenho pedidos de suprimentos aos arsenais de Londres assim como aos de Hanyang e, o que é mais importante, esses pedidos nos são entregues pelas unidades de transportes do inimigo que assaltamos.”

O pior é que não se tratava de uma brincadeira de Mao, mas de uma crua verdade. Vários comboios de armas e de suprimentos destinados ao Exército Nacionalista de Chiang Kai-Chek caíram inteiros em mãos das forças de Mao, vítimas de ataques de surpresa, muitas vezes em convivência com elementos nacionalistas adesistas.

Com a explosão das duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, houve um tremendo impacto no campo da Estratégia militar. Surgia uma nova arma de poder destruidor e mortífero nunca antes imaginado e contra a qual não se vislumbrava nenhum recurso de defesa. A ameaça de guerra nuclear como que paralisou, por algum tempo, a mente dos estrategistas militares.

Inicialmente, o monopólio da bomba nuclear esteve com os Estados Unidos. Em 1949, a União Soviética explode sua primeira bomba atômica, pondo fim a esse monopólio. Passa a haver uma resposta estratégica para a bomba atômica – a represália nuclear. Começa a escalada atômica. Estados Unidos e União Soviética aumentam seu arsenal e repetem suas explosões em campos de prova afastados da Sibéria e em ilhas do Pacífico.

O crescimento dos arsenais apavora a humanidade, ante o perigo de uma hecatombe de dimensões mundiais. A antiga bomba atômica, de fissão nuclear, é substituída por outra muito mais poderosa, de fusão nuclear – a bomba de hidrogênio.

Ao mesmo tempo as superpotências – Estados Unidos e União Soviética – colocam sua tecnologia e indústria a serviço dos vetores de transporte das bombas: é a corrida dos mísseis que de continentais passam a intercontinentais e hoje exploram o espaço sideral alcançando outros planetas.

É, neste quadro de engenhos nucleares fabricados aos milhares, cada vez mais potentes e mortíferos, e de mísseis transportadores de raio de ação ilimitado e também cada vez de maior precisão, que surge a Estratégia de dissuasão do general francês Beaufre.

Segundo o general Beaufre, sintetizador brilhante de Estratégia da guerra total de nossa época, “a Estratégia é a arte da dialética das vontades empregando a força para resolver seus conflitos. É a vontade dos homens, a vontade dos povos, e ainda hoje é necessário que eles tenham vontade de combater e vencer”.

Sobre a guerra nuclear escreve Beaufre que a dissuasão nuclear é a Estratégia que visa a paralisar o inimigo pelo risco de ser destruído pela represália nuclear. É a situação que estamos vivendo atualmente. Os arsenais nucleares acumulados pelos Estados Unidos e União Soviética (e os mísseis que possuem) criam o ambiente paralisante da autodestruição do atacante. Como o objetivo político da guerra é a vitória e não a autodestruição, aí se encontra o efeito paralisante da Estratégia de dissuasão nuclear do general Beaufre.

Mas o General Beaufre, em sua estratégia de guerra total, não se fixa apenas nos aspectos no conflito nuclear. Ele escreve:

A dissuasão nuclear, paralisando o conflito bélico, deixa uma margem muito estreita de liberdade de ação estratégica: aquela que é explorada pela Estratégia soviética sobre a comunidade mundial. A ação política e econômica, a utilização de movimentos revolucionários e mesmo conflitos locais que procuram escapar à paralisia imposta pela dissuasão nuclear.

Estamos hoje diante de um novo quadro da guerra, a chamada guerra das estrelas, cuja tecnologia e estratégia advêm dos progressos alcançados nos campos de emprego dos mísseis, dos satélites e, particularmente, do raio *laser*. Julgam os técnicos e estrategistas norte-americanos do Strategic Defense Initiative que é possível assegurar a proteção estratégica do território norte-americano por meio de um sistema de estações emissoras de raio *laser*, estações de terra e em satélites, capaz de desintegrar em órbita os mísseis atacantes e as cabeças nucleares.

Esse é o assunto de maior atualidade e também o mais polêmico no quadro da mais moderna Estratégia militar.

A Estratégia militar contemporânea – de ação direta, de ação indireta em cujo contexto se inclui a guerra revolucionária e a dissuasão nuclear – pode ser aplicada a qualquer forma com que venha se apresentar a guerra moderna: a convencional; a nuclear; e a revolucionária.

Os novos conflitos bélicos têm como tendência, se forem locais, desenvolverem-se num quadro misto de guerra convencional e guerra revolucionária, sucessivas ou paralelamente. Se forem gerais, envolvendo países comprometidos no confronto Leste-Oeste, Pacto de Varsóvia e OTAN, poderão combinar as três formas de guerra acima citadas, devendo o emprego da arma nuclear realizar-se ou no chamado ambiente tático-operacional, o que será mais provável, ou, em caso desesperador, de forma ilimitada, provocando a horrível hecatombe que todos procuram evitar.

A divergência entre a direção política e o comando militar dos conflitos bélicos surgiu de maneira evidente no decorrer da Primeira Grande Guerra. Na Europa, até a Guerra Franco-Prussiana de 1870, o costume corrente era os reis e príncipes governantes assumirem simultaneamente o comando das operações militares. A publicação das obras de Clausewitz e sua leitura mal feita permitiram que se afirmasse, durante quase 100 anos, que o pensador prussiano preconizava que “uma vez declarada a guerra, a direção cabe aos soldados e marinheiros e os políticos passam para o segundo plano até a vitória (ou derrota)”. Várias gerações de chefes militares foram educadas sob a inspiração desta equivocada interpretação das ideias clausewitzianas. Justamente um dos pontos mais importantes do pensamento do escritor prussiano é a necessidade de submeter o objetivo militar ao objetivo político.

Diz o marechal inglês Michael Carver, em seu livro crítico sobre os generais das guerras deste século, *The war lords*, que a dimensão da guerra se alterou profundamente a partir do conflito de 1914-1918. O grande passo do desenvolvimento tecnológico manifestou-se amplamente nesse conflito, abrangendo toda a vida e atividades do Estado-Nação. Deixou a guerra, a partir daí, definitivamente, de ser um fenômeno militar para transformar-se num problema político dos mais graves.

O marechal Carver analisa, no livro citado, a incidência simultânea por ocasião da Grande Guerra, de dois tipos de problemas: o despreparo dos chefes militares incapazes de se adaptarem às novas condições do conflito, muito mais amplo em sua abrangência e atropelados que foram pelo aparecimento de novas técnicas e novas armas que se impunham no campo de batalha ao lado das antigas, antes mesmo que eles pudessem se familiarizar com suas peculiaridades de emprego; ao mesmo tempo, viam-se em dificuldade em aceitar a separação que, agora, se impunha nítida, entre a direção política da guerra e o comando militar,

Antes, na última experiência de guerra maior, em 1870, os prussianos e franceses foram comandados por seus governantes, Guilherme I e Napoleão III, respectivamente. Já na Grande Guerra, após um começo desastroso ao lado dos aliados ocidentais, resultante de discrepâncias sobre o limite de responsabilidades sobre a direção política da guerra, o presidente Clemenceau e o primeiro-ministro Lloyd George assumiram plenamente esta direção, não sem que os comandantes-em-chefe, respectivamente generais Joffre e John French, demonstrassem suas reações. Esses desentendimentos que marcaram o primeiro ano da Primeira Grande Guerra ficaram na crônica com as seguintes frases de controvérsia do presidente Clemenceau – “a guerra é coisa muito séria para ser dirigida pelo militares”; do general Joffre: “a política de guerra é coisa muito séria para ser dirigida pelos políticos.”

Não há dúvida que foi o aparecimento, no cenário militar, dos aviões de combate, veículos motorizados, rádio, telefone, submarino, novos explosivos, guerra química e a exigência de enorme suporte de mobilização humana e industrial que provocou um novo desmoronamento do fenômeno bélico; isso se deu nitidamente no conflito de 1914-1918; em particular, as inovações técnicas, no setor de comunicações – telefone, telégrafo e rádio –, revolucionaram os conceitos então existentes, relativos à capacidade de comando no espaço e no tempo. Deixava a guerra, efetivamente, de ser um problema predominantemente militar.

O período de entreguerras, 1919-1939, assistiu aos progressos extraordinários da tecnologia das novas armas; algumas, apenas ensaiadas na Grande Guerra, assim também como os avanços na área das comunicações elétricas, eletrônicas e do radar.

Ao eclodir a Segunda Guerra Mundial, do lado ocidental não havia mais dúvida de que o poder político deveria exercer a plenitude de suas responsabilidades, fixando os objetivos da guerra. Aos comandos militares caberia conduzir a Estratégia militar, em terra, mar e ar. Vemos a direção política da guerra exercida por estadistas, Churchill, Roosevelt e Stalin. Hitler pretendeu reunir em suas mãos o comando político e militar, gerando constantes conflitos internos que a História registra e a derrota embalsama.

Mas, foi também na Segunda Guerra Mundial que se firmou o princípio de comando único do nível estratégico de forças combinadas* (Exército, Marinha e Aeronáutica). Por ocasião da Grande Guerra, somente no final, em 1918, os aliados ocidentais chegaram a um acordo para constituir o Comando Supremo das Forças Interaliadas; a escolha recaiu sobre o general francês Ferdinand Foch. Essa necessidade – o comando único das forças armadas –, sentida desde os primeiros dias da campanha, teve que vencer inúmeros preconceitos para ser implantada.

Já ao começarem as operações principais da Segunda Guerra Mundial, o princípio do comando único de forças internacionais estava consolidado. O general Dwight Eisenhower o exerceu com grande proficiência e habilidade. Consolidava-se ao mesmo tempo a aceitação de dois princípios: do supremo comando único interaliado e dos comandos estratégicos combinados* (Exército, Marinha e Aeronáutica), integrados sob mesma direção militar, nos vários teatros de operação e áreas de defesa.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Penser la guerre*: Clausewitz. Paris: Gallimard, 1976

BEAUFRE, André. *An introduction to strategy*. New York: Praeger, 1966.

CLAUSEWITZ, Karl Von. *On war*. London: Penguin Books, 1968.

JOMINI, Antoine Henri. *Precis de l'art de la guerre*. Paris: Gallimard, 1838.

LENINE, Wladimir Ulianov. *State and revolution*. Moscou: s.n., 1918.

LIDDELL, Hart B. H. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA, 1954.

MAHAN, Alfred T. *The influence of the sea power*. Boston: Little Brown, 1949.

* A Doutrina atual refere-se a essas atividades como Forças Conjuntas ou Comandos Conjuntos.

PERSPECTIVAS¹

Carlos de Meira Mattos

A epopeia do homem brasílico que apresentamos nas páginas precedentes não nos desobriga de procurar traçar suas perspectivas para o período final deste século.

Inúmeras são as opiniões de cientistas políticos de renome internacional que colocam o Brasil entre as prováveis potências do mundo, apesar de nosso trópico e de nossa mestiçagem.

Vejamos qual o conceito de potência hoje aceito nos meios políticos e acadêmicos.

O conceito de potência exposto pelos mais destacados autores contemporâneos realça os atributos de dimensão geográfica, população, posse de imensos recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica e coesão interna, como inerentes à projeção do poder.

Essa projeção do poder, ou extrapolação do poder, segundo conceito de Toynbee (1923), que caracteriza a potência, pode irradiar-se em dimensão mundial as superpotências de 1ª classe de Steven Spiegel), em dimensão continental (as superpotências de 2ª classe do mesmo autor) ou em âmbito regional (potências médias).

Há a classificação mais simples de Morgenthau (1949): superpotências e potências médias.

Qualquer dos dois critérios destaca apenas duas superpotências no mundo atual – Estados Unidos e União Soviética – e coloca o Brasil entre as nações aspirantes a superpotências. Com o Brasil, nessa condição, figuram a China, Japão, Índia, Canadá, México, Argentina, África do Sul, Austrália e a comunidade da Europa Ocidental (esta, se conseguir sua integração).

As avaliações sobre as possibilidades reais desses aspirantes variam, mas os especialistas internacionais apontam sempre a viabilidade bra-

1 Este artigo foi publicado inicialmente em: MATTOS, Carlos Meira. Geopolítica e trópicos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. A ausência de algumas referências ou a presença incompleta tributa-se ao texto matriz, o qual não se deve alterar

sileira. Recordando os autores estrangeiros que se pronunciaram sobre a matéria nos últimos 30 anos, destacamos os seguintes juízos que remontam ao final da década de 50:

Um terceiro contendor é o Brasil (os dois outros são a China e a Índia). Com uma superfície que seria igual aos Estados Unidos se estes tivessem dois Texas, uma população atual de 60 milhões e um aumento anual de 1,5 milhão, uma capacidade de organização não desprezível e recursos naturais que têm sido comparáveis aos dos Estados Unidos, o Brasil deverá encerrar o século XX com uma população de uns 125 milhões de habitantes, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje e uma posição predominante no mundo latino, europeu e americano. (BERLE, 1958, [s. p.]).

As potências mundiais, no momento internacional, são apenas duas: os Estados Unidos e a União Soviética. Se mantiver o ritmo vertiginoso de sua ascensão econômica, que ficará ainda por muito tempo dependente do império soviético, a China dentro de um tempo previsível poderá atingir este status. Há ainda três nações que podem aspirar à condição de potência mundial, com fundadas esperanças: a Europa Ocidental, se progredir no sentido da integração total do Velho Continente, a China e o Brasil. (MENDE, 1958, [s. p.]).

Tenho duas constatações a fazer, após esta longa viagem: primeiro, por toda parte encontrei a presença da França, o que vai muito além de tudo que podia esperar; segundo, que o que se passa no Brasil é de importância imensa; o Brasil está em vias de tornar-se um dos países onde o futuro do Mundo será jogado antes do fim do século. (MALRAUX², 1959, [s. p.]).

Na atualidade, após o surto desenvolvimentista que impulsiona o País, apesar dos últimos anos de dificuldades, generalizou-se a preocupação com a posição do Brasil na cúpula do cenário mundial, em futuro próximo, manifestada constantemente na imprensa mundial e na intensa produção de livros de estudiosos da política internacional e da geopolítica. Surgiu até, nas universidades norte-americanas, uma

2 Palavras proferidas em 1959 por André Malraux, então Ministro da Educação e Cultura da França.

categoria de estudiosos tão apaixonados pelas peculiaridades desconcertantes do nosso gigantismo geográfico e de nosso vertiginoso desenvolvimento, que passaram a ser conhecidos por *brazilianists*, entre os quais salientamos os professores Ronald Schneider, da Queen's University de Nova York; Charles Wagley, da Universidade de Columbia; Lewis Tambbs, do Instituto Pan-americano de Geografia e História; Alfred Stepan, da Universidade de Yale; Norman Bailey, da Queen's University de Nova York; Zbigniew Brzezinski, da Universidade de Columbia, e, por último, Martin Kazman.

Não querendo nos estender demasiadamente sobre o pensamento desses professores sobre as forças de nossa potencialidade, destacamos apenas quatro juízos: de Brzezinski, considerado o mais renomado especialista em comunismo da Universidade de Columbia, de Ronald Schneider (1977), talvez dos mais antigos do grupo dos que acreditam nas nossas possibilidades, de Lewis Tambbs (1978) e, por fim, do Prof. Herman Kahn (1982).

O Brasil, obviamente, vai se tornar uma importante potência; aliás, em certo sentido, já o é. Dessa maneira terá que pensar sistematicamente sobre que tipo de novo sistema internacional deseja ajudar a criar. Por outro lado, isso impõe a necessidade de conhecer mais pormenores e fazer análises mais realistas sobre os problemas internacionais e suas possíveis soluções. Com o poder vem a responsabilidade, e essa não pode ser enfrentada assumindo-se posições essencialmente retóricas.

Acho que seria útil que o Brasil e os Estados Unidos realizassem mais consultas bilaterais sistemáticas sobre problemas globais que causam, atualmente, grande preocupação. Penso que há uma tendência favorável ao surgimento de poderes hegemônicos regionais. Não acredito que isto possa ser cultivado por alguém, mas é inerente à dinâmica de uma determinada região. O nascimento de tais potências talvez venha a ser um efeito estabilizador. Uma ordem mundial baseada na cooperação inter-relacionada de um maior número de potências talvez seja preferível à bipolaridade confrontacionista dos últimos anos. (BRZEZINSKI³, 1974.).

3 Entrevista concedida pelo Professor Brzezinski na Universidade de Columbia em 1974.

“País de dimensão continental, possuidor de recursos imensos, confrontando-se’ com Estados mais fracos exceto ao sul, com uma fronteira protegida por territórios vazios, uma população que excede 100 milhões de habitantes e em rápido crescimento sem que venha criar uma superpopulação, o Brasil, desde 1964, vem não somente crescendo economicamente de maneira excepcional, como tem mantido um alto grau de estabilidade política e social. Nos últimos anos vem seguindo sistematicamente uma estratégia mundial e regional de aumento de poder, influência e prestígio. Além disso, tem tirado vantagem de sua posição geográfica e econômica para se engajar num programa multifacetado, operando simultaneamente em três frentes: no hemisfério sul do planeta, onde se alça claramente como o mais importante poder, deixando muito atrás seus três rivais (Argentina, Austrália, África do Sul), no Terceiro Mundo e na América do Sul. (SCHNEIDER, 1977, [s. p.]).

A presente disputa visando ao domínio das imensas extensões banhadas pela bacia amazônica é, do ponto de vista geopolítico, a continuação da luta histórica de superação dessa mesma área por Portugal e Castela, pela hegemonia na América do Sul. Os brasileiros vêm provando a sua notável capacidade na superação dos espaços, e particularmente dos espaços amazônicos, através de seus métodos de domínio da natureza hostil. Os peruanos, depois de cerca de quatro séculos, alternando esforço e negligência, agora, afinal, resolveram também interessar-se pelas áreas a leste dos Andes. Os brasileiros contam já com uma rede rodoviária que foi projetada para apoiar ou mesmo substituir o sistema fluvial. A certeza de quem sairá vitorioso dessa luta contra um território hostil despertando as energias adormecidas através da colonização e do povoamento, ainda não está completamente clara, mas recordando-se que os geopolíticos enfatizam o herói, e que este homem e não as montanhas e rios por si sós são os autores da história, as apostas favorecem os brasileiros. (TAMBS, 1978, [s. p.]).

O Professor Herman Kahn, Diretor do Hudson Institute, famoso desde 1960 por seus estudos das perspectivas mundiais e autor de livros que lhe deram renome universal, como *On Thermonuclear War*, *The Year 2000* e, por último, *The Coming Boom*, tenta agora, no seu derradeiro livro, uma reavaliação da problemática de poder que preponderará nos anos 2000. Para Kahn (1982), as atuais dificuldades econômicas são dores do crescimento do mundo industrializado em transição para uma era pós-industrial.

Em entrevista concedida à Revista Veja (22 de setembro de 1982), diante da pergunta sobre quais seriam as superpotências do próximo século, assim respondeu o Herman Kahn:

Calculo que no ano 2000 os Estados Unidos deverão ter um PNB de 4,5 trilhões de dólares (hoje 2 trilhões), Japão 3,5 trilhões (hoje 700 bilhões), a China talvez 2,5 trilhões (hoje 400 bilhões), a Alemanha e França 1,5 trilhão cada (hoje 500 e 400 bilhões, respectivamente), o Brasil, se tiver um desempenho razoável, 1 trilhão (hoje 140 bilhões); no ano 2050 deverá haver sete superpotências. (KAHN, 1982, [s. p.]).

Como se vê, Kahn (1982), com seu imenso e mundialmente renomeado instituto de pesquisas, situado a 65 km de Washington, em que pesem nossas características de região tropical e de povo mestiço, não tem dificuldades em reconhecer-nos um lugar possível entre as sete superpotências do ano 2000.

Mas, voltemos aos atributos de potência. A tabela comparativa permite uma avaliação entre as nações que, como o Brasil, têm condições geopolíticas de aspirar, no futuro, à condição de potência. A chamada potência média, não há dúvida, é o degrau para a superpotência. A tabela apresentada mostra-nos, indubitavelmente, que essa condição de potência média nós já atingimos.

A tabela de Dados e Projeção na qual apreciamos dois dos atributos de potência – dimensão geográfica e população – permite-nos algumas conclusões iniciais. Entre os nossos êmulos, como aspirantes a potência,

têm possibilidades, segundo os principais analistas internacionais a que já nos referimos, China, Japão, Índia e Europa Ocidental, esta considerada como um todo.

A China, com um território de 9,59 milhões de km² deverá chegar ao ano 2000 com 1,2 bilhão de habitantes. O Japão dispõe de uma base geográfica insuficiente – 39.662 km² – e não terá como conter nesses escassos limites geográficos os 132 milhões de pessoas. A Índia, com 3.053 milhões de km², deverá, no começo do milênio, ultrapassar a China, com a cifra de 1,6 bilhão de almas. A Europa Ocidental, se conseguir uma integração política e econômica, ideia perseguida desde a Primeira Guerra Mundial, pelos seus mais conscientes estadistas entre os quais destacamos, como um dos pioneiros, Aristides Briand⁴, somará uma base de 2,24 milhões de km² povoada por 422 milhões de pessoas.

O Brasil, com 8,5 milhões de km² e uma população que deverá alcançar a casa dos 275 milhões, no ano 2000, de acordo com os índices de avaliação utilizados, possuirá uma relação território/população favorável à sua viabilização como potência. Será nossa população um pouco menor do que a que abrigam juntos os 11 países da Europa Ocidental, em território equivalente à quarta parte do nosso. Não se poderá arguir, portanto, por si só, que 275 milhões, para nós, será um superpopulação ou uma saturação. O conceito de superpopulação não é de valor absoluto; depende da capacidade do desempenho do Estado no campo econômico e social, educação, alimentação, habitação, saúde e mão de obra. Segundo Organsky, uma grande população pode ser tanto uma tragédia social como um instrumento de potencialidade. Os estudos mais recentes, de Organsky e Spiegel (s/d), chegam à cifra de 200 milhões de habitantes como o quantum ótimo mínimo para uma grande potência contemporânea. Na projeção que apresentamos baseada em avaliação fundamentada em dados

4 Investido no cargo de primeiro-ministro da França por seis vezes, agraciado com o prêmio Nobel da Paz em 1926, pelos Tratados de Locarno. Expulso do Partido Socialista Francês em 1906, passou a fazer parte do governo "burguês". Foi dezessete vezes Ministro de Relações Exteriores de França.

do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da ONU, a taxa de crescimento populacional para o Brasil, no período de 1975/2000, foi prevista em 2,8. Será possível, por interesse nacional e decisão nossa, convirmos sobre a necessidade de diminuir esta taxa. Mas somente o nosso governo e a nenhum outro organismo nacional ou internacional cabe nos querer impor uma taxa “ideal”. É um ato de soberania planejarmos a ocupação e potencialização de nosso imenso território. Como vemos, o teto considerado ótimo – 200 milhões de habitantes – está abaixo da projeção da ONU (275 milhões). Terá o governo brasileiro, por intermédio de seus órgãos de planejamento, a possibilidade de fazer a sua própria projeção para os próximos 20 anos, considerando os objetivos políticos nacionais.

As demais nações figuradas na tabela comparativa – Canadá, Argentina, México, África do Sul e Austrália – embora possuidoras de base geográfica suficiente, particularmente Canadá e Austrália, não parecem capazes de alcançar níveis populacionais que possam, até o fim do século, agilizar e potencializar seus territórios.

Tabela 1 – População por continente – 1980
(por milhões de habitantes)

Ásia	2558
Europa	484
Américas	615
África	469
URSS	267
Oceania	23
População Mundial	4 415

Fonte: HAMMOND, 1982.

Tabela 2 - Dados sobre superfície e projeção das populações para o ano 2000⁵

País	Extensão km ²	População			
		1975 (1 000h)	Taxa de crescimento (1%)	2000	
				População	Dens. Demog.
China	9 597 000	841 462	1.7	1 200 841	126
Japão	369 662	109 948	1.1	132 055	358
Europa Ocidental	2 248 616	318 950	0.7	422 595	188
Brasil	8 511 965	107 262	2.8	275 665	33
Índia	3 053 597	632 533	2.6	1 622 447	532
Canadá	9 221 001	23 284	1.7	59 947	7
Argentina	2 808 602	26 062	1.4	66 057	24
México	1 972 546	60 237	3.4	155 712	79
África do Sul	1 221 042	22 792	2.5	58 405	48
Austrália	7 686 900	16 982	2.0	42 540	6

Fonte: Dados do Departamento de Estudos Econômicos da ONU

Tabela 3 - Europa Ocidental por nação e integrada

Inglaterra	230 609	57 653	0.6	72 152	313
França	551 601	53 138	0.8	66 528	121
Alemanha Ocidental	248 593	59 912	0.4	61 654	249
Itália	301 195	55 733	0.8	70 222	234
Espanha	504 879	34 817	0.9	43 912	87
Portugal	91 631	9 916	0.7	12 481	137
Holanda	33 540	13 696	1.1	20 971	626
Bélgica	30 513	9 904	0.5	12 503	410
Áustria	83 849	7 589	0.4	9 990	120
Grécia	130 918	9 202	0.7	12 307	95
Suíça	41 288	7 390	1.2	10 337	396
Europa Ocidental	2 248 616	318 950	0.7	422 595	177

Fonte: O Autor.

⁵ A avaliação sobre a população brasileira está desatualizada. O IBGE calcula 210 milhões para o ano 2000.

À luz dessas tabelas Dados e Projeções, destacam-se, portanto, como aspirantes mais viáveis a potência, a China, o Brasil, a Índia e a Europa Ocidental. Para colocarmos o Japão nesse rol, em consideração à opinião de abalizados autores estrangeiros, teríamos que minimizar o fator dimensão geográfica, acreditando que sua excepcional capacidade industrial, tecnológica e científica permita-lhe superar essa condicionante de limitação de superfície. Não antevemos, realmente, uma solução fácil para tão grave saturação demográfica.

Mas somente esses dois atributos, considerados essenciais, não fazem uma potência, se a eles não se somarem: posse de imensos recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica, e, finalmente, coesão interna.

Proseguindo-se a análise dessas cinco nações aspirantes – China, Brasil, Índia, Europa Ocidental integrada e Japão – sob os aspectos acima, chegamos a algumas conclusões.

Do ponto de vista da posse de imensos recursos naturais, China e Brasil ficam na dianteira. Não há dúvida que suas dimensões continentais, seu posicionamento em face de grandes oceanos, abrem-lhes potencialidades agrícolas e minerais incalculáveis, no interior e na plataforma marítima. Na Europa Ocidental, com suporte geográfico muito menor, esses recursos já estão intensivamente explorados a ponto de próxima saturação.

A base geográfica indiana, embora bem dimensionada e bem posicionada, é três vezes menor do que a chinesa e cerca de duas vezes e meia menor que a brasileira.

Quanto à capacidade industrial, tecnológica e científica, não há dúvida de que se trata de uma análise difícil de ser feita, pois, das cinco nações consideradas, três delas estão, embora com características próprias, em fase de plena revolução desenvolvimentista – China, Brasil e Índia: enquanto o Japão e Europa Ocidental integrada podem ser computados como países que já atingiram o mais alto nível de tecnologia industrial moderna. A perspectiva dos próximos 25 anos vai depender muito da capacidade da China, do Brasil e da Índia manterem os seus

programas de desenvolvimento em ritmo acelerado e corretamente orientados: dos três, entretanto, China e Brasil são os que têm conseguido manter melhor continuidade e ritmo acelerado nos seus programas, por caminhos inteiramente opostos, pois, enquanto a China segue o rumo do desenvolvimento socialista numa sociedade fechada, o Brasil se orienta pelo desenvolvimento capitalista sob controle e no âmbito de uma sociedade democrática aberta. A Índia luta para suplantar as limitações de crenças místico-religiosas de uma sociedade estática, compartimentada em castas vinculadas a superstições milenares, que reduzem a agilização do país para o desempenho exigido por uma sociedade tecnológica. Não venceu, ainda, a Índia, a perplexidade do seu primeiro encontro com a civilização ocidental que se deu por ocasião da chegada de Vasco da Gama a Callicute (1498). Os ingleses governaram a Índia mantendo as características da sociedade estática e contemplativa dos brâmanes. Mahatma Gandhi, o maior líder nacionalista dos últimos anos da dominação britânica e primeiros anos da independência, foi vencido pelo fantasma da fome a prometer o fim maltusiano a uma superpopulação que procriava além dos limites de sua subsistência. E o problema da fome, nesses 30 anos de vida independente, continua a ser o espectro trágico da sociedade indiana. Contra sua solução se opõe, ainda, a existência de uma mentalidade contemplativa, estática, em grandes camadas de população. Os esforços de uma *intelligentsia* ocidentalizada, disposta a romper os diques da estagnação, têm produzido algum progresso em setores determinados como nos da energia, irrigação, transportes e da comercialização, mas carregando ainda o contrapeso de uma mentalidade fatídica que domina principalmente o numeroso campesinato agrícola.

Fica nos faltando completar esta análise sob o aspecto da coesão interna. Por coesão interna, entendemos os laços de solidariedade comunitária dinamizados em termos de lealdade suprema à nação. Dizemos lealdade suprema à nação porque o homem, em todas as épocas históricas, recebeu o apelo às lealdades – a Deus, ao rei, à classe social ou profissional, à ideologia. Mas tem sido a lealdade à nação a força polarizadora das realizações mais grandiosas e dos sacrifícios mais heróicos das comunidades humanas.

Essa lealdade à nação criou as grandes civilizações – egípcia, grega, romana e ocidental – e foi a alavanca do progresso da humanidade. O nacionalismo moderno condensa-se e cristaliza-se na sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado, em prosperidade e crescente bem-estar.

Sob o ângulo da coesão interna, a China representa uma experiência milenar de amalgamação e integração de grupos étnicos diferentes. Tomou a forma de império por volta do ano 221 antes de Cristo, através das dinastias sucessivas de Tsin e Han. Atravessou, em mais de dois mil anos, todas as vicissitudes geradas por antagonismos dinásticos, rivalidades raciais e conflitos religiosos, sem perder o tônus agregador de um sentimento comum chinês. É Estado integrado e coeso como uma alma coletiva leal aos superiores interesses da nação.

O Brasil, muito mais jovem, já se integrou numa alma nacional. A ninguém é lícito, de boa fé, duvidar da existência de um espírito nacional alerta e sensível aos superiores interesses e aspirações da nação brasileira. Temos unidade de língua, de crença religiosa e de aceitação de nosso amálgama racial – enfim extraordinária unidade espiritual.

O Japão oferece outro exemplo de coesão interna indiscutível. Há um espírito nacional que, como o chinês, vem suplantando o desafio de mais de vinte e cinco séculos, quando a primeira dinastia Jimmu se implantou na ilha de Honshu, próxima à atual Cidade de Osaka, e começou a aglutinar os povos do arquipélago em torno de uma ideia de coesão e orgulho nacional.

Quanto à Índia, vem padecendo de movimentos separatistas desde sua independência. Assistiu-se, nos últimos 30 anos, às lutas separatistas do Paquistão e de Bangladesh, desagregadoras da grande nação indiana. Outros fermentos separatistas, fundados em antagonismos religiosos, ainda persistem. É uma nação que ainda luta para alcançar a sua unidade nacional.

A Europa Ocidental, composta das 11 nações consideradas no quadro apresentado, não pode ser apreciada sob o mesmo ângulo de coesão Interna. Desse conjunto multinacional composto de unidades tradicionais, pode-se esperar um comportamento conscientemente integrado, nos campos político, econômico e militar. Não seria lealdade

à nação, mas consciência da necessidade de integração para sobreviver entre as grandes potências. Trata-se, não há dúvida, mais de compor uma confederação internacional ou um núcleo de poder supranacional sólido, pois não será possível erradicar nacionalidades históricas, algumas milenares, a favor de um novo Estado-Nação. As dificuldades que se antepõem a um empreendimento dessa natureza estão à vista, constantemente face às crises conhecidas e incubadas nos organismos predecessores dessa ideia – Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Comunidade Europeia de Livre Comércio (Mercado Comum), Comunidade Europeia para o Carvão e Aço e Comunidade Europeia para a Energia Atômica (Euratom). Mas há progressos e muitas esperanças de que a crescente necessidade de sobrevivência num mundo de poderosos crie uma consciência coletiva capaz de integrar essa desejada confederação da Europa Ocidental.

Em síntese, a análise comparativa entre a China, Brasil, Índia, Europa Ocidental integrada e Japão, que nos abalancamos a fazer, coloca a China e o Brasil entre os primeiros aspirantes à grande potência. Os fatores território, população, recursos naturais, indústria, tecnologia e ciência, e coesão interna melhor se harmonizam e se completam, oferecendo maiores perspectivas para o futuro, nos dois países considerados. Os outros três carregam fatores desfavoráveis, em essência: Índia, o fraco índice de desenvolvimento e os ainda frouxos laços de coesão; Europa Ocidental, difícil integração em termos de estruturas e atitudes de poder supranacional; Japão, sua limitada base territorial e conseqüente crítica de dependência de recursos naturais.

Um segundo patamar de possibilidades aponta a Argentina, Canadá, México, África do Sul e Austrália, como países que poderão vir a se concretizar em período mais longo, talvez nos próximos 50 anos, dependendo também de seu comportamento nos campos político, econômico e social. Desse grupo, vemos a Argentina e o Canadá com melhores perspectivas geopolíticas.

As possibilidades do Brasil, acima destacadas, irão depender muito de nossa capacidade de atuação política, econômica e social. Do ponto

de vista militar, como enfrentaremos, inelutavelmente, uma competição internacional, teremos que dimensionar uma força capaz de garantir a tranquilidade de nosso desenvolvimento.

Mais recentemente, preocupado com o mesmo assunto de mensurar o poder e consciente de que no seu contexto se incluem valores abstratos, mas efetivos, como a estratégia e a vontade, o professor Ray S. Cline, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown (Washington), publicou dois livros em que desenvolve o seu método de avaliação.

À custa dos esforços realizados nos últimos 18 anos, os dirigentes brasileiros conseguiram do mundo inteiro o reconhecimento para o país do status de potência emergente. Não há como negar a evidência fria dos números e a eloquência silenciosa de um mercado sedutor. Saímos de um produto interno bruto de 35 bilhões de dólares, em 1963, para 202 bilhões de dólares, em 1981; de um per capita de 360 dólares, para o atual, de 1.655 dólares, suportando o ônus de um aumento de população de cerca de 50 milhões de habitantes. Chegamos este ano, mercê de nossa capacidade econômica, à posição de 8º mercado do mundo ocidental. O Brasil foi um dos países que mais rápido crescimento teve no pós-guerra. De 1946 a 1980 a expansão do produto interno bruto pode ser estimada em oito vezes, o que significa uma taxa de crescimento médio anual de 6,8% ao ano. Infelizmente as consequências da crise econômica mundial vêm produzindo, desde 1974, uma queda nessa taxa, agravada nos últimos anos.

Mas, o mérito dos resultados alcançados nos obriga a pensar seriamente no que não foi realizado e no que falta por fazer. Perduram contrastes, distorções e desequilíbrios regionais graves. Persistem desafios à economia fraca e vulnerável do nordeste semiárido, ao desenvolvimento do ainda vazio trópico úmido da Amazônia; permanecem bolsões de pobreza em áreas decadentes do centro-sul e particularmente nos arredores dos grandes centros urbanos.

No campo da educação, aos progressos quantitativos não corresponderam os desejados avanços qualitativos; a Saúde e a Previdência Social carecem de estrutura técnica e capacidade gerencial. Nas áreas

metropolitanas, nas megalópoles que estão se formando em São Paulo e Rio de Janeiro, há extrema falta de serviços básicos, de assistência social adequada. A distribuição da renda ainda não satisfaz às exigências de uma sociedade moderadamente desenvolvida. Nos últimos anos, temos sofrido gravemente o impacto da crise econômica mundial que entre nós se reflete em diminuição do crescimento econômico, aumento do endividamento, agravamento da inflação e desemprego.

Aí, estão, resumidamente, os problemas, os desafios, que teremos que enfrentar neste final de milênio.

Pretendemos chegar ao umbral do ano 2000 desfrutando de uma posição de destaque entre as sociedades democráticas mais desenvolvidas do mundo. Nossa meta é persistir no ritmo de desenvolvimento que vem sendo alcançado, de sorte a criar uma sociedade moderna, progressista e humana; uma sociedade em que o homem alcance sua plena realização, possa atingir todas as dimensões de suas necessidades e aspirações. Para isto, teremos que vencer as dificuldades apontadas e retornar o ritmo de nosso desenvolvimento econômico e social.

Proseguimos no afã incansável de modernizar a sociedade brasileira, completando a obra de renovar o sistema de ensino, os processos de produção e os meios de serviços, buscando essa modernização nos seus aspectos político, econômico, social, educacional e cultural.

No *aspecto político*, procurando aumentar as nuvens de participação, de organização e de exercício de cidadania, por meio do progresso social e educacional; no *aspecto econômico*, lutando pelo crescimento constante do produto interno bruto e do *per capita*, por uma melhor distribuição de renda e pelo emprego de uma tecnologia cada vez mais avançada; no *aspecto social* intentando estabelecer padrões de organização geral e social que correspondam à expansão dos benefícios da urbanização a todas as áreas, a uma mudança de valores das profissões, resultante do aumento de especialização e oportunidades de distribuição e ao combate tenaz e incansável ao desemprego; na *educação*, ampliando as oportunidades de ensino a todos os brasileiros, de todas as partes do território, melhorando sua qualidade, incrementando a pesquisa, adequando o sistema às

necessidades políticas, econômicas e sociais do País, disseminando conhecimentos teóricos e técnicos de sorte a difundir a todos os setores de atividade a crença na racionalidade; *no aspecto cultural*, estimulando o espírito nacional no cultivo das ciências e das artes, no estudo e na fé nos valores essenciais de nossa história e de nossa civilização de raízes cristãs e democráticas.

Construir uma sociedade desenvolvida, de 200 a 210 milhões de habitantes, ocupando um território de 8,5 milhões de km² com o acréscimo de, aproximadamente, 3 milhões de km² de águas patrimoniais – parâmetros com que devemos alcançar o ano 2000 – considerando, ainda, o dinamismo dos avanços da tecnologia e da ciência nestes últimos 18 anos do século exige tremendo esforço e heróica tenacidade.

O Brasil, do ano 2000, que nós imaginamos, deverá, igualmente, já ter corrigido a distorção geopolítica de possuir imensa massa continental vazia e quase desconhecida. A vertebração de nosso território por linhas interiores, despertando os estímulos da continentalidade é uma das maiores tarefas a realizar. Incorporará às fronteiras econômicas do país extensas porções geográficas do Norte, do Oeste, da Amazônia e do sertão mato-grossense e goiano. Transformará potencial territorial em poder, como fizeram os Estados Unidos com seus territórios interiores, há 100 anos passados. Tal façanha hercúlea de interiorização terá que ser realizada em cooperação com nossos vizinhos fronteiriços, num esforço conjunto para despertar a continentalidade de toda a América do Sul. Benefícios muito maiores para todos advirão, quando virmos as nossas fronteiras transformadas em áreas de progresso econômico e social.

No tocante à política marítima, igualmente, devemos chegar ao início do século XXI com uma tecnologia adiantada, no que se refere aos processos para a exploração das riquezas das águas e do fundo do mar; com uma indústria naval respeitada no mundo; com nossos portos bem aparelhados e modernizados; com uma força naval capaz de garantir o uso de nossas rotas de comunicação e de comércio no Atlântico Sul, dentro de um sistema de alianças com nossos vizinhos do continente e com algumas nações africanas da vertente atlântica.

Seguindo o pensamento de Rio Branco, preferimos a política de “fraternal intercâmbio” à outra, de “esplêndido isolamento”, que talvez nos levasse mais depressa aos resultados de desenvolvimento perseguidos.

Sem querermos invadir o terreno movediço da futurologia, tentaremos, no domínio da prospectiva científica, levantar alguns dados que nos permitam avaliar qual a dimensão desse esforço de transformação.

A maioria dos autores situa os atuais países desenvolvidos na faixa daqueles cuja renda per capita encontra-se acima de 1.500 dólares. Dividem os países desenvolvidos em três classes: mais desenvolvidos, os que possuem um per capita acima de 4.500 dólares, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Alemanha Ocidental, França etc.; desenvolvidos, os de per capita entre 3.000 a 4.500 dólares, como Japão, Inglaterra e outros menos desenvolvidos, os de per capita entre 1.500 a 3.000 dólares, que é o caso da Itália, Espanha, Venezuela e do Brasil. Excluímos dos exemplos citados os países árabes produtores de petróleo, em virtude de situação eminentemente conjuntural que estão vivendo, em que o *per capita* não representa referência válida.

Além do *per capita*, há outros indicadores dos padrões de desenvolvimento, entre os quais se destacam: educação, cultura, urbanização, consumo energético, padrões tecnológico de automação e de cibernética nas atividades da sociedade. Nesses aspectos, também, a título comparativo, levantamos alguns dados sobre as sociedades mais desenvolvidas da atualidade.

A fim de termos uma ordem de grandeza para o esforço desenvolvimentista que devemos realizar neste último quartel do século, usaremos como artifício a comparação do Brasil do ano 2000 com os Estados Unidos atuais. O parâmetro não é de todo mau, pois nossas dimensões geográficas se equivalem; nossa população no limiar do próximo milênio se assemelhará à atual norte-americana, e ambos os países oferecem traços de grandeza que se aproximam.

A tabela que se segue, tomando por referência dados estatísticos, de 1976, destaca alguns aspectos impressionantes, em termos aproximados, da dimensão dos esforços que desafiarão nossa administração, nos próximos

18 anos. Não pudemos obter dados estatísticos mais recentes. Em termos de comparação do esforço a realizar esses números são válidos.

Os dados que nela apontamos são apenas alguns indicadores. Veja-se o vulto do esforço a ser realizado no setor da educação. Observa-se que, em número de matrículas, o fator multiplicador é relativamente pequeno – 2,4 –, entretanto, no referente às despesas com educação, para nos nivelarmos, em termos de qualidade, com o ensino norte-americano, teremos que depender 45 vezes mais.

Tabela 4 – Tabela Comparativa entre Brasil e Estados Unidos referente às despesas com educação

SETOR	Estados Unidos (1976)	Brasil (1976)	Fator Multiplicador para aproximar o Brasil dos Estados Unidos (1976)
EDUCAÇÃO			
-nº de matrículas (em todos os níveis)	60 milhões	25 milhões	X 2,4
-despesas públicas com educação (federal, estadual e municipal)	US\$ 90 bilhões	US\$ 2 bilhões	X 45
ENERGIA			
-energia elétrica (produção)	1.700 milhões kW	70 milhões kW	X 24
-energia nuclear (relação n usinas produção)	60/58 milhões kW	uma	X 60/58
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO			
(relação urbana e rural)	3/1	1/1	X 3
SEGURANÇA NACIONAL			
(efetivos e militares)	2.100.000	260.000	X 8
CIBERNETIZAÇÃO			
(nº de computadores)	70.000	1.500	X 47

Fonte: sem referência

Já no que tange à energia, o *push* a realizar será colossal; a sociedade norte-americana de hoje consome 24 vezes mais energia elétrica do que a nossa. Será impossível chegarmos aos índices ianques. Isto nos põe face à grave perspectiva da séria crise de energia elétrica no final do século. Para elevar nossa potência geradora a 200.000 kw – muito aquém dos 1,7 bilhão de kw norte-americano teremos que enfrentar o problema de haver excedido a capacidade do potencial hídrico avaliável em todo o país. O aumento da produção da energia elétrica nos conduz, principalmente, a essas fontes motrizes: o petróleo, a nuclear e a biomassa. Nossa carência de petróleo nos impede de projetar um grande desenvolvimento das termoelétricas. O caminho indicado é o da energia nuclear; dispomos de urânio e tório e, nestes 18 anos, vamos tratar de adquirir a tecnologia correspondente. E muito podemos esperar da exploração da energia da biomassa.

Este impulso sem precedentes a realizar não permite que dispensemos a produção da energia nuclear e o desenvolvimento intenso da tecnologia do átomo no país; em primeiro lugar, porque, a exemplo dos países mais adiantados, teremos que utilizar todos os recursos energéticos disponíveis a fim de atingirmos tão elevada potência; segundo, porque não devemos abdicar do conhecimento do ciclo completo da produção de energia nuclear, ponte indispensável para a exploração de novas técnicas energéticas que surgirão no futuro. As perspectivas do petróleo e da biomassa brasileiros permitem-nos esperar que, pelo menos, chegaremos ao fim do século autossuficientes em combustíveis líquidos.

Os modelos de modernização da sociedade oferecem como referência de processo econômico e social o aumento progressivo na urbanização das populações. A proporção 1/4 como referência entre a população urbana e rural é considerada índice de atraso, de subdesenvolvimento; a razão 1/2 é de menos atraso; o empate 1/1, a que chegamos, já indica bom impulso desenvolvimentista; daí em diante, 2/1 e 3/1 são índices de muito desenvolvimento no mundo de hoje. Por urbanização, não devemos entender apenas grandes concentrações humanas, cidades megalópoles, mas a expansão de padrões de bem-estar urbano, como seja a ampla utilização dos serviços de saneamento, água, eletricidade e meios domésticos

de telecomunicações pela maior parte da população.

O grau de cibernização indica, atualmente, o padrão tecnológico da sociedade. As atividades dos grandes complexos empresariais ou educacionais estão relacionadas, hoje, com os computadores, cujas memórias realizam cálculos 1 milhão de vezes mais rápidos e com a margem de erro mil vezes menor que os cérebros humanos. Os números (70.000 sistemas nos Estados Unidos e 1.500 no Brasil) revelam o profundo *gap*, em termos de avanço tecnológico, entre os dois países. Estamos nos primeiros passos para criar a nossa indústria de informática.

No que se refere à segurança, mormente no que tange à segurança externa, seremos obrigados a realizar um gradual esforço neste último quartel de século. Não podemos esquecer que nossa inevitável expansão econômica e nossa firme determinação em não nos deixar dominar por ideologias totalitárias irão exigir de nós fatalmente, um maior esforço de segurança. Os Estados Unidos, em fase de relações pacíficas com todo o mundo, não puderam reduzir seus efetivos a menos de 2 milhões de homens em uniforme. Devemos chegar ao fim do século com um dispositivo de segurança militar capaz de garantir a nossa utilização das rotas marítimas e aéreas no Atlântico Sul e dispor de uma força estratégica dissuasiva de alta mobilidade. Em nossa futura equação da segurança militar, certamente haverá de prevalecer o pensamento estratégico do presidente Castello Branco, pronunciado por ocasião da aula inaugural da Escola Superior de Guerra, em 1967, quando defendeu, com veemência, o fortalecimento do sistema de segurança continental, como solução para os futuros problemas do hemisfério.

A avaliação que acabamos de fazer é indicadora do impulso mínimo, pois tomamos como parâmetro os Estados Unidos de 1976. Entretanto, os Estados Unidos não vão parar. Mesmo que alcancemos no ano 2000 os índices do desenvolvimento atual dos norte-americanos, o *gap* entre nossos dois países continuará muito grande. Isso, entretanto, não deve ser razão para que nos desencorajemos. O importante é assegurar aos nossos futuros 210 milhões de brasileiros as melhores condições de bem-estar social e econômico.

Estudos recentes do Hudson Institute preveem que os Estados Unidos chegarão aos umbrais do século XXI com o *per capita* de 20.000 dólares, dobrando o atual; o Japão e a Alemanha Ocidental alcançarão entre 12.000 e 14.000 dólares. Nessa ocasião, a população do planeta deverá ser de 6 bilhões, dobrando a atual: a dos Estados Unidos, de 320 milhões, 100 milhões mais do que a do Brasil. Esses dados permitem uma visualização rápida do aumento das diferenças entre os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos no ano 2000. Mas, insistimos, não nos deixemos impressionar pelas diferenças, pelos distanciamentos de status econômico; o essencial será progredir em ritmo permanente, será evitar as paradas, os lapsos de estagnação no processo.

Há uma realidade que não podemos ignorar, em nossa luta pela modernização e crescimento do país. O desenvolvimento de um país grande como o Brasil transborda em poder. Trata-se de fenômeno inevitável, involuntário mesmo, em alguns casos. Aconteceu com os Estados Unidos, em que pesassem as correntes internas existentes, contrárias ao desempenho das responsabilidades desse poder. Anteriormente, já havia acontecido com a França e a Inglaterra, nos tempos de liberalismo político.

Nosso desenvolvimento redundará, portanto, no ônus de responsabilidades maiores, no campo da segurança externa. Seremos uma potência mundial se atingirmos as metas de nosso desenvolvimento para o ano 2000, e isso independará de nossa vocação ou gosto para o poder. Teremos, portanto, de estar preparados, também, para exercer esse poder, protegendo os nossos interesses, cujas dimensões em termos econômicos e geoestratégicos adquirirão amplitude mundial.

Nossa estratégia de formulação da política nacional, apoiada no binômio Desenvolvimento e Segurança, adquirirá, inevitavelmente, extensões muito maiores que a atual; e o suporte de um Desenvolvimento em escala mundial pedirá uma Segurança também em escala mundial.

Pudemos, até hoje, inclinar, ponderavelmente, a balança do binômio Desenvolvimento e Segurança para o lado do desenvolvimento. Esta ênfase, pouco a pouco, deverá se modificar, pela própria lógica inerente ao

aumento da soma de nossa responsabilidade na ordem internacional.

A garantia de nossa segurança será mais efetiva se formos capazes de fortalecer alianças continentais e extracontinentais, a fim de juntos defendermos ideais comuns e interesses coincidentes. No quadro dessas alianças, devemos manter uma posição correspondente ao peso de nossa geoestratégia e economia.

A manutenção da paz no continente e no universo deverá constituir-se em meta perseguida pela política exterior do Brasil. A estabilidade e tranquilidade do mundo representará a satisfação de nossa histórica vocação pacifista e o ambiente de segurança indispensável ao progresso social e econômico que almejamos alcançar.

Em conclusão, queremos reafirmar, enfaticamente, que as perspectivas de nossa posição como potência emergente dependem, fundamentalmente, da capacidade da administração brasileira em manter um ritmo razoável de crescimento econômico e em absorver demanda anual de educação e de novos empregos.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, Normam. *Latin America – politics economics and hemispheric security*. New York: Preager Special Studies, 1965.

BERLE JR., Adolf. *Tides of crises*. New York: University Press, 1957.

CLINE, Ray S. (Org.). *State-sponsored terrorism: a report*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1987.

_____. *Washington Command Post: the operations division*. Washington D.C.: Center of Military History, U.S. Army, 2003.

KAHN, Herman. *The coming boom*. Washington: Hudson Institute Press, 1982.

MARLAUX, André. *Relatório de viagem à América do sul*, [s.l: s.n.] 1961.

MENDE, Tibor. *Entre la peur e l'espoir*. Paris: [s.n.] 1958.

MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations*. New York: Borzoi Books, 1949.

ORGANSKY, Katherine; Kennedy. *Population and world power*. New York: [s.n.] 1961.

SCHNEIDER, Ronald M. *Brazil, foreign policy of a future world power*. Colorado: Westview Press Boulder, 1977.

_____. *The political system of Brazil*. England: Columbia University Press, 1971.

SPIEGEL, Steven. *Tese universitária da Universidade de Los Angeles*. [s.l.: s.n.], [20-].

TAMBS, Lewis A. *Geopolitics of the Amazon*. [s.l.: s.n.] 1975.

_____. *The Influence of Brazil: A historical and geopolitical survey*. Arizona State University, 1978.

TONYBEE, Arnold. *Study of History*. London: Oxford University Press, 1923. Royal Institute of International Affairs.

GUIA PARA COLABORADORES ⁽⁶⁾

NORMAS GERAIS

Os Cadernos de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra tem por finalidade publicar artigos originais, relacionados às temáticas do poder, conflitos bélicos, estratégia, relações internacionais, segurança e defesa, cultura, valores e modernidade.

A apreciação dos textos enviados para publicação é efetuada em dois momentos: primeiramente, pela Assessoria de Editoração, que examina a adequação do trabalho à linha editorial da revista e estabelece comunicação com os autores sobre eventuais esclarecimentos; em seguida, o texto é encaminhado ao Diretor do Centro de Estudos Estratégicos que analisa juntamente com o Conselho Editorial, a conveniência de publicar os textos enviados, após o que, o artigo é enviado para a revisão. Do resultado da análise e das revisões, podem, ainda, surgir sugestões de alterações no texto, as quais, mediante a concordância do autor, ficarão em condições de publicação.

Os artigos devem vir acompanhados de uma carta de autorização para publicação nos Cadernos de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e devem trazer, em anexo, o endereço, telefone, endereço eletrônico e o currículo abreviado do autor.

Publicado o texto, o autor receberá até cinco exemplares, conforme a praxe acadêmica. A publicação não responsabiliza a Editoria pelos conceitos emitidos na matéria assinada.

Os direitos autorais sobre os artigos publicados ficam reservados à Escola Superior de Guerra, condicionando-se a sua reprodução parcial ou integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da revista.

Caso o artigo não seja publicado, o autor receberá de volta o original, ficando a cópia em nosso arquivo.

Endereço eletrônico: editorcee@esg.br

⁶ Estas instruções poderão ser encontradas, também, no endereço <http://www.esg.br>, na página das Publicações da ESG.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

APRESENTAÇÃO

Programa: Editor de texto Microsoft Word

Fonte: Times New Roman

Tamanho da fonte: 12

Cor da fonte: Preta

Número de páginas: entre 10 e 20 páginas

Formato do papel: A4 (210 x 297 mm), impresso somente no averso

Margens: superior e esquerda – 3 cm; e inferior e direita – 2 cm

Cabeçalho e Rodapé: 1,25 cm

Espaçamento entre linhas: 1,5 cm

Espaçamento do parágrafo: simples

Observação: os artigos escritos, particularmente no Microsoft Word 2007, deverão ser salvos na extensão “doc”.

Ilustrações como quadros, tabelas, figuras e gráficos inseridas no texto devem ser as originais com qualidade necessária a uma boa reprodução gráfica. Na hipótese de cópia digitalizada (obtidas por *scanner*), esta não deve ser inserida no texto. Em qualquer dos casos, o autor deve enviar essas ilustrações em mídia anexada ao texto (disquete, CD, outras) ou por correio eletrônico (e-mail), nos formatos “tiff”, “jpeg”, “png” e “bmp”. Caso não estejam inseridas no texto, essas ilustrações devem ser apresentadas em folhas separadas e sua localização indicada no texto, entre dois traços horizontais.

ESTRUTURA DO TEXTO

O texto deve ser precedido do título, nome e titulação principal do autor, atividade que exerce e filiação institucional e do e-mail, seguido de um “Resumo”, das “Palavras-chave” (cinco a dez), de um *Abstract* (tradução do Resumo para o inglês) e das *Keywords* (tradução das Palavras-chave para o inglês).

O Título, o Resumo e as Palavras-chave devem ser apresentados em português e inglês.

O texto propriamente dito deve conter uma Introdução, o Desenvolvimento e uma Conclusão, seguidos das Referências (Bibliográficas). Os

termos Introdução, Desenvolvimento e Conclusão não necessitam estar explicitamente descritos, apenas a exposição deve seguir esta lógica.

Não há necessidade de ordenação numérica, entretanto, se ela for utilizada deverá obedecer ao sistema de numeração arábica progressiva (NBR6024). Considerando-se a Introdução como o número 1, o Desenvolvimento pode receber tantas subdivisões quantas sejam necessárias, por exemplo: 2; 2.1; 2.2...; 3 e assim por diante. O último número será o da Conclusão.

O Resumo consiste na apresentação concisa do conteúdo do trabalho e objetiva a atrair o leitor para a leitura do texto, passando, em breves palavras, uma idéia completa do seu teor, os conceitos mais importantes do artigo e suas correlações, estabelecendo as conclusões principais. Deve-se dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa. Atendo-se à idéia central do trabalho, deve, sempre que possível, informar a sua natureza (pesquisa empírica, teórica, histórica; formulação de políticas, estratégias, entre outras), seu objeto, os objetivos visados, as referências teóricas mais importantes para o desenvolvimento do raciocínio e, quando for o caso, os procedimentos metodológicos e técnico-operacionais, além dos resultados alcançados. Deve conter entre 100 e 250 palavras.

As Referências (bibliográficas) devem ser colocadas no final do artigo, em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023), cujo resumo segue abaixo:

LIVRO:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Local: editora, ano (Série)

ARTIGO DE PERIÓDICO:

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Título da revista, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial - página final do artigo, mês e ano.

EVENTOS:

(Anais, Resumos, Proceedings etc.) – SOBRENOME, Nome. Título do trabalho apresentado: subtítulo (ambos em itálico). In: Título do evento, numeração do evento, ano local de realização. Título do documento (anais atas... Local, editora, data de publicação. Página inicial e final da parte referenciada).

TESE

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (ambos em itálico). Ano de defesa. Tese (Doutorado em ...) –Faculdade, Universidade, Local.

ATOS NORMATIVOS (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS ETC.):

LOCAL (país, estado ou município) em que se originou o ato. Especificação do ato e número, página inicial - final em que o ato consta, data. Seção, página.

DOCUMENTO DE ACESSO EM MEIO ELETRÔNICO:

AUTOR. Denominação ou título e subtítulo. Indicação de responsabilidade. Endereço eletrônico. Data de acesso.

ELEMENTOS DO TEXTO

As notas de rodapé podem ser utilizadas com a finalidade de enriquecer o texto, contendo esclarecimentos do autor ou indicando fontes consultadas. Devem ser escritas no tamanho de fonte 10.

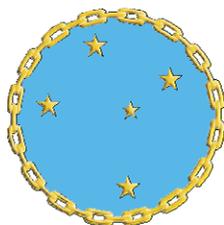
As citações (NBR – 10520/ 2002) no corpo do texto devem aparecer entre aspas, no tamanho de fonte 10, seguindo-se o nome do(a) autor(a) ou autores, data da publicação e o número da página referenciada, entre parênteses e separados por vírgula.

As siglas, ao serem citadas pela primeira vez no texto, devem ser antecidas pelo nome por extenso que representam e grafadas, em letras maiúsculas, entre parêntesis. As abreviaturas são admitidas na língua portuguesa.

O grifo (negrito ou itálico) é um destaque que se dá a determinados trechos, palavras ou letras. Podem ser utilizados na citação de títulos de publicações, palavras estrangeiras de uso em português, ou, simplesmente, em trechos do texto que se queira enfatizar.

Até dez, os números, preferencialmente, devem ser escritos por extenso, excetuando-se as datas e horas. Mesmo neste caso, se revelar duração, também, deve ser escrito por extenso. A partir de dez, os números são escritos com algarismos. Para separar a parte inteira da decimal, utiliza-se a vírgula.

Este documento foi impresso na gráfica da
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João
Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Centro de Estudos Estratégicos (CEE) atua como entidade permanente de estudos que permite pesquisar, formular e criar idéias pertinentes ao pensamento político estratégico brasileiro. Com isso, o CEE oferece oportunidade para debates e discussões com a sociedade e a produção de trabalhos a serem publicados pela Escola. As atividades do CEE voltam-se para o contínuo aperfeiçoamento da cultura e do pensamento político e estratégico brasileiro.

Os estudos, pesquisas e eventos promovidos pelo Centro de Estudos visam, principalmente, a discussão de questões político-estratégicas de interesse nacional. Se propõem também a estimular a criação de novos conhecimentos, que venham possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Para o exercício de suas atividades, o Centro conta com a participação do corpo de professores da Escola, de convidados do meio intelectual, acadêmico, empresarial e integrantes da administração pública do país. A participação se desenvolve por meio de conferências, análise de temas em pauta, comentários sobre comunicações apresentadas, debates e com estudos sobre assuntos de interesse do Centro.

As atividades do CEE, mantendo-se fiel a tradição de mais de meio século de existência da Escola Superior de Guerra, têm como característica o completo afastamento de questões ideológicas e político-partidárias. Apenas questões de caráter nacional e internacional, de todas as áreas de pensamento, são objeto de discussão no Centro de Estudos.

O Centro de Estudos está aberto a relacionamentos com instituições acadêmicas, centros de estudos, com a sociedade em geral, e com todos aqueles que tenham a proposta de participar de atividades conjuntas.

ISSN 1808 - 947X



9 771 808 947 002

www.esg.br/cee
cadernosdeestudo@esg.br